

Jornal do Commercio

Labore Omnia Vincit

Manaus, quarta-feira, 28 de fevereiro de 2018 R\$ 1,50 Fundado em 2 de janeiro de 1904 - Edição nº 42.488

ZFM, desafio da maturidade institucional

O Polo Industrial de Manaus é um modelo consolidado de desenvolvimento regional. Possivelmente, o melhor exemplo

de projeto de inclusão econômica com viés ambiental em todo o planeta. Apesar da importância reconhecida pelo mundo a fora, a Zona Franca de Manaus ainda é

alcançada por velhos tanços, principalmente, junto a uma elite que insiste em não aceitar a diversidade econômica regional e que luta por um exclusivismo de desenvolvi-

mento para muito além da Linha do Equador. No momento em que comemoramos 51 anos do modelo ZFM reforçamos nesta edição a importância do modelo para o país.

A ZFM é a resposta para a busca de desenvolvimento regional. Ao mesmo tempo em que ela é importante para a Amazônia, torna-se fundamental para o Brasil.



*Infelizmente existe um hiato de aprovação dos projetos e a efetivação deles no Polo Industrial de Manaus. Inclusive existe um estudo do índice de mortalidade das empresas, onde aponta que aqui é maior que o de natalidade e isso nos preocupa**

Wilson Périco, presidente do Geam



*Nós estamos trabalhando porque a Suframa tem que resgatar toda a sua autonomia financeira e política, para que junto com os governos do Estado e prefeitura possamos também desenvolver um projeto mais focado e voltado para o desenvolvimento do nosso Polo Industrial**

Antônio Silva, presidente da Feam



*Uma grande conquista seria recuperarmos grande parte do poder decisório da Suframa, conseguindo que os PPBs relativos ao nosso parque industrial, passassem a ser decididos e votados aqui mesmo**

Arthur Virgílio Neto, prefeito de Manaus



*Ao demonstrar que a área de atuação da ZFM não está restrita a Manaus, todos ganham. Fazer com que os outros Estados se sintam pertencentes e integrados é decisivo para que eles considerem cada ataque desferido contra a ZFM também contra eles, o que é um fato**

Agilo Tolentino, superintendente da Suframa



*É importante entender que os ganhos decorrentes do modelo da ZFM extrapolam o argumento industrial. Esse modelo não é só uma política industrial e sim uma política nacional de desenvolvimento regional**

Marcos Jorge de Lima, ministro do MDIC

PIM

Barreiras burocrática ainda limitam implantações

Apesar da grande atratividade da ZFM (Zona Franca de Manaus), o número de investimentos no PIM (Polo Industrial de Manaus) vem diminuindo nos últimos anos. Desde 2015, por meio de projetos aprovados pelo CAS (Conselho de Administração da Suframa) foram registrados menos de 70 projetos de implantação, com

um total de quase 350 produtos introduzidos gerando pouco mais de 4 mil novos empregos. Entre os fatores apontados como grandes empecilhos para maiores investimentos, estão a burocracia, insegurança jurídica e instabilidade do governo federal, além da prorpria demora - de três anos - prevista entre aprovação e efetivação.

Página 86

COMPORTAMENTO

Mulheres conseguem mais inclusão profissional no PIM

A luta foi árdua, mas parece que finalmente as mulheres estão conseguindo se igualar aos homens no quesito: mesmas condições no emprego. É o que afirma a paulista Milena Peres, gerente de Planejamento e Logística da Recofarma (fábrica de concentrados da Coca-Cola), em Manaus.

Milena vive em Manaus há 26 anos, trabalha há 24 e está

na Recofarma há 12 anos. "Felizmente em Manaus, devido à população feminina ser maior, as indústrias absorvem muitas mulheres", falou. "Existem determinados serviços, inclusive, que as empresas dão preferência para as mulheres, como por exemplo, operadora de linha de montagem, porque é necessário soldar pequenas peças e a mulher leva vantagem", lembrou.

Página C3

DISTRITO INDUSTRIAL



Histórias de gente que ficou por aqui

À medida que as indústrias começaram a ser inauguradas no Distrito Industrial, hoje PIM (Polo Industrial de Manaus), no início da década de 1970, a capital amazonense se tornou um porto seguro onde, muita gente imaginou, se conseguiria emprego,

dinheiro, uma casa e uma vida tranquila. Esse era um dos objetivos da Zona Franca. Meser com a economia da cidade, estagnada fazia mais de meio século. Veio gente de todos os lados, de perto, dos interiores; e de outras regiões do país. João Batista Mezari

veio de bem longe, de Campos Novos, em Santa Catarina. Em fevereiro de 1989, Mezari fez sua estreia na Honda como analista de materiais e desde então galgou os mais diversos cargos, estando agora como diretor administrativo financeiro.

Página B5



Flávio Guimarães
O despertar
para a motivação



Alfredo M. Lopes
Suframa e as
sementes da
civilização



Paula Pedrosa
Resistência a
mudanças



MAIS QUE PALAVRAS

Nós povos da Amazônia, somos um povo privilegiado. Apesar dos problemas climáticos que enfrentamos, há fartura na seca e também em época de enchente. O peixe em abundância, é visto nos mais diversos pontos comerciais da cidade, mas o lugar onde nós amazonenses gostamos de comprar peixe, é na beira do rio, mas precisamente no porto da Manaus Moderna, falo do amazense da genuína, aquele que quando criança, acompanhava seus pais ou avós para fazer compras no mercado Adolpho Lisboa, também conhecido simplesmente como Mercado. Muito próximo do mercado fica a Manaus Moderna, esta semana lá, ouvi pescadores oferecerem 500 jaraquês por R\$10,00, quarta fartura ainda existe em nossos rios. Mesmo sem infraestrutura por se tratar de uma feira clandestina, canoeiros oferecem variedades com preços abaixo que abalam a concorrência.



Hoje

DIA 28 DE FEVEREIRO
Dia da Exaltação da Cruz

1967

Zona Franca de Manaus é definida como "uma área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais".

Tempo

32°↑ 24°↓

Sol e aumento de nuvens de manhã. Pancadas de chuva à tarde e à noite.

80% / 46%

Quem disse



"O modelo Zona Franca de Manaus não é só uma política industrial e sim uma política nacional de desenvolvimento regional"

Marcos Jorge de Lima, ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

Página A7



"Tenho procurado mostrar ao país que o Brasil perde tempo quando não mergulha na nossa realidade"

Arthur Neto, prefeito de Manaus

Página B1

Fazendo História

Em 3 de março de 1960, *Jornal do Commercio* registra:

Chefe da Casa Militar de GM, o Major Edmundo Cativo

O Major Edmundo Cativo, atual presidente da Papelamazon S.A. e que por muito tempo foi comandante do avião presidencial, foi escolhido para chefiar o gabinete militar do Governador Gilberto Mestrinho, vago com a demissão do Coronel Neper Alencar, da Polícia Militar do Estado.

A escolha do Chefe do Executivo foi das mais felizes, uma vez que o Major Edmundo Cativo é pessoa bastante familiarizada com a função que passará a exercer de agora por diante.

Além dessa nova função,



continuará o ilustre militar a exercer o cargo de Presidente da Papelamazon S.A. posto que não o impedirá de assim fazer.

Sua posse no novo cargo deverá ocorrer hoje ou amanhã na presença do nosso mundo oficial.

Página B1

67,8
por cento

foi o resultado positivo do superávit primário (a economia de recursos para pagar os juros da dívida pública) em janeiro, comparado ao mesmo mês do ano passado, quando o superávit tinha atingido R\$ 18.005 bilhões.

Página A6

29,5
por cento

foi a participação das PMPEs (micros, pequenas e médias empresas) na tomada de recursos pelo BNDES em janeiro passado. Somando R\$ 1.13 bilhão, expansão de 59%.

Página B1

Mais lida

A matéria mais acessada a partir das redes sociais do ZC na terça-feira foi "Expectativa de maior crescimento do PIB". A movimentação do mercado financeiro alterou expectativas do BC. Página A5.

Fieam cobra da prefeitura recuperação de vias do Distrito Industrial

Revitalização para atrair mais investimentos

A recuperação do sistema viário, incluindo drenagem de águas pluviais, meio-fio e asfaltamento completo do Distrito Industrial 1 e 2 foi uma das principais demandas do presidente da Fieam (Federação das Indústrias do Estado do Amazonas), Antonio Silva em reunião recente com o prefeito Arthur Virgílio Neto. De acordo com Silva, as vias, especialmente nesta época de chuvas intensas, oferecem riscos de acidentes e, não raro, provocam fortes congestionamentos.

Senados a isso, há problema de segurança e a elevação dos custos logísticos, com a restrição da mobilidade, o que pesa na competitividade dos produtos locais, foram outros temas levantados por Silva em seu pleito em defesa de melhorias para o segmento industrial.

"Sabemos que, com relação à recuperação do sistema viário do Distrito Industrial 1, já existe encaminhamento, por meio de convênio firmado com a Suframa para esse fim. Mas temos também reivindicações na área da limpeza pública em decorrência do acurdo número de invasões, especialmente no Distrito Industrial 2, na zona Leste", ressaltou Silva.

Arthur Neto concordou com a necessidade de alterar a situação, que denominou de "caótica", em que se encontra o Distrito Industrial. Segundo o prefeito, é preciso transformar o bairro em "cartão-postal" para



Silva lembrou que falta de manutenção das vias aumenta custos logísticos e de segurança

chamar atenção dos investidores, e isso está em processo juntamente com a Suframa e dentro dos seus planos à frente do Executivo Municipal.

"Precisamos de muito mais para transformar a Zona Franca de Manaus em cartão postal e melhorar a disposição do investidor de colocar aqui o seu dinheiro. As mudanças estão na cabeça de todos nós para que esse modelo não se esdore, porque do jeito que está não vingará", afirmou.

A reunião, a segunda da diretoria da Fieam, neste ano, contou com a presença do super-

intendente da Suframa, Appio Tolentino, do chefe da Casa-Civil do município, Arthur Bisneto, e a primeira-dama e presidente do FMS (Fundo Manaus Solidária), Elisabeth Valério, além de outros representantes da indústria e do secretariado municipal, teve, para o prefeito Arthur Neto, a mesma importância do "Christian Day" para os americanos.

"Dou a isso (a reunião) a mesma importância do Christian Day para os americanos, quando o presidente (dos Estados Unidos da América) se reúne com representantes religiosos para prestar contas de seus atos. É

Balança

uma referência à democracia, um momento de falar e ouvir", disse o prefeito.

Arthur Neto aproveitou a ocasião para apresentar o balanço das ações realizadas frente ao Executivo Municipal e falou dos planos para 2018, dentre eles o projeto de criação da Esp (Escola de Saúde Pública de Manaus) e a criação da Ageman (Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados do município de Manaus) que visou, segundo ele, para um maior controle dos serviços prestados à população.

Julgamento de recurso contra prisão já tem data



No julgamento, defesa de Lula tentará evitar sua prisão

O STJ (Superior Tribunal de Justiça) marcou para quinta-feira (1º) o julgamento de mérito do recurso com o qual o ex-presidente Lula pretende evitar sua prisão após condenação na segunda instância da Justiça. A data consta da mais recente atualização sobre o andamento do processo.

Em janeiro, o vice-presidente do STJ, ministro Humberto Martins, que na ocasião era o responsável pelo plantão judicial, negou um pedido de liminar (decisão provisória) feito no mesmo recurso.

Agora, o mérito final da apelação, um habeas corpus preventivo, será julgado pela Quinta Turma da Corte Superior,

composta por cinco ministros.

No habeas corpus, a defesa busca impedir preventivamente a eventual execução provisória da condenação, mesmo que um último recurso, um embargo de declaração, ainda esteja pendente de julgamento pelo TRF-4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região), sediado em Porto Alegre, que no mês passado confirmou a condenação imposta a Lula pelo juiz federal Sérgio Moro na ação penal envolvendo o triplets no Guarujá, aumentando a pena do ex-presidente para 12 anos e um mês de prisão. A possibilidade de prisão para o ex-presidente ocorre em função do atual entendimento do STF.

Appio Tolentino fala na Aleam sobre os 51 anos da Suframa

A Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus) comemora em 28 de fevereiro, 51 anos de criação. Para relembrar a data, o deputado Adjuto Alonso (PP) convidou o superintendente da autarquia, Appio Tolentino, para falar sobre avanços, perspectivas e o Plano Industrial Agropecuário, por meio de uma Comissão de Tempo. A Comissão de Tempo acontecerá às 10h, no Plenário Ruy Araújo, da Assembleia Legislativa do Amazonas.

Editorial

Um exemplo claro para todo o mundo

Ao pensar na África, geralmente formamos imagens com esuberância de recursos naturais. Falta de água nos remeteria aos desertos daquele continente, especialmente o Saara, no Norte. No Sul, ficam os desertos do Kalahari e da Namíbia. De resto, não se imaginaria escassez hídrica. Todavia, no extremo sul, a Cidade do Cabo, capital legislativa da África do Sul, está vivendo uma das piores crises hídricas urbanas que se tem notícia nos tempos modernos. A cidade de cerca de meio milhão de habitantes foi apontada pelo New York Times em 2014 o melhor lugar do mundo para

visitar. Hoje, sua população vive em contagem regressiva para o "Dia Zero", o dia em que a água da cidade vai acabar. Esta data já foi estimada em abril, passou para maio, e atualmente é 4 de junho de 2018!

Na região da Cidade do Cabo, choveu muito pouco nos últimos anos e seus habitantes vivem a realidade do racionamento: 50 litros por dia por pessoa, desde o início de fevereiro, e volumes pouco maiores há alguns meses. Esse valor é muito próximo ao considerado mínimo necessário para não aumentar riscos de doenças de veiculação hídrica. Inclui 3 litros para

beber, 20 litros para descarga sanitária, 15 litros para banho e 10 litros para cozinhar. Seria possível diminuir esse volume implementando, por exemplo, tecnologias que economizam água na descarga. Entretanto, não estão instaladas na cidade toda, não sendo alternativa viável no presente.

Além das alterações climáticas, responsáveis pela falta de chuva, outros fatores contribuíram para a crise atual. Os técnicos responsáveis pelo planejamento da cidade vêm advertindo os governantes há quase três décadas que a infraestrutura existente não seria suficiente para manter o abastecimen-

to de água da Cidade do Cabo em caso de secas prolongadas. O principal reservatório de abastecimento da cidade fica em uma área em processo crescente de desertificação, claro indicador de mudanças no clima da região. Os governantes optaram por ignorar o aviso, não promover melhorias na infraestrutura, e continuar fomentando o desenvolvimento econômico não sustentável. Em meados de 2017, a crise teve que ser admitida, e em janeiro de 2018 foi determinado que residências que utilizassem mais que 350 litros de água por dia seriam multadas.

Tanto no Brasil quanto na África do

Sul uma gestão pública séria e preocupada com o bem-estar da população, o que inclui a sustentabilidade, é fundamental para evitar vários tipos de crise. Infelizmente, o que se vê é pouca ou nenhuma preocupação com a questão pública. Os governantes e seus burocratas associados se colocam em luta constante pelo poder e vantagens pessoais - e desidem pela situação alheia. Esperavam que estão frequentemente inseridos na realidade coletiva, e que um dia a conta arrebenta para todos. Aqui, ainda há tempo para agir. Na Cidade do Cabo, vão ter que colar os cacôs.

Frente&Perfil



Ouro de tolo na ZFM

A Polícia Federal e a Receita Federal detagaram ontem a Operação Elementar 79, com o objetivo de desarticular organização criminosa suspeita de diversas crimes que envolvem a comercialização e produção de ouro na Zona Franca de Manaus. Foram cumpridos 48 mandados de busca e apreensão, em cinco Estados: Amazonas, Minas Gerais, São Paulo, Rondônia e Roraima. Além dos mandados de busca, serão cumpridas 4 prisões preventivas, uma prisão temporária, 10 medidas substitutivas de prisão preventivas. Os trabalhos em conjunto da Polícia Federal e Receita Federal iniciaram em junho de 2016, com a análise da movimentação fiscal

das mercadorias entre as empresas da organização criminosa; análise contábil das operações mercantis das empresas investigadas; análise das demonstrações contábeis obrigatórias; cruzamento e análise de dados dos sistemas informatizados da Receita Federal e interseção de mercadorias irregulares nos Correios - ação controlada com perícia da Polícia Federal. A organização criminosa utilizava uma complexa estrutura empresarial para simular a comercialização de ouro obtido de forma legal, além de usufruir licitamente dos benefícios fiscais da Zona Franca de Manaus. O dano estimado até o momento é de aproximadamente R\$ 30 milhões.

FILAS

As equipes de fiscalização da Secretaria Executiva de Proteção e Orientação ao Consumidor autuaram uma agência bancária no bairro Educandos, zona Sul de Manaus, por descumprimento da Lei Estadual nº 139/2013 (Lei das Filas). Segundo os fiscais, a espera pelo atendimento nos caixas ultrapassava duas horas.

PREOCUPAÇÃO

O círculo mais íntimo do governador Amazonino Mendes (PDT) anda preocupado com a saúde dele. No início da semana o político embarcou para São Paulo a fim de tratar um problema nos rins. Há

via inclusive a possibilidade de se submeter a uma hemodiálise, para depurar o sangue. A candidatura à reeleição este ano depende das condições físicas dele, dizem os mais chegados.

SÓ RINDO

Análise da conjuntura eleitoral no Amazonas, feita pelo deputado Josué Neto (PSD), em seus perfis nas redes sociais, coloca o governador Amazonino Mendes, os senadores Omar Aziz (PSD) e Eduardo Braga (MDB) e o prefeito de Manaus, Arthur Neto (PSDB) como protagonistas da eleição estadual, descartando o presidente da Assembleia Legislativa, David Almeida (sem partido). Questionado sobre o assunto, este último apenas ri.

NOVIDADE

Impressões digitais, fotografias e amostras de DNA compõem um banco de informações mantido pelo Instituto Médico Legal sobre corpos sepultados sem identificação no Amazonas. Com esses dados, familiares podem fazer o

reconhecimento de um cadáver mesmo após o sepultamento como indigente. Em 2017, 80 pessoas foram enterradas nessa condição. Após consulta ao banco, no ano passado, duas foram reconhecidas por parentes.

“Temos casos de pessoas que pedem a reimpressão de mais de 50 vias (da carteira de identidade) porque perdem o documento. Isso tem um custo e o maior prejudicado é o cidadão”

Jorge Saravia, diretor do Instituto de Identificação do Amazonas

NEGÓCIO

A empresa Manaus Ambiental, que controla o abastecimento de água e o serviço de esgoto da capital amazonense, foi vendida pela Companhia de Saneamento do Norte, sua antiga sócia majoritária, para a Aegis

Saneamento, um dos maiores conglomerados do país. O valor do negócio não foi divulgado. Deputados estaduais pretendem convocar os executivos para explicar em detalhes como se deu a negociação.

ÍNDIOS

A expedição de Tiridão de Nascimento, em uma ação inédita do Poder Judiciário, foi o principal serviço levado pelos Tribunais de Justiça do Amazonas, Rio de Janeiro e Roraima, a uma aldeia waimiri atrolar, na reserva que fica na fronteira entre os dois Estados do Norte. A iniciativa chamou a atenção da mídia nacional.

“Sou candidato a governador, independente de qualquer coisa”



David Almeida (sem partido), presidente da Assembleia Legislativa do Estado

CODAM

O Conselho de Desenvolvimento do Estado do Amazonas reúne-se pela primeira vez este ano, hoje, para deliberar sobre 26 projetos industriais com investimentos estimados em R\$ 823 milhões. Os destaques da pauta são os projetos de implantação da Trilva Corações Alimentos para a fabricação de café torrado e moído em Manaus e o da indústria Cal-Comp para a fabricação de terminais de captura de dados em transações comerciais.

AVANÇOS

Manaus está entre as oito capitais brasileiras que estão registrando avanços significativos em inclusão educacional, redução da violência e proteção dos direitos das crianças e adolescentes. A informação

consta em um breve relatório repassado pela representante do Unicef no Brasil, Florence Bauer, ao prefeito de Manaus, Arthur Virgílio Neto (PSDB), em encontro ontem no Palácio Rio Branco, Centro.

EXPEDIENTE

Journal do Commercio

Empresa Jornal do Comércio Ltda.
Av. Têl. 3.025, Japem, CEP: 69079-000 - Manaus/AM - Brasil
E-mail: redacao@jam.com.br
Telefone: (92) 2301-0500 - Fax: (92) 2305-0543
CNPJ: 04.561.790.000/00

PRESIDENTE

Guilherme Aluísio de Oliveira Silva

SUPERINTENDENTE

Adalberto A. dos Santos

VICE-PRESIDENTE

Sócrates Bonfim Neto

DIRETOR DE MERCADO

Ualdirino Mendes

Inteligência fornecida pelo GJATTO - Agência de Notícias Integrada



ARTIGO



Flávio Guimarães*

O despertar para a motivação

O grande diferencial que devemos ter, como profissional, para o mercado atual é saber administrar e influenciar pessoas a fim de realizarem suas tarefas de modo voluntário dentro das organizações visando o despertar para a motivação. Saber elogiar e penalizar no momento certo faz do gestor de pessoas um profissional que sabe lidar com as adversidades dos momentos vividos. Hoje se fala muito em equilíbrio emocional, todavia, pouco se faz e o desequilíbrio nas relações é uma realidade que a nós, humanos, nos causa estresse e a nossa famosa desmotivação. Isto ocorre devido à urgência de resolver os assuntos e processos criando uma grande necessidade que historicamente podemos resolver de imediato, mas, na prática, é bastante diferente. Devemos aprender a lidar com pessoas para poder lidar com si-

tuções e criar relacionamentos duradouros. Precisamos ser o cidadão quando do elogio ou quando da penalidade. Podemos elogiar alguém e este ficar extremamente chateado pelo modo como foi conduzido o processo ou até mesmo pelo momento escolhido. Também podemos penalizar e a pessoa agradecer e ainda informar que realmente merecia tal ato. Nas duas situações o sucesso virá dependendo de como temos a sensibilidade de realizar todo o processo e como realizaremos o estímulo para a auto-motivação. Todavia, o que vemos são as organizações cada vez menos sensíveis às pessoas criando barreiras maiores entre capital e trabalho (patrão e empregado); dificuldade consideravelmente o ideal gestão de pessoas. A liderança das organizações atuais esquece-se de agradecer e elogiar os funcioná-

rios, quase sempre, achando que tudo bem feito é uma obrigação, porém, quando do desvio ou erro acham necessário penalizar e algumas vezes penalizando em locais e momentos não apropriados. Administrar bem os momentos organizacionais e as pessoas é saber que o sucesso virá como resultado final. Não podemos imaginar que as pessoas latam todo certo do modo solicitado, pois a motivação humana que definirá o grau de sucesso em cada tarefa realizada. Como bons profissionais devemos saber da necessidade da presença de um verdadeiro líder dentro das organizações para conduzir o processo que transformará dificuldades em facilidades, buscando o equilíbrio emocional, inicialmente o seu, e após, o de seus liderados. O desequilíbrio emocional pode criar inúmeras situações desnecessárias e prejudiciais à organização

a partir do momento que não é administrado devidamente causando sérios transtornos, muitas vezes, irremediáveis devido à falta de controle pelo simples motivo de não possuir uma prática necessária colaborando com a criação de situações amadoras em um mercado profissional. Devemos treinar e nos capacitar no ato de elogiar. Não devemos e nem podemos esquecer de que as pessoas são diferentes e precisam ser tratadas de modo personalizado. Já penalizar aparentemente não precisamos treinar e sim precisamos aprender como aplicar a penalidade que trará benefícios futuros para todos os envolvidos no processo estimulando a motivação. Administrar pessoas é, também, administrar momentos. Certamente, a partir do momento que aprendemos a elogiar e penalizar de modo coerente e correto no momento apropriado temos colaboradores satisfeitos em nossa organização e assim ficará mais fácil gerar e liderar pessoas, momentos, processos, estruturas e emoções. Vamos refletir sobre isto?

*administrador de empresas, professor universitário e consultor. flavio@guimaraesoficial.com.br

ARTIGO



Victor Bastos da Costa*

O decreto-lei nº 288/67 e a evolução em fases da Zona Franca de Manaus

Ainda que não cause surpresa a criação de um enclave econômico-desenvolvimentista (ainda a Zona Franca de Manaus foi criada pela lei nº 3.173/57 como Porto Livre) o Decreto-Lei nº 288/67 que inaugurou o regime Zona Franca, serviu, por repetidas vezes, como referencial para a modernização da legislação tributária do Brasil no que se refere ao amadurecimento do modelo Zona Franca e de outros modelos redimensionados. O Decreto nasceu da necessidade de se ampliar e reformular o até então Porto Livre, criando incentivos fiscais para estabelecer um polo industrial, comercial e agropecuario na região amazônica. Com ele, foi dada a largada para a corrida desenvolvimentista da região, dividida comumente em cinco fases: a primeira para o modelo atual e a segunda para o modelo atual e a terceira para o modelo atual e a quarta para o modelo atual e a quinta para o modelo atual e a sexta para o modelo atual.

Ainda que não cause surpresa a criação de um enclave econômico-desenvolvimentista (ainda a Zona Franca de Manaus foi criada pela lei nº 3.173/57 como Porto Livre) o Decreto-Lei nº 288/67 que inaugurou o regime Zona Franca, serviu, por repetidas vezes, como referencial para a modernização da legislação tributária do Brasil no que se refere ao amadurecimento do modelo Zona Franca e de outros modelos redimensionados. O Decreto nasceu da necessidade de se ampliar e reformular o até então Porto Livre, criando incentivos fiscais para estabelecer um polo industrial, comercial e agropecuario na região amazônica. Com ele, foi dada a largada para a corrida desenvolvimentista da região, dividida comumente em cinco fases: a primeira para o modelo atual e a segunda para o modelo atual e a terceira para o modelo atual e a quarta para o modelo atual e a quinta para o modelo atual e a sexta para o modelo atual.

Ainda que não cause surpresa a criação de um enclave econômico-desenvolvimentista (ainda a Zona Franca de Manaus foi criada pela lei nº 3.173/57 como Porto Livre) o Decreto-Lei nº 288/67 que inaugurou o regime Zona Franca, serviu, por repetidas vezes, como referencial para a modernização da legislação tributária do Brasil no que se refere ao amadurecimento do modelo Zona Franca e de outros modelos redimensionados. O Decreto nasceu da necessidade de se ampliar e reformular o até então Porto Livre, criando incentivos fiscais para estabelecer um polo industrial, comercial e agropecuario na região amazônica. Com ele, foi dada a largada para a corrida desenvolvimentista da região, dividida comumente em cinco fases: a primeira para o modelo atual e a segunda para o modelo atual e a terceira para o modelo atual e a quarta para o modelo atual e a quinta para o modelo atual e a sexta para o modelo atual.

ARTIGO



Paula Pedrosa*

Resistência a mudanças

Quando falamos em mudanças, seja ela em qual área for, a maioria das pessoas arregala os olhos, franze a testa e fica pessimista. Nada disso é proposital, mas por extinto a maioria de nós age dessa forma. Fazemos um teste. Chegamos com uma pessoa de sua equipe de trabalho e digamos que agora haverá uma mudança, que ela não fará mais isso, fará aquilo e, além disso, a forma que ela fazia aquela outra coisa, vai mudar, agora será dessa outra forma. Você vai perceber uma certa resistência.

Quando falamos em mudanças, seja ela em qual área for, a maioria das pessoas arregala os olhos, franze a testa e fica pessimista. Nada disso é proposital, mas por extinto a maioria de nós age dessa forma. Fazemos um teste. Chegamos com uma pessoa de sua equipe de trabalho e digamos que agora haverá uma mudança, que ela não fará mais isso, fará aquilo e, além disso, a forma que ela fazia aquela outra coisa, vai mudar, agora será dessa outra forma. Você vai perceber uma certa resistência.

ARTIGO



Alfredo MR Lopes*

Suframa e as sementes da civilização

Neste ano decisivo da história do Brasil, quando escolhermos novos representantes para o poder executivo e legislativo, em âmbito estadual e federal, em clima de hostilidade e desconfiança em procedimentos da classe política, o que significa celebrar o início de mais um Cinquentenário da Zona Franca de Manaus, neste 28 de fevereiro? É hora de perguntar sobre o compromisso dos futuros governantes e representantes nos parlamentos federais e locais. Em que medida, a defesa do ZFM, o marco regulatório de seus direitos e deveres serão priorizados na ação política dos escolhidos.

Neste ano decisivo da história do Brasil, quando escolhermos novos representantes para o poder executivo e legislativo, em âmbito estadual e federal, em clima de hostilidade e desconfiança em procedimentos da classe política, o que significa celebrar o início de mais um Cinquentenário da Zona Franca de Manaus, neste 28 de fevereiro? É hora de perguntar sobre o compromisso dos futuros governantes e representantes nos parlamentos federais e locais. Em que medida, a defesa do ZFM, o marco regulatório de seus direitos e deveres serão priorizados na ação política dos escolhidos.

Neste ano decisivo da história do Brasil, quando escolhermos novos representantes para o poder executivo e legislativo, em âmbito estadual e federal, em clima de hostilidade e desconfiança em procedimentos da classe política, o que significa celebrar o início de mais um Cinquentenário da Zona Franca de Manaus, neste 28 de fevereiro? É hora de perguntar sobre o compromisso dos futuros governantes e representantes nos parlamentos federais e locais. Em que medida, a defesa do ZFM, o marco regulatório de seus direitos e deveres serão priorizados na ação política dos escolhidos.

ARTIGO



Paulo Pedrosa*

Quando falamos em mudanças, seja ela em qual área for, a maioria das pessoas arregala os olhos, franze a testa e fica pessimista. Nada disso é proposital, mas por extinto a maioria de nós age dessa forma. Fazemos um teste. Chegamos com uma pessoa de sua equipe de trabalho e digamos que agora haverá uma mudança, que ela não fará mais isso, fará aquilo e, além disso, a forma que ela fazia aquela outra coisa, vai mudar, agora será dessa outra forma. Você vai perceber uma certa resistência.

ARTIGO



Origenes Martins Jr.*

E agora IBGE?

Se existe um momento em que o nosso país precisa demonstrar segurança e principalmente um mínimo de coerência em relação aos seus índices econômicos, este é o momento. Acabamos de ser rebaixados por duas agências internacionais de monitoramento e indicação de risco para investidores, embora nossas autoridades insistam em afirmar que isto não muda em nada nossa situação perante o mercado internacional. Repetimos a postura de negação da realidade querendo ver nosso país como diferente da realidade

Se existe um momento em que o nosso país precisa demonstrar segurança e principalmente um mínimo de coerência em relação aos seus índices econômicos, este é o momento. Acabamos de ser rebaixados por duas agências internacionais de monitoramento e indicação de risco para investidores, embora nossas autoridades insistam em afirmar que isto não muda em nada nossa situação perante o mercado internacional. Repetimos a postura de negação da realidade querendo ver nosso país como diferente da realidade

Se existe um momento em que o nosso país precisa demonstrar segurança e principalmente um mínimo de coerência em relação aos seus índices econômicos, este é o momento. Acabamos de ser rebaixados por duas agências internacionais de monitoramento e indicação de risco para investidores, embora nossas autoridades insistam em afirmar que isto não muda em nada nossa situação perante o mercado internacional. Repetimos a postura de negação da realidade querendo ver nosso país como diferente da realidade

Se existe um momento em que o nosso país precisa demonstrar segurança e principalmente um mínimo de coerência em relação aos seus índices econômicos, este é o momento. Acabamos de ser rebaixados por duas agências internacionais de monitoramento e indicação de risco para investidores, embora nossas autoridades insistam em afirmar que isto não muda em nada nossa situação perante o mercado internacional. Repetimos a postura de negação da realidade querendo ver nosso país como diferente da realidade

Se existe um momento em que o nosso país precisa demonstrar segurança e principalmente um mínimo de coerência em relação aos seus índices econômicos, este é o momento. Acabamos de ser rebaixados por duas agências internacionais de monitoramento e indicação de risco para investidores, embora nossas autoridades insistam em afirmar que isto não muda em nada nossa situação perante o mercado internacional. Repetimos a postura de negação da realidade querendo ver nosso país como diferente da realidade

Se existe um momento em que o nosso país precisa demonstrar segurança e principalmente um mínimo de coerência em relação aos seus índices econômicos, este é o momento. Acabamos de ser rebaixados por duas agências internacionais de monitoramento e indicação de risco para investidores, embora nossas autoridades insistam em afirmar que isto não muda em nada nossa situação perante o mercado internacional. Repetimos a postura de negação da realidade querendo ver nosso país como diferente da realidade

SUFRAMA.

IMPORTANTE PARA A AMAZÔNIA.
FUNDAMENTAL PARA O BRASIL.



ZONA FRANCA DE MANAUS É A RESPOSTA

Como gerar emprego, distribuir renda e arrecadar impostos sem agredir o meio ambiente, com efeitos positivos para todo o Brasil?

A resposta foi dada há 51 anos. A Zona Franca de Manaus (ZFM) concede incentivos para que indústrias se instalem no coração da floresta, aliviando a exploração predatória da natureza e contribuindo para o desenvolvimento de todo o País, permitindo - onde antes praticamente nada se arrecadava - que a União seja superavitária na relação impostos x investimentos.

A recente regulamentação da industrialização com preponderância de matéria-prima regional nas Áreas de Livre Comércio constitui um grande avanço para os Estados de atuação da SUFRAMA (Amazonas, Acre, Roraima, Rondônia e Amapá), que administra a ZFM.

A Zona Franca é uma referência mundial e está garantida pela Constituição até 2073. Ou seja: pelos próximos anos, continuaremos sendo uma resposta aos desafios do Brasil.

Follow-Up EMPRESARIAL
CIEAM
 EDITOR RESPONSÁVEL
ALFREDO MR LOPES*

Amazonas 2073: o futuro está nas gavetas

Para responder a pergunta da publicidade oficial, e dizer para onde vamos, a resposta é muito simples. O Brasil que queremos e o remédio para as mazelas que sofremos já foi definido e os remédios receitados. Estas respostas estão nas gavetas do descaço, da amnésia política e da lógica imediatista que o Brasil adotou em sua governança estrált. Cabe recordar alguns momentos pontuais na memória recente da Suframa, cujos instrumentos fiscais de gestão da Amazônia Oriental vão até 2073, para ilustrar essas relações sobre o amanhã. Começando pelo PlanAmazonas, um documento a ser revisitado, dos poucos gerados para além

dos mandados de governança federal estadual. Ali, estavam recomendações preciosas para a conexão da ZFM com o Pacífico, dada a "...desconectividade do sistema de transportes e as condições precárias de integração dos diversos modais nas áreas dos portos são precárias. Seu coordenador, o saudoso Raimar Aguiar, traduziu as recomendações estratégicas do então governador Gilberto Mestrinho, para retomar e viabilizar a "primazia da cabotagem de cargas gerais e em contêineres como logística inteligente de transportes, adotada pelos armadores escoceses para viabilizar a economia da boatada, na passagem do Sé-

culo XIX para o Século XX. O governo peruano, diante de sua precariedade logística avançou no aproveitamento do PlanAmazonas, muito mais que o Amazonas, onde a proposta do Plano foi abandonado pelos governos seguintes. Como consequência, o Peru fez "tombar" sua agricultura orgânica e sua exportação de proteína piscosa.

Embargos da burocracia perversa

Na gestão seguinte ao PlanAmazonas, anos 1990, tivemos o projeto do EIZOF, de entreposto internacional, para expandir a produção da ZFM, naquele lugar onde seberham a malfadada Siderama, uma

siderológica insana, sem pé nem cabeça no meio da mata; os diversos EIA-Rimas da BR319, que consumiram iniciais R\$200 milhões, para liberar uma estrada que precisava apenas de uma manutenção corretiva e preventiva; o CBA, a bioindústria prometa, sem CNPJ que definiu seu modelo de gestão. E o polo gás químico, que viabilizaria a indústria do plástico verde, ou o polo de produção de placas fotovoltaicas, nunca empinado por pressão da mediocridade da burocracia federal. Tem ainda o Hub aéreo no lugar da base aérea, que poderia operar do outro lado do rio e deixar a opção inteligente do aeroporto de cargas

e competitividade urgente. De resto, o desperdício das verbas de P&D, algo em que precisamos pensar com honestidade e inteligência. Eis alguns dos projetos pirilampos, semelhanças aos insetos que acendem uma luzinha curiosa na escuridão da floresta numa luminosidade fugaz e preguiçosa.

O retrovisor da transparência

Previsamos o olhar no retrovisor deste mesmo século para rever com decência e transparência porque foi mais fácil engavetar que implantar? E também, recordar que já estipulamos, mas fomos tímidos em cobrar a aplicação de pelo menos 3% do faturamento líquido anual

da ZFM para a infraestrutura. Seria uma diretriz mais capaz de modernizar no padrão Cingapura a inteligência logística tropical do que precisamos para superar o atraso e a mediocridade viciada dos velhos paradigmas que perpetuam o pacto da mediocridade. Tudo indica que seguiremos buscando equacionar os gargalos recessivos da economia se formos capazes de desvincular desta tarefa a participação pífua da classe política, muito empenhada em resguardar seus interesses imediatos e livrar-se de ações na justiça. Se a Lei manda aplicar em turismo a aplicação do desenvolvimento integral, que seja revisito e acatado o expediente legal.

*Esta Coluna é publicada às quartas, quintas e sextas-feiras, de responsabilidade do CIEAM. Editor responsável: Alfredo MR Lopes. cieam@zfm.com.br

Polo Industrial registrou queda em postos de trabalho e fábricas nos últimos quatro anos

Empregos e empresas em queda livre

ANTONIO PARENTE
 aparente@zfm.com.br

Pricipal gerador de emprego e renda para o Estado do Amazonas, o PIM (Polo Industrial de Manaus), tem sofrido uma grande diminuição no número de mão de obra e empresas nos últimos quatro anos. Segundo os últimos índices da Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus), de 2012 a 2017, a queda de postos de trabalho nas indústrias vem alcançando números consideráveis.

Segundo dados da Suframa, em 2012, foram registrados cerca de 120,4 mil trabalhadores no PIM e até novembro do ano passado, o número ficou em 86,9 mil empregados gerados. Sendo que 2014, foi o ano em que o setor registrou maior alta, com 122,5 mil trabalhadores.

De acordo com o superintendente da Suframa, Alexio To-

lentino, a queda foi influenciada pela grande crise econômica e política que afetou o país e prejudicou cerca de 90% da produção das fábricas. Ele explica que muitos produtos do PIM não são itens considerados de primeira necessidade para a população, fato que motivou a demissão de cerca de 24 mil trabalhadores e consequentemente comprometeu as atividades de muitas indústrias.

Crise econômica e política que afetou o país prejudicou cerca de 90% da produção do PIM nos últimos anos

Outro fator citado por Tolentino foi a forte restrição de crédito voltado ao consumo da população, fenômeno que reduziu a demanda por mercadorias duráveis e afetou as vendas dos produtos do PIM. "A produção do Polo é destinada ao mercado brasileiro e, em sua maioria, não são itens considerados de primeira necessidade para a população. Toda essa conjuntura levou à queda da produção e consequente demissões levando muitas empresas a terem suas atividades comprometidas", disse ele.



Até novembro de 2017, o Polo Industrial contava com 88,3 mil trabalhadores

Em contrapartida, com a leve retomada da economia, a Suframa registrou até novembro de 2017, cerca de 88,3 mil postos de trabalho entre efetivos, temporários e terceirizados. Sua melhor marca desde o período

da instabilidade da economia do país. O número é 0,20% superior ao que foi registrado em outubro (88,1 mil trabalhadores) e 0,05% inferior na comparação com mesmo período de 2016 que registrou 88,3 mil empregos. Apesar da pequena estabilidade,

os índices ficaram muito abaixo de 2014, onde foram obtidos 122,5 mil empregos, melhor marca nos últimos seis anos.

Medidas emergenciais

Com a situação agravada, as indústrias começaram ado-

tar medidas de emergência para manter os postos de trabalhos existentes e partiram do princípio da redução de custos, sem diminuir sua produtividade. Apesar da situação crítica que o setor vinha enfrentando, os indicadores de desempenho do Polo Industrial atualizados até novembro, registram a melhor marca mensal de mão de obra do ano, explicou o superintendente.

Segundo Tolentino, as expectativas do setor para 2018 são de crescimento, fatores motivados pela retomada positiva da economia do país, tais como a redução da inflação e das taxas de juros, melhoria no custo Brasil, o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) e ao aumento da confiança de empresários e consumidores na estabilidade econômica.

"Nossas projeções são positivas, indo ao encontro das expectativas do próprio governo federal e da comunidade empresarial em geral. Isso significa que o modelo Zona Franca de Manaus, por ter sua produção industrial bastante diversificada ao mercado nacional, poderá ser diretamente impactado em 2018 pela esperada melhora no desempenho da economia brasileira", afirma.

Ferramentas para escoamento de produção

Com o objetivo de facilitar o escoamento dos produtos das indústrias em meio a recuperação econômica do país, a Suframa tem elaborado diversas ferramentas para contribuir com o avançamento do setor. Uma das medidas é estabelecer novos valores do TCF (Taxa de Controle de Incentivos Fiscais) e reduzir a burocracia das normas criando novas resoluções de cadastro e acompanhamento industrial, que será avaliada pelo Conselho de Administração da autarquia. Outra medida seria a viabilização de novas rotas logísticas por meio da BR-319, eixo de integração para o Pacífico pelos portos peruanos e Manta-Manaus.

"No intuito de auxiliar as indústrias, a Suframa tem tomado essas medidas porque apesar da redução de custos experimentada através dos incentivos fiscais, existem outros fatores que geram dificuldades para indústrias. A classe empresarial constantemente aponta a dificuldade de escoamento logístico a partir do PIM para os grandes centros consumidores nacionais, o Custo Brasil de maneira geral, entre outros



Polo Industrial sente a queda do volume de investimentos

fatores", disse o superintendente da Suframa.

Números

Segundo último levantamento do Portal Compra que administra dados do Tesouro Nacional, o Estado do Amazonas sofreu uma queda de 7% em investimentos, tanto do setor privado quanto do público, no ano de 2017.

Segundo Tolentino, a redução de investimento no PIM foi um dos motivos na variação do

número de empresas, isso foi motivado pelo aumento do déficit público federal que impossibilitou a capacidade estatal de realizar investimentos no Polo Industrial prejudicando o setor.

"Isso ocasionou a queda do volume financeiro destinado ao investimento de maneira generalizada em todo o Brasil. Quanto ao investimento privado, sua queda é explicada pelos últimos anos de retração da demanda e consequente a geração de capacidade ociosa nas empresas, sobretudo naquelas industriais, que observam a maior queda de vendas. Existindo capacidade instalada ociosa, existe pouco incentivo ao empresário para realizar novos investimentos durante o período", disse.

seleções presidenciais

De acordo com o superintendente, os resultados das eleições presidenciais podem impactar a economia do país e na atual situação das indústrias da Zona Franca de Manaus. Tolentino afirmou que a incerteza em relação à política fiscal do futuro líder do executivo federal, gera dúvidas e incertezas aos investidores estrangeiros que ficam impossibilitados de prever a segurança econômica no país.

"Os agentes privados que realizam investimentos produtivos têm dificuldade de realizar previsões econômicas, o que pode influenciar as decisões de investimento no PIM, ou até mesmo adiá-las. No entanto, não é possível realizar qualquer análise aprofundada sem definição do teor e extensão que essa nova política causará", ressaltou.

POR DENTRO

Saiba mais

Em dezembro de 2017, a Suframa contava com um total de 17.173 empresas cadastradas e habilitadas para a autarquia, envolvendo comércio e outros setores. Destas, 6.398 estavam localizadas no Estado do Amazonas, em sua grande maioria nos limites da Zona Franca de Manaus. Em 2014 foi atingido o pico de 19.753 empresas cadastradas e habilitadas ao longo do ano. A redução de aproximadamente 13% foram motivadas pela crise econômica a partir de 2015.

Para receberem os incentivos fiscais do modelo ZFM elas devem cumprir os seguintes requisitos: cumprir o PPB (Processo Produtivo Básico), gerar empregos na região, realizar concessão de benefícios sociais aos trabalhadores, que incluem incentivos para educação, transporte, alimentação, assistência médica e odontológica, creche, lazer e previdência. E incorporar tecnologias de produtos e de processos de

produção compatíveis com o estado da arte e investir os lucros na região. Além de investir na formação e capacitação de recursos humanos para o desenvolvimento científico e tecnológico e estar em dia com as obrigações tributárias e previdenciárias federais. Os setores de eletroeletrônicos (incluindo bens de informática) e duas rotas estão entre as áreas que mais ofertaram empregos no PIM nos últimos seis anos. Em 2017, foram cerca de 32,7 mil e 12,4 mil postos de trabalhos respectivamente.

Em números gerais, o número de postos de trabalho no PIM registrou estabilidade entre 2012 (120,4 mil empregados), 2013 (121,2 mil) e 2014 (122,5 mil). Em 2015, o número caiu para 106,5 mil trabalhadores e nos anos seguintes (2016 e 2017) a queda foi ainda mais acentuada, com 86 mil e 81 mil postos de trabalho, respectivamente.

Entrevista MARCOS JORGE DE LIMA, ministro do Mdic

“Uma agenda robusta de desburocratização”

TANIR MARIA especial para o ZF

Em entrevista exclusiva ao Jornal do Commercio, o atual ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Jorge de Lima, faz um breve relato sobre a importância da Zona Franca de Manaus desde sua concepção em 1957 como Porto Livre e dez anos depois com a criação da Sufatma...

para Superintendência das Zonas Francas da Amazônia?

Marcos Jorge - Para tratar desta questão, é importante analisar todo o contexto que integra a ZFM (Zona Franca de Manaus). A área foi criada em 1957, como Porto Livre. Dez anos depois, foi reformulada para um modelo mais robusto, cujo objetivo era a implantação de empresas na Amazônia...

Essa dinâmica justifica a permanente discussão sobre o modelo com o intuito de fortalecê-lo, de diferentes modos e perspectivas. Esse conjunto de ações garantiu reconhecimento internacional através do jornal britânico Financial Times...

Marcos Jorge de Lima, 38 anos, é administrador legislativo com graduação pela Universidade do Sul de Santa Catarina e mestre em Administração Pública pela Escola de Administração do Instituto de Direito Público de Brasília...

Como o ministro vê esse fortalecimento no alcance da superintendência? Marcos - Sob a ótica administrativa o fortalecimento é resultado do esforço de promoção do desenvolvimento das demais localidades que integram a ZFM...

A previsibilidade, a frequência e a itinerância das reuniões do CAS permitem a divulgação e o estímulo de novos investimentos. Essa trajetória ganhará robustez com o tempo e o permanente envolvimento dos técnicos e dirigentes do governo estaduais e municipais, da Sufatma e do Mdic.

Como resultado, em 2017, foram aprovados 142 projetos industriais, sendo 51 de implantação e dois projetos com a utilização de matéria-prima regional (Zona Franca Verde), com perspectiva de investimentos de US\$ 2,1 bilhões e geração de 3.911 postos de trabalho nos próximos três anos.

O trabalho realizado nesses 51 anos de ZFM, inclusive, foi

reconhecido internacionalmente pelo jornal britânico Financial Times que premiou a Zona Franca de Manaus em quatro categorias na premiação promovida pela FDI Intelligence.

A discussão em torno da autonomia da Sufatma permanece em pauta ano após ano. O que falta para diminuir a burocracia e facilitar a gestão das demandas regionais a partir da autarquia?

Marcos - O Mdic tem feito um esforço para viabilizar a simplificação e desburocratização de procedimentos administrativos. Um exemplo foi a constituição do GISA (Grupo de Técnico de Simplificação Administrativa), cujo objetivo é elaborar medidas de curto prazo para aperfeiçoar, simplificar as normas, ações e processos e inclusive da Sufatma.

Na Sufatma essas medidas se traduziram na redução de prazos em processos e na implantação de sistemas informatizados. O Mdic trabalha para garantir a revitalização e fortalecimento de instrumentos da ZFM, contribuindo para a atração de investimentos e geração de empregos.

Uma das etapas foi a redução para a metade dos prazos de análise dos relatórios demonstrativos apresentados das empresas beneficiárias da Lei de Informática. Isso conferiu agilidade e previsibilidade aos investimentos em P&D.

Destaco também a revisão da própria lei que, além de introduzir importantes inovações de gestão, garantiu investimentos expressivos no ecossistema de inovação da região Norte.

Também trabalhamos na reformulação das taxas cobradas pela Sufatma.

A mudança garante tratamento diferenciado, com isenções, para microempresários, microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples, para citar alguns.

Ainda falando em burocracia, a definição de PFBs (Processos Produtivos Básicos) ainda permanece com trâmite muito demorado. Quando teremos uma mudança na operacionalização desse mecanismo?

Marcos - Em 2017 foram recebidos 63 pedidos de estabelecimento ou alteração de PFBs. Realizamos 31 consultas públicas e publicamos 59 portarias que fixam ou alteram PFBs. Alguns desses se destacam pela relevância tecnológica e também pelo volume de investimentos, como o módulo acumulador de energia elétrica para veículos elétricos e para estação de geração de armazenamento de energia utilizando células eletrolíticas de íons de lítio.

Entendemos que essa iniciativa vai contribuir para mais investimentos neste setor e ainda integrar cadeias produtivas brasileiras. Retiro que dentro das ações do Mdic que visam simplificar e desburocratizar processos, foi realizada ação que torna mais óbvia a habilitação prevista de PFBs.

O comando da Sufatma, muitas vezes, fica dependente de aspectos políticos regionais. Uma solução técnica é inviável?

Marcos - Esse assunto deve ser tratado de maneira mais ampla.

Política e técnica não são contrárias. Na prática, para que seja possível seguir as diretrizes governamentais, o gestor máximo de uma entidade, mesmo que eminentemente técnico, necessita discutir, negociar, arguir apoio, formar consensos. É aí que a política se esgota. A solução viável é a construção de consensos e a administração de contraveniências.

Ministro, não é temerário para a Zona Franca de Manaus concorrer com outras zonas francas instaladas em outros Estados principalmente com a logística mais fácil para o empresário?

Marcos - É importante entender que os ganhos decorrentes do modelo da ZFM ultrapassam o argumento industrial. Esse modelo não é só uma política industrial e sim uma política nacional de desenvolvimento regional. Para demonstrar isso, cito a relevância do PFM para a conservação da Floresta Amazônica.

Em uma frase, como o ministro define a importância da Sufatma para o desenvolvimento do país?

Marcos - A Sufatma é um dos mais importantes modelos de sustentabilidade do país, que gera desenvolvimento econômico e social ao mesmo tempo que preserva, com êxito, uma das mais importantes reservas de biodiversidade do mundo.



INDICADOR ECONÔMICO

broadcast mercados

DIÓXIDO DE ENXOFRE: 0,02 (0) MÉS 2,38 (4) ANO 13,75 (4)

Maiores altas da Bovespa

Table with columns: Símbolo, Var. % (15d), Var. % (30d), Neg. showing top gainers like B3SA34, B3SA35, B3SA36.

Maiores baixas da Bovespa

Table with columns: Símbolo, Var. % (15d), Var. % (30d), Neg. showing top losers like B3SA37, B3SA38, B3SA39.

IB/TIF/Poupança Poupança S&C (%)

Table with columns: Símbolo, Var. % (15d), Var. % (30d), Neg. showing index movements.

No mundo

Table with columns: País, Índice, Var. % (15d), Var. % (30d), Neg. showing global indices like S&P 500, Nikkei 225.

Tesouro Direto (%)

Table with columns: Título, Var. % (15d), Var. % (30d), Neg. showing government bond returns.

Compras de ações de empresas

Table with columns: Empresa, Valor, Var. % (15d), Var. % (30d), Neg. showing share purchases.

Inflação (%)

Table with columns: País, Índice, Var. % (15d), Var. % (30d), Neg. showing inflation rates for various countries.

Índice de preços de ações de empresas

Table with columns: Índice, Var. % (15d), Var. % (30d), Neg. showing stock price indices.

Índice de preços de commodities

Table with columns: Índice, Var. % (15d), Var. % (30d), Neg. showing commodity price indices.

BISX - Companhia Brasileira de Investimentos em Ações e Derivativos

Table with columns: Símbolo, Var. % (15d), Var. % (30d), Neg. showing BISX index movements.

CDI - CDI

Table with columns: Símbolo, Var. % (15d), Var. % (30d), Neg. showing CDI index movements.

Agrícolas - Mercado futuro

Table with columns: Símbolo, Var. % (15d), Var. % (30d), Neg. showing agricultural futures prices.

Agrícolas - Mercado à vista

Table with columns: Símbolo, Var. % (15d), Var. % (30d), Neg. showing agricultural spot prices.

Metas e Commodities

Table with columns: Símbolo, Var. % (15d), Var. % (30d), Neg. showing commodity targets.

Setor

Table with columns: Símbolo, Var. % (15d), Var. % (30d), Neg. showing sector indices.

Setor

Table with columns: Símbolo, Var. % (15d), Var. % (30d), Neg. showing sector indices.

Burocracia torna intrafegável caminho para a integração do Amazonas ao resto do país

BR-319 sai ou não sai?

TANAI MARI
especial para o ZF

A rodovia BR-319 sai ou não sai? Essa questão vem se arrastando há décadas desde o início das obras, em meados de 1970. Hoje, a rodovia federal está praticamente pronta, estando apenas o trecho do meio, uma faixa de reserva indígena entre os km 250 e 655, para sua conclusão. A BR-319 é um importante vetor econômico, tanto para o PIM (Polo

Rorônia que é o ponto final da BR-319. "Eu não sei por que essa rodovia ainda não foi asfaltada. Essa não pode ser uma pauta de um só deputado, senador, governador, tem que ser a pauta de toda a classe política do Estado do Amazonas. Eu quero ser mais um, juntamente com o deputado Flávio que tem sido um guerreiro nessa questão da BR-319", disse Almeida.

O presidente da Aleam quer unir lideranças políticas da Amazônia Ocidental em defesa da BR-319. "Re-

BR-319 não consegue superar as barreiras burocráticas para tornar-se trafegável em sua totalidade

piço, eu quero ser mais um a me juntar com o senador Acir Gurgacz (PDT-RO) que quer o asfaltamento no Estado de Rondônia, juntamente com os deputados federais e estaduais. O senador Gladson Cameli (PT-AC) também

está nos ajudando a conseguir recursos para asfaltamento do trecho do meio. Eu acredito que precisa ser feita uma grande força, um grande movimento de todas as forças políticas do Estado", reitera.

Ainda segundo Almeida é preciso esquecer as questões partidárias e fazer como em Rondônia e no Acre, onde as rodovias estaduais e federais são todas asfaltadas. "Só aqui no Amazonas que nós ainda não temos essa

utilidade em prol de um benefício que é para toda a população brasileira", lamenta.

O deputado estadual Flávio Soares (DEM-AM) explica que o modal rodoviário é o padrão do Brasil e o Estado do Amazonas precisa estar integrado. Diante disso, o PIM, terá logística adaptada para suas rodovias. "Hoje nós vivemos o período mais crítico de chuvas, que destrói completamente a BR-319, mas que ainda assim, é possível completar o percurso principal-mente no trecho do meio, que é a parte mais crítica da rodovia", informa.



Trecho do meio da BR-319 é isolado pelas chuvas na maior parte do ano

para o Polo Industrial quanto para o setor de turismo, bem como para o setor de transporte de passageiros", afirmou Soares.

Soares recorda que há 28 anos a BR-319 não conseguia passar um ano completo trafegável e que desde o ano passado é possível tráfego, mesmo no período de inverno amazônico. "Hoje nós vivemos o período mais crítico de chuvas, que destrói completamente a BR-319, mas que ainda assim, é possível completar o percurso principal-mente no trecho do meio, que é a parte mais crítica da rodovia", informa.

Segundo o senador rondoniense, vão participar do encontro com o presidente da República Michel Temer, representantes do Amazonas, Roraima, Rondônia e Acre. "As caravanas vão sair de seus respectivos Estados e se juntarão no Acre, e em conjunto

exemplo, as licenças ambientais e estudos de impactos nas reservas indígenas. Eu tenho fé que a conclusão da BR-319 vai sair. Acordado, principalmente, que se trate de uma obrigação nacional", disse.

O senador Acir Gurgacz foi o autor do requerimento que levou a Comissão de Infraestrutura do Senado a montar uma comissão para cruzar a BR-319 durante o inverno amazônico, da qual a Aleam participou com dois representantes: os deputados Flávio Soares e Adjuto Afonso (PDT-AM).

Segundo o senador rondoniense, vão participar do encontro com o presidente da República Michel Temer, representantes do Amazonas, Roraima, Rondônia e Acre. "As caravanas vão sair de seus respectivos Estados e se juntarão no Acre, e em conjunto

se dirigiu à Brasília", explicou Gurgacz, ressaltando que hoje Boa Vista e Manaus são as duas únicas capitais brasileiras que não têm ligação por asfalto com o restante do Brasil.

O senador explicou que a primeira diligência feita na BR-319 foi em janeiro de 2013, quando foram abertas as obras da rodovia e a mais recente, foi realizada em fevereiro de 2018. "É agora possível constatar que, de lá para cá, não houve nenhum dano ambiental. Isso é importante para conseguirmos a licença para o asfaltamento", frisou.

O deputado estadual rondoniense Juracy Barbosa Moreira (MDB) observou a grande ansiedade da população local pela recuperação da BR-319. "Temos que unir nossas forças a favor daquela população que vive às margens da estrada, que também sofre pelo asfaltamento. Eu ouvi dos moradores que desde que os paulistas e o Norte tomaram a decisão de se unir pelo asfaltamento da BR-319, já houve melhorias significativas naquela região", informou.

Segundo o deputado José Neto (PSD-AM), as ameaças à ZFM e a necessidade de resolver o problema logístico do Estado para o transporte de mercadorias exige urgência nas pautas. "Existe uma grande cobrança das indústrias em torno da recuperação da BR-319, principalmente porque o transporte de insumos, matéria-prima e frete dessa mercadoria para outros Estados é o que encarece os produtos e torna mais atrativo comprar de outras cidades que têm uma estrutura em que é possível fazer o transporte de mercadorias por terra, que é mais barato que avião e mais rápido que balsas", afirmou.



PARABÉNS

SUFRAMA

51 ANOS SUPERANDO DESAFIOS,
CONSTRUINDO UM NOVO FUTURO

Indústria amazonense cobra solução

O presidente da Fieam (Federação das Indústrias do Estado do Amazonas), Antonio Silva, disse que a recuperação da BR-319 está entre as medidas que podem ajudar no desenvolvimento industrial do Amazonas e que constam no projeto apresentado ao governador Amazonense Mendes para tornar o PIM mais atrativo para empresas de fora. "A renúncia fiscal da região Norte é cerca de 12%, enquanto que o Sudeste tem 57% de renúncia fiscal. A revisão dos incentivos fiscais do ICMS no Estado, as garantias constitucionais da ZFM e a atração do capital produtivo são algumas medidas que a Federação propôs para começar

os trabalhos junto ao governo do Estado", esclarece.

Silva resalta que se a conclusão da BR-319 sair vai trazer vários benefícios para o PIM, começando pela redução de 15 dias no período de trânsito das mercadorias e insumos. "Nosso problema é de logística por conta de quão distante estamos do Estado brasileiro. Para adquirir qualquer insumo do Sul e Sudeste temos um trânsito time de 22 dias o que onera demasiadamente o custo dessa logística. Com a BR-319 esse transporte reduziria para cinco dias", garante. De acordo com o superintendente do Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes), Fábio Galvão a conclusão da BR-319 depende, exclusivamente, do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). "O trecho do meio, localizado entre os km 250 e 655 da rodovia, de aproximadamente 400 quilômetros, é o único no país que necessita de licenciamento ambiental para receber serviços de manutenção", pondera. Segundo Galvão, a BR-319 tem fundamental importância como corredor viário e seus desdobramentos para a economia regional e nacional. "O sul do Amazonas precisa se desenvolver a altura do Estado e este é altura dos demais mercados consumidores", conclui.

Marx Beltrão confirma saída do Ministério do Turismo em março

O ministro do Turismo, Marx Beltrão, manifestou sua esperança de que as medidas e projetos em votação no Congresso, relativos a temas do setor, possam ser votados antes de sua saída do cargo no próximo mês. "Minha intenção é voltar ao Congresso até o final de março e espero até lá poder ver aprovadas medidas como a transformação da Embratur numa agência de fomento, o aumento de capital estrangeiro nas empresas aéreas e a nova Lei Geral do Turismo com suas 118 emendas", adiantou.

As declarações foram feitas no fórum de Turismo, durante o Painel "Mais turismo, emprego e renda para o país", promovido pelo jornal O Globo, na terça-feira (27). Beltrão foi categorico ao afirmar. "Não vejo outra saída para não perdermos a competitividade. A Embratur tem que se modernizar para enfrentar a concorrência internacional. Nada mais justo que contar com recursos que hoje estão alocados no Sebrae, já que 90% das empresas que atuam no setor turístico são pequenas e médias empresas. Com a aprovação de quase US\$ 20 milhões gastos anualmente na promoção do Brasil no exterior, precisamos fomentar o turismo doméstico".

O ministro defendeu ainda a intervenção federal no Rio e destacou a importância da imagem do país no exterior. "Há uma preocupação no mercado internacional com a escalada da violência no Rio de Janeiro principal portão de entrada do turismo internacional. Já o presidente da Embratur, Virgílio Lummertz, admitiu que se nada for feito o Brasil vai perder a liderança na América do Sul na captação de turistas estrangeiros. "Isso já está acontecendo e se nada for feito rapidamente vamos ser ultrapassados pela Argentina, Colômbia e até o Peru, uma vez que esses países investem em promoção e não têm recursos", admitiu. Lummertz lembrou que desde a implantação do programa de flexibilização dos vistos o volume de pedidos de turistas norte-americanos cresceu 80%.



●●● Entrevista ●●● ARTHUR VIRGÍLIO NETO, prefeito de Manaus

“A Zona Franca de Manaus gera mais empregos diretos em São Paulo do que no Amazonas”

TÂNIA MARIA

especialista para o Jornal do Commercio

Depois de travar uma verdadeira batalha dentro do PSDB, para ter o direito de disputar as prévias como candidato à presidência da República, nas eleições 2018, o prefeito de Manaus Arthur Virgílio Neto desistiu e aproveitou para falar sobre sua saga na política brasileira, a passagem dos 51 anos da Zona Franca de Manaus e a parceria firmada entre as esferas municipal e federal para recuperar o PIM (Polo Industrial de Manaus). Segundo o prefeito, é preciso transformar o Distrito Industrial em mais um cartão postal da capital amazônica, para chamar atenção dos investidores. Este processo juntamente com a Suframa faz parte de um pacote de ações que serão realizadas durante seu terceiro mandato, no comando do Executivo Municipal. Em entrevista exclusiva concedida ao Jornal do Commercio, Arthur faz uma dura declaração sobre os constantes ataques políticos à Zona Franca de Manaus.

Jornal do Commercio – Dados do Tesouro Nacional organizados pelo Computa Brasil mostram que Manaus reduziu investimentos em 30,4%, sendo o montante de

R\$ 351 milhões no ano passado. A que o senhor atribui esse resultado?

Arthur Neto – Na verdade, nós tivemos o DPL (Development Policy Lending), um empréstimo do Banco Mundial, que aumentou significativamente a nossa capacidade de investir. Quando cheguei à prefeitura, o investimento era inferior a 7% do orçamento. Ele hoje ultrapassa 11%. Nosso objetivo é chegarmos a 20% do orçamento, independentemente, dessa questão de empréstimo ou não. A meta é de 20% do orçamento em 2020 para fechamos com chave de ouro esse período de governo. Então, o investimento só tem crescido.

O que vale é essa avaliação positiva que nós temos, quando o Banco Mundial nos analisa somos AAA, a mesma coisa para a Agência de Fomento e o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). Quando é o Tesou-

ro Nacional, ele avalia que nós somos A quando se trata de capacidade de endividamento e também de pagamento, e nos dá um B quando se trata do investimento porque, precisamente, de um A para o outro nós tivemos que investir menos em função de não termos tido desercão de recursos do exterior como tivemos na época do DPL. Mas, se eu sair empréstimos externos e ficar a conta muito para podermos ver que ano a ano o investimento de Manaus tem crescido. Prova disso são as obras que nós fazemos, financiando as nossas próprias obras e as duras penas, mas fazendo as obras que Manaus precisa.

JE – O senhor considera que sua maior inserção no cenário político nacional pode render pontos positivos para a ZFM?

Arthur – Entendo que sim. Porque tenho muito discutido bastante a Amazônia, bastante Amazonas, bastante Manaus, bastan-

te Zona Franca. Tenho procurado mostrar ao país que o Brasil perde tempo quando não mergulha na nossa realidade. Até São Paulo se equivocava gravemente quando se antagoniza com a Zona Franca, porque eu destaco um dado significativo: a Zona Franca de Manaus gera mais empregos diretos em São Paulo do que aqui no Amazonas. E nós que dependemos tanto dela, lá eles não dependem tanto dela assim.

Mas, eles não têm razão para se antagonizar. É uma visão caolha, provinciana, que mereceria ser repensada e o meu papel tem sido de procurar alertá-los, chamá-los para o debate de modo que eles percebam que um projeto nacional nobilíssimo, mais do que qualquer, é um projeto de Brasil entendendo e incorporando a Amazônia nas suas preocupações e nas suas ações. E claro, sem dívida alguma, dentro da Amazônia nós temos mil possibilidades, mas tem uma muito concreta na capital da Amazônia, que é Manaus, que é a Zona Franca de Manaus.

JE – Como o senhor analisa a polarização entre direita e esquerda nas disputas para a presidência e em que ponto esse extenuante pode ser danoso à ZFM?

Arthur – Nós temos um candidato que se manifestou muito claramente contra a Zona Franca através de ações diretas de inconstitucionalidade, que ainda é pré-candidato do PSDB, Getúlio Alcânin. E também quando esteve aqui, o nosso patriota Ciro Gomes, se manifestou muito claramente numa reunião com todo o empresariado, contra os subsídios. Ele se manifestou claramente a favor de cortar os subsídios que garantem vantagens competitivas para a Zona Franca de Manaus. Tanto Ciro quanto Alcânin se esqueceram de que nós aqui garantimos a segurança nacional protegendo as fronteiras, inclusive com contingente civil que ajuda muito o Exército a povoa-las e protegê-las, enfim.

Nós temos outro dado de desenvolvimento de uma região perniciosa e, o terceiro dado muito importante é o ambiental, o dado ecológico. Nós precisamos entender que se nós temos 97% da floresta em pé no Amazonas, isso se deve à Zona Franca de Manaus. Nos seus efeitos diretos e indiretos, a ZFM é sim o grande muro protetor da floresta. As pessoas com fome avançam na floresta, já as pessoas sustentadas por seus

efeitos diretos e indiretos poupam a floresta. Não foi assim no Acre, não foi assim no sul do Pará, não é assim em outras unidades da nossa Federação.

Então, a Zona Franca de Manaus tem um grande aspecto que é reconhecido pela OMC (Organização Mundial do Comércio) que é contra todas as outras zonas francas do mundo, mas não é contra a Zona Franca de Manaus por entender que esta é uma forma de se proteger o meio ambiente, de se proteger a integridade da floresta Amazônica aqui, justamente, no espaço que cabe o maior Estado do país, o maior Estado da América brasileira e da América Internacional.

JE – Até que ponto a falta de autonomia da Suframa compromete o desenvolvimento do Polo Industrial de Manaus?

Arthur – Compromete sim.

As pessoas com fome avançariam na floresta, já as pessoas sustentadas por seus efeitos poupam a floresta

Nós temos um bom superintendente e temos uma excelente equipe técnica. Temos tudo na Suframa para fazermos as análises mais sofisticadas das possibilidades de investimentos aqui e de concessão de incentivos fiscais.

Inclusive eu entendo que uma luta que deveria ser da nossa bancada no Congresso é de todos nós lutarmos pelos PPTs (Processos Produtivos Básicos) serem decididos aqui no Amazonas e por uma razão bem simples eu quero atrair para o governo federal? Não. Eu quero causar prerrogativas de outras regiões? Não. Se levarem a sério toda a reunião do CAS (Conselho de Administração da Suframa) onde estão presentes os representantes de todos os Ministérios que tem a ver com o PPT, com os assuntos relacionados à industrialização, enfim. Se alguém achar que alguém está propondo um PPT que seja motivo a alguma parte da indústria brasileira instalada em outro lugar é só na hora pedir vista, e na hora nós propomos um debate mais aprofundado.

Uma grande conquista seria recuperarmos grande parte do poder decisório da Suframa, conseguindo que os PPTs relativos ao nosso parque indus-

triais passem a ser decididos e votados aqui mesmo. Porque os representantes dos ministros poderiam vir, e vem quando querem e quando não podem vem sempre um substituto imediato. É um dado muito significativo este, não tem razão para não termos os PPTs decididos aqui, em Manaus.

JE – Como estão os trâmites para as obras de revitalização da área do Distrito Industrial II?

Arthur Neto – Com relação à recuperação do sistema viário do Distrito Industrial I, já tem encaminhamento, por meio de convênio firmado com a Suframa para esse fim. Nós Equidamos com todos os problemas burocráticos, procurando unificar os pensamentos lá (na Suframa) e estimo que pelos últimos acordos nós vamos ter êxito. Porque, não tem cabimento nos termos o direito voltar para Brasília, se o recurso é de uma emenda federal, que vem para transformar num cartão postal o Polo Industrial de Manaus.

Hoje, causa má impressão como o Distrito Industrial está, causaria uma boa impressão se ficasse de outro jeito, por isso, eu estou empenhado nessa recuperação, assim como eu vejo o emprego do superintendente da Suframa e todos os adjuntos. Há divergências no campo da engenharia e nós estamos com nossos técnicos e nosso secretário de Infraestrutura e vice-prefeito Marcos Rotta, sempre acompanhando passo a passo.

Agora eu acredito que temos êxito e que vamos fazer um belo trabalho em conjunto com as esferas federal e municipal, para construímos uma solução e, de fato, entregarmos o Polo Industrial de Manaus. No entanto, precisamos de muito mais para transformar o Distrito Industrial de Manaus em cartão postal e melhorar a disposição do investidor de colocar aqui o seu dinheiro. As mudanças estão na cabeça de todos nós para que esse modelo não se esdrene, porque do jeito que está não virará.

JE – A sua saga pela pré-candidatura tem dado ao Amazonas uma visibilidade jamais alcançada. Por que motivo o senhor pretendia ser presidente do Brasil?

Arthur – Primeiro motivo foi mostrar para todos os nossos jovens que é um direito que nós temos ver um horizonte político saído para se candidatarem desde vereador, deputado, senador e até presidente da República.

Acho que esse é o grande legado dessa luta toda que estou travando contra aquela força poderosíssima, aqui para nós, nem sempre escrupulosa que é aquela turma lá de fora, contra a Zona Franca de Manaus.

Prefeito Arthur Virgílio Neto sai em defesa da Zona Franca de Manaus



Ensino médio é o nível de escolaridade que mais predomina entre trabalhadores do PIM

Indústria valoriza mais a capacitação

ANTONIO PARENTE
aparente@zfm.com.br

A área operacional de produção —operadores de máquina, estoques e auxiliar de produção— nas indústrias do PIM (Polo Industrial de Manaus) é o setor que mais exige mão de obra com a formação em ensino médio, segundo a ABRH-AM (Associação Brasileira de Recursos Humanos-Sociedade Nacional Amazonense) e justamente, esse nível que predomina entre os trabalhadores do Distrito Industrial.

Segundo a doutora em Gestão da Inovação e presidente da ABRH-AM, Kátia Andrade, apesar da predominância da formação dentro das indústrias, o avanço tecnológico dos últimos anos tem exigido cada vez mais profissionais com qualificações técnicas, nas áreas de engenharia, mecânica, elétrica, computação e produção.

"Dentro dos segmentos industriais houve a necessidade,

nos últimos anos, em criar novas demandas que exigem profissionais com mais qualificação em áreas técnicas. Além disso, as empresas têm buscado pessoas com habilidade em adequar-se aos diferentes cenários da empresa e situação econômica de cada uma", afirma.

A presidente afirmou também que no atual cenário econômico do país, as empresas têm buscado cada vez mais profissionais diferenciados com criatividade e flexibilidade, que saibam inovar suas funções dentro da política de metas e de trabalho da empresa.

"Independente da nomenclatura da função, as indústrias buscam profissionais exigidos, com vontade de fazer acontecer, com flexibilidade e criatividade para driblar as dificuldades e entregar resultados. Para isso, todos os profissionais precisam aprender continuamente tudo o que é novo. Só assim conseguem inovar, fazer diferente e conseguir resultados diferentes, melhores e mais sus-



Kátia Andrade, criatividade e flexibilidade são requisitos no bom de empregar

tentados", disse.

Criatividade é requisito

Em época de redução de gastos e aumento de produtividade eficaz, a criatividade dos trabalhadores em atuar na linha de produção é um quesito que tem sido bastante valorizado pelas empresas, explica o coaching de carreira, Salomão dos Santos Nunes.

maior produtividade e trabalhar de forma mais eficaz", ressaltou.

Kátia Andrade também destaca a busca das empresas por profissionais que possuem habilidades estratégicas e visão de negócios, para preencher vagas nas áreas administrativa e financeira. Segundo ela, a capacidade do profissional de definir, medir e acompanhar a performance das metas, dentro da sua área de atuação são as principais características valorizadas pelas companhias no perfil de um profissional.

Remuneração

Segundo dados da Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus), trabalhadores com o ensino médio recebem em média de um a dois salários mínimos, dependendo do cargo que exercem. De acordo com Kátia Andrade, a remuneração salarial de cada trabalhador é baseada na suas capacidades diferenciadas ou na política de cada empresa, que beneficia de acordo com sua metodologia de trabalho. Em 2017, os setores de eletroeletrônico (incluindo bens de informática) e duas rodas foram os que pagaram maiores salários.

E em função de um número maior de colaboradores no nível de escolaridade médio, os salários acompanham percentualmente a mesma tendência. "Vale salientar que, cada vez mais, os profissionais são remunerados por sua 'raridade', então quanto maior o diferencial, ou seja, quanto mais raros os seus conhecimentos e habilidades, maior será sua remuneração", explicou.

MPMEs têm captação recorde no BNDES

O segmento de MPMEs (micros, pequenas e médias empresas) respondeu por 56% dos R\$ 3,9 bilhões desembolsados pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) em janeiro deste ano, o que corresponde a R\$ 2,2 bilhões. A participação é recorde, de acordo com os dados divulgados ontem (27) pela instituição. Somente as médias-empresas, com faturamento médio anual de até R\$ 300 milhões, responderam por 29,5% dos recursos liberados pelo banco no mês, somando R\$ 1,13 bilhão, expansão de 99%.

No acumulado dos últimos 12 meses, compreendidos entre fevereiro de 2017 e janeiro de 2018, os desembolsos do BNDES atingiram R\$ 69,9 bilhões, mostrando crescimento de 9% para as MPMEs, para as quais foram destinados R\$ 29,6 bilhões no período.

Segundo o banco, o aumento da participação das MPMEs nas liberações está atrelado a programas que atendem de maneira prioritária esse segmento. Destaque para a linha Finance, que financia a aquisição de máquinas e equipamentos, cujos desembolsos foram de R\$ 1,1 bilhão em janeiro, acumulando R\$ 19,4 bilhões em 12 meses, alta de 11%. Outro exemplo é o programa BNDES Giro, que ajuda as empresas a superar momentos de crise, que desembolsou R\$ 558 milhões em janeiro, somando R\$ 7 bilhões em 12 meses, com expansão de 124%. Por setores, comércio e serviços foi o destaque em janeiro, recebendo R\$ 1,1 bilhão do BNDES, aumento de 7% em relação ao mesmo mês do ano passado.

3M Ciência.
Aplicada à vida.™

Suframa: Desenvolvimento e progresso há 51 anos

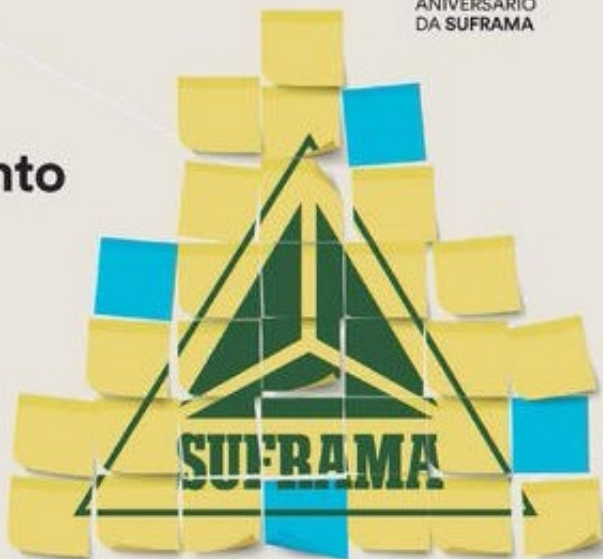
Nossa homenagem para a instituição que promove o desenvolvimento econômico regional de forma sustentável, com impacto positivo na melhoria da qualidade de vida das populações locais.

Parabéns, Suframa!
Juntos, continuaremos a transformar o Amazonas.

3M Manaus
Av. Torquato Tapajós, n. 19.307 (AM 010 km 23),
Área de Transição Urbana - Manaus

Fale com a 3M
0800 013 2333
falecoma3M@mmm.com

www.3m.com.br
facebook.com/3Mdobrasil



BOMBAZINI

Discurso uníssono pela importância do modelo para a economia e para o meio ambiente global

Em defesa do desenvolvimento regional

TANAIR MARIA
Especialista para o ZFC

A Suframa consolidou-se ao longo de mais de cinco décadas como a grande mola propulsora de desenvolvimento regional ao

estabelecer e sedimentar ações de manutenção do modelo da ZFM (Zona Franca de Manaus) com a garantia de concessão de benefícios que fixaram multinacionais e importantes empresas nacionais na região. A parceria permanente com a Secretaria de Fazenda é fundamental no

controle da entrada e saídas das mercadorias, combatendo a sonegação fiscal que causa sérios danos ao erário público. Apesar dos inestimáveis ganhos: geração de milhares de empregos e preservação da maior floresta tropical do mundo, os poderes da autarquia

vêm sendo retirados gradualmente, travando o desenvolvimento do Parque Industrial. A retomada da autonomia de gerenciamento sobre o arrecadado com as taxas é emergencial.

O orçamento diminuiu da Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus),

incompatível com o montante repassado para a União e o engessamento para diminuir a caderia produtiva com a impossibilidade de liberação do PTF (Processo Produtivo Básico) tem prejudicado a instalação de novas empresas e a expansão das que ainda resis-

tem no PIM (Polo Industrial de Manaus).

É neste cenário que representantes de entidades de classe amazônicas, parlamentares e especialistas deram sua opinião sobre a Suframa, que completa 51 anos, hoje, 28 de fevereiro de 2018.

“Precisamos de muito mais para transformar a Zona Franca em cartão postal e melhorar a disposição do investidor de colocar aqui o seu dinheiro”



Arthur Virgílio Neto, prefeito de Manaus

“Nos estamos trabalhando porque a Suframa tem que resgatar toda a sua autonomia financeira e política, para que junto com os governos do Estado e prefeitura possamos também desenvolver um projeto mais focado e voltado para o desenvolvimento do nosso Polo Industrial”



Antonio Silva, presidente da Feam

“A Suframa é um dos mais importantes modelos de sustentabilidade do país, que gera desenvolvimento econômico e social ao mesmo tempo que preserva, com êxito, uma das mais importantes reservas de biodiversidade do mundo”



Marcos Jorge de Lima, ministro do Mdc

“Foi um dos projetos mais acertados da época do governo militar, porque se não fosse a Suframa não teríamos outro modelo de desenvolvimento sustentável para a nossa região”



Nelson Azevedo, economista

“Há necessidade da Suframa recuperar sua autonomia, sem ficar refém do contingenciamento de seus recursos pelo governo federal. É preciso desenvolver novas matrizes econômicas e diversificar seus produtos voltados para os fármacos e cosméticos”



Ataliba David Antonio Filho, presidente da ACA

“Suframa ainda é importante, mas está cada vez mais decadente”



Luiz Castro, deputado estadual

“Crescimento, êxito e prosperidade para o povo do Amazonas”



David Almeida, presidente da Aisam

“O maior catalisador do desenvolvimento regional”



Apollio Tolentino, superintendente da Suframa

“Desrespeitada, enfraquecida, mas, lutando!”



Wilson Páris, presidente do Ceam

“O projeto Zona Franca deu certo na região, apesar das constantes críticas por parte dos inimigos da ZF. Entretanto, entendo que nesses 51 anos de implantação da ZFM, poderíamos ter um parque industrial e um centro comercial mais pujante se tivéssemos uma classe política mais atuante na defesa dos interesses da ZFM”



Marcelo Lima, gerente executivo do CNU/Feam

“A Suframa está fazendo mais um ano de sobrevivência e gostaríamos que, da mesma forma que, o nosso governo prorrogou por mais 50 anos a Zona Franca possamos prorrogar por toda a vida”



Sílvio Campos, presidente Estadual do PT e deputado estadual

“O Amazonas cruzou a fronteira do extrativismo para o patamar de gerador de soluções tecnológicas sob a condução forte da Suframa. O modelo foi prorrogado até 2073, mas sem independência da autarquia para administrar e promover os investimentos em infraestrutura, pesquisa e funcionamento de setores vitais como o CBA”



Alfredo Paes dos Santos, secretário de Estado da Fazenda do Amazonas

“Ai de nós se não fosse a Suframa”



Serafim Comia, deputado estadual e economista

“Melhor projeto ambiental do mundo”



Wilker Barreto, presidente da Câmara Municipal de Manaus

“Grande vetor de progresso dentro da Amazônia”



Patilly Soares, deputado estadual

Migração motivada pelo PIM fez surgir um grande número de novos amazonenses, com muito orgulho

Do Sul ao Norte em busca de um sonho

IVALDO FERREIRA
iferrera@jam.com.br

A medida que as indústrias começaram a ser inauguradas no Distrito Industrial, hoje PIM (Polo Industrial de Manaus), no início da década de 1970, a capital amazonense se tornou um porto seguro onde, muita gente imaginou, se conseguiria emprego, dinheiro, uma casa e uma vida tranqüila. Esse era um dos objetivos da Zona Franca, Meser com a economia da cidade, estagnada fazia mais de meio século. Vio gente de todos os lados, de perto, dos interiores e de outras regiões do país. João Batista Mezari veio de Bem longe, de Campos Novos, em Santa Catarina.

Desenvolvimento do Polo Industrial de Manaus abriu oportunidades para moradores de outras capitais do país

"Nasci em Campos Novos, mas depois mudei para Florianópolis. Em seguida morei no norte do Paraná, na cidade de Aguarana, onde fui facultade de administração e servi o Exército, na década de 1980. Nesse tempo, a Prefeitura de Aguarana estava estimulando quem quisesse abrir uma empresa, e eu abri a minha, mas aí veio o Plano Cruzado 2, em 1986, no

governo Sarney, e minha empresa falou", recordou.

"Um dia, já no final da década de 1980, um amigo meu, que estava em Manaus, me escreveu dizendo que aqui era um lugar muito bom para se conseguir emprego e, reformado, já fora do Exército e sem perspectivas de me tornar empresário, resolvi vir para cá", lembrou.

"Como não tinha dinheiro para pagar um avião, vim de ônibus, de Maringá até Porto Velho. Dois dias e meio dentro de um ônibus. Parávamos só para comer e tomar banho e a viagem continuava. Era um mundo totalmente diferente do que eu conhecia no Sul. Em Porto Velho peguei um avião e vim para Manaus. Em novembro de 1988 e a primeira coisa que estranhei quando pisei o solo de Manaus foi o calor", riu.

Na capital amazonense, João Batista não perdeu tempo e começou a deixar currículos nas empresas do Distrito Industrial. "Dêi-me na Bosch, na Agrale e na Moto Honda. Nesta última eles me chamaram pra fazer entrevista. Fiquei duas horas na recepção aguardando para



Mezari não pensou duas vezes quando soube que poderia arrumar um bom emprego aqui

ser entrevistado e quando finalmente o entrevistador chegou, era um japonês brasileiro. Ele olhou o meu currículo e disse: se você nunca trabalhou, então nem adianta ver o currículo. Pronto, pronto, "dancê", mas aí veio outro japonês, esse era do Japão. Pegou meu currículo, olhou, analisou e disse que havia uma vaga de supervisor. Eu falei que não tinha experiência prática nenhuma, só teórica, e mesmo assim ele me contratou. Em fevereiro de 1989 estreei na Honda como analista de materiais e desde então estou aqui, agora como diretor administrativo

financeiro, já tendo galgado vários cargos dentro da hierarquia da empresa", contou.

Acolhimento de uma forma diferente

Em quase 30 anos de Manaus, João Batista se sente mais amazonense do que paranaense, "já estou a mais tempo aqui do que em meu Estado, então, sou mais amazonense, mas vou ser sincero, o começo foi complicado. Logo de cara o calor amazônico é a primeira barreira. Levei três anos pra me acostumar com o calor, depois mais um tempo pra me acostumar com a comi-

da, meros com o tambaqui e o pirarucu, pelos quais em amazonas de imediato. Em seguida passei a gostar dos bois de Parintins e assim, pouco a pouco, Manaus e o Amazonas foram me conquistando", contou.

"Agora o que me fez ficar aqui e gostar de viver em Manaus foi a acolhida que a cidade me deu, e quando eu falado, falo das pessoas que aqui moram. Os amazonenses te acolhem de uma forma diferente. Teve uma vez, logo no começo, eu estava com minha esposa, passando junto à margem do Tarumã, na marina do Davi, e

procurávamos um local para comer. Faramos numa casa e perguntamos para a dona se ela sabia de um local onde pudéssemos almoçar, e ela nos ofereceu uma banda de tambaqui assado, e nem cobrou, isso sem nos conhecer, e essa atitude é bem comum entre as pessoas daqui. É um carinho marcante", falou.

"Com o tempo fiz muitos 'irmãos' em Manaus, e não são poucos. Esses irmãos são muito mais que amigos para mim", garantiu. "Outra coisa que me fascinou aqui na região desde o começo foi a natureza. Gosto muito da floresta, de estar na floresta, ainda mais quando essa natureza amazônica é de fundamental importância para o mundo", destacou.

"Minha esposa, a artista plástica Eliane Mezari, também veio pra cá e se apaixonou por essa terra. Não está em nossos planos deixar o Amazonas", assegurou.

"Agora o que não posso jamais esquecer é da Honda, uma empresa que me deu essa oportunidade profissional, eu, então, um jovem saído da faculdade, sem nenhuma experiência prática, e investi em mim. Fiz cursos no Brasil e no Japão, viajei pelo mundo em nome da empresa, evolui profissionalmente e meu trabalho sempre foi reconhecido. A Honda é uma empresa como poucas no mundo, por isso é a melhor no que faz", concluiu João, que ainda pretende ter um longo caminho pela frente na sua profissão.

Obituário

REPUBLICAÇÃO DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 2018

CEMITÉRIO NOSSA SENHORA APARECIDA

ALFA BATISTO BARREIRA, 86
Luzerna - 8 filhos, Placemir, Zaira, Betina, Francisco M. Sobrinho, Isabel, Pedro, Marlene

MARIA DE Fátima MARTINS SOARES, 78
Francisco M. Sobrinho, Isabel, Pedro, Marlene

MANUEL DA COSTA LIMA, 78
Antônio de Lencastre, Rogério de Lencastre

SEBASTIANA JÚLIA SOUZA, 71
Breno, Gabriela, Antônio, Francisco

LUCIA PRACEDOR DOS SANTOS, 70
Antônio do Príncipe, Lourenço do Príncipe

CLEONILDES DA SILVA BRAGA, 62
Francisco Brás Brás, Raul de Sá Brás

CEMITÉRIO SÃO JOÃO BATISTA

PEDRO DE OLIVEIRA SOUZA, 80
Assisvaldo de Oliveira, Lucia Nepomuceno Santos

FRANCO ROBERTO SOBRAL, 67
Luzerna, T. Marlene, R. Lourenço, Beatriz

CEMITÉRIO SÃO FRANCISCO

GABRIELLY CRISTINE DA SILVA, 17
Luiz Humberto Costa, Cleonilde, Marlene, Sila

CEMITÉRIO SANTO ALBERTO

JOSE HENRIQUE DE SOUZA OLIVEIRA, 82
Assisvaldo, Rosângela, Galdino, Francisco

Justiça entre os Waimiri Atroari é destacado na Aleam

O deputado estadual Carlos Alberto (PPS) destacou no plenário Ray Araújo da Aleam (Assembleia Legislativa do Amazonas), os trabalhos que estão sendo desenvolvidos pelos projetos "Justiça Itinerante" do TJAM (Tribunal de Justiça do Amazonas) e Tribunal de Justiça de Roraima (TJRR) na terra indígena Waimiri Atroari, na rodovia BR 174 (que liga Manaus até Boa Vista).

"A Ouvidoria desta Casa Legislativa, no início da minha gestão como Ouvidor firmou uma parceria com a Justiça Itinerante do TJAM. Tive a honra de participar da abertura de um trabalho inédito do projeto destinado a atender a população indígena Waimiri Atroari", disse o deputado Carlos Alberto.

De acordo com o parlamentar, diversas autoridades dos poderes judiciário e executivo, dentre elas o presidente do TJAM, desembargador Flávio Passarelli estavam presentes na ação.

MPF e MPT reúnem para discutir o acolhimento a imigrantes

O MPF (Ministério Público Federal) no Amazonas e em Roraima e o MPT-AM/RR (Ministério Público do Trabalho no Amazonas e em Roraima) promovem reunião, nesta quarta-feira (28), em Manaus, com órgãos públicos federais, estaduais e municipais, para tratar do processo de interiorização dos imigrantes venezuelanos no país. Na ocasião, será discutida, com a presença de diversas instâncias governamentais, a estratégia para abrigar os refugiados que serão desalojados de Roraima para a capital amazonense.



Grande número de venezuelanos tem chegado em Manaus

O encontro será realizado no Ministério Público Federal em Manaus e acompanhado por videoconferência pelos órgãos responsáveis em Boa Vista/Brasília. Entre os órgãos que foram convocados pelo MPF e pelo MPT a comparecerem ao encontro, estão o Acnur (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados), o MDS (Ministério do Desenvolvimento Social), a Secretaria da Casa Civil - Relações Institu-

cionais e Sociais da Presidência da República, a PRDC (Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão), a DPU (Defensoria Pública da União) nos Estados de Roraima e Amazonas, a Sejuce (Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania) do Amazonas e a Secretaria de Estado da Gestão Estratégica e Administração de Roraima.

A interiorização dos imigrantes venezuelanos é um processo de transferência de refugiados que estão em Roraima para outros Estados brasileiros. A medida foi anunciada pelo governo federal na última semana, quando os Estados do Amazonas e São Paulo foram indicados como os primeiros destinos dos imigrantes que serão transferidos.

A Digital Center Softwares possui a solução ideal para o seu negócio.

grupodigitalcenter

Mastermaq Software Pode Contar.

Contatos: 92 4101-0209 / 98416-7499 - comercial@grupodigitalcenter.com.br

Lideranças consideram ações do governo federal mais ameaçadoras do que outras zonas francas

Quais são as ameaças para a ZFM?

TANIR MARIA
Especial para o JBC

A Suframa, depois de 51 anos de atividade de correio de risco de perder espaço para outras zonas incentivadas. Será que a mais recente ameaça vem da Zona Franca do Paraguai? Representantes da indústria e parlamentares amazenses divergem quanto aos riscos externos e internos ao modelo ZFM. No entanto, as opiniões vão ao encontro da urgência pela reforma tributária no país, para fortalecer a ZFM e torná-la mais atrativa aos olhos dos investidores internacionais.

De acordo com o presidente do Cioam (Centro da Indústria do Estado do Amazonas), Wilson Perito, a maior ameaça para a ZFM vem das ações do governo federal e não de outras zonas francas. "Na verdade, o Paraguai tem todo o direito de fazer o que bem entender com sua política interna. O que não pode é o governo brasileiro incentivar a ida de investimentos para aquele país", destaca.

Pérfido resulta a prioridade para colocar em pauta a reforma tributária no Brasil. "O que não pode é o governo brasileiro não rever sua estrutura tributária que massacra a sociedade e a atividade produtiva; não investir em infraestrutura; buscar resgatar a competitividade da indústria brasileira. Internamente a única coisa que precisamos é que a constituição seja respeitada", disse. Segundo o gerente executivo do CIO-Feac (Centro Internacional de Negócios administrado pela Federação das Indústrias do Estado do Amazonas), Marcelo Lima, a ZFM atualmente, está com suas atividades mais concentradas na indústria e comércio. Com relação ao segmento industrial 98% tem como destino

da produção o mercado nacional. "Com relação à concorrência, entendemos que, os produtos originários dos países da Ásia têm preços mais competitivos no mercado nacional como também nos mercados da América do Sul. A ZFM com todos os incentivos fiscais é responsável pela maior arrecadação de tributos federais da região Norte", analisa.

Mas, voltando ao assunto das ameaças ao modelo ZFM, o gerente executivo avalia que elas são constantes e vem de empresas e políticos de outras regi-

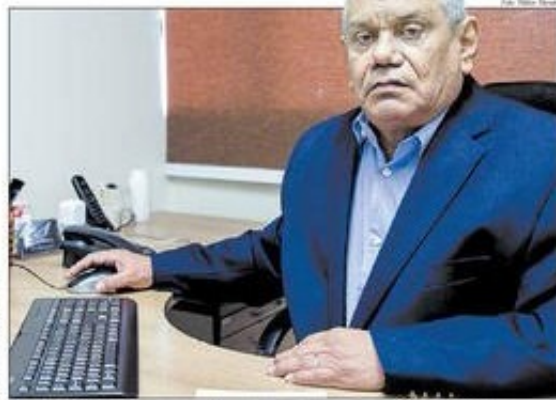
Lideranças se dividem quanto aos principais desafios da ZFM, mas concordam que falta força política e ações governamentais

ões, além da insegurança jurídica gerada pelo governo federal através de medidas provisórias e outros atos contínuos aos interesses do Amazonas. "Na minha opinião, o projeto Zona Franca deu certo na região, apesar das constantes críticas por parte dos inimigos da ZFM", diz.

Entretanto, Lima lamenta pela falta de visão política que deixou passar mais de meio século que poderiam ter dobrado a capacidade fabril do PIM (Polo Industrial de Manaus). "Entendo que nesses 51 anos de implantação da ZFM, poderíamos ter um parque industrial e um centro comercial mais pujante se tivéssemos uma classe política mais atuante na defesa dos

interesses da ZFM. Acredito que se tal luta tivesse ocorrido hoje teríamos com certeza mais de 1000 indústrias instaladas no Distrito Industrial e não cerca de 300 como temos hoje", conclui.

O senador Eduardo Braga (PMDB-AM) pediu ao governo brasileiro que tome providências diante da criação da Zona Franca de Maquila, no Paraguai, que oferece isenção de impostos a empresas que se instalam naquele país para fabricar produtos destinados à exportação. Por sugestão de Eduardo Braga, o Senado aprovou no dia 8 de fevereiro, o requerimento (RQS 19/2018) de criação de uma comissão de seis senadores para visitar o Paraguai e também acompanhar de perto as medidas que podem ser adotadas pelo Brasil. "O senador alertou que os incentivos fiscais em Maquila são uma forma de tirar empregos da indústria brasileira, principalmente da Zona Franca de Manaus, e levá-los para o Paraguai visando a exportação de produtos para o mercado do Brasil. "É isso em um momento em que a economia brasileira começa a ter um crescimento baseado no aumento do consumo. Se não tomarmos cuidado e não criarmos mecanismos que sejam



Marcelo Lima: "projeto Zona Franca deu certo na Região apesar das constantes críticas"

isocômicos, corremos o risco de exportar empregos", afirmou Braga.

Para o deputado estadual Serafim Cordeiro, não existe nenhuma ameaça de outras zonas francas fora do Brasil. "De forma alguma. Não vou nem falar em prova daqui para o Paraguai. Com todo o respeito aos nossos irmãos paraguaios, mas eles estão enganando, eles não tem tecnologia, nem mão de obra qualificada. A única coisa que eles têm lá no Paraguai é a energia elétrica, mas isso não nos mete medo", garante. Por outro lado, o parlamentar alerta para a grande ameaça ao modelo ZFM que vem da criação de outras zonas francas em território nacional. "Agora, uma zona franca no Espírito Santo mete medo. Que só surgiu pela imbecilidade, pela idiotice de alguns dos nossos políticos, que insistem em ampliar os limites da zona franca numa situação absolutamente equivocada e fizeram tudo errado, lamentavelmente".



Zona Franca do Paraguai é concorrente do Polo de Manaus

POR DENTRO

Mais uma Zona em Santa Catarina

O Espírito Santo poderá ganhar uma zona franca - área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais. É o que propõe o PLS (Projeto de Lei do Senado) 90/2017, apresentado pela senadora Rose de Freitas (PMDB-ES), em maio do ano passado.

O projeto propõe que produtos nacionais ou nacionalizados destinados a pecuária, recursos minerais e matérias-primas de origem agrícola ou florestal, agropecuária e piscicultura, estejam para comercialização no mercado externo, que entrem pela Zona Franca do Espírito Santo estejam isentos do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) e do II (Imposto de Importação).

Estão excluídos da isenção: armas e munições, veículos de passageiros (exceto ambulâncias, carros funerários, celulares e ipods), bebidas alcoólicas, fumo e derivados.

No Brasil, a ZFM (Zona Franca de Manaus) é um modelo dessa estratégia de desenvolvimento regional que tem na contrapartida,

manter a floresta Amazônica em pé (intacta). A ZFM compreende três polos econômicos: comercial, industrial e agropecuário. O industrial é considerado a base da ZFM e conta com, aproximadamente, 600 indústrias de tecnologia gerando mais de meio milhão de empregos, diretos e indiretos em Manaus (AM) e em São Paulo (SP).

Na justificativa de seu projeto, a senadora Rose de Freitas lembra o sucesso econômico e os benefícios que a ZFM trouxe para os moradores daquela região. E afirmou que a criação da Zona Franca do Espírito Santo traria os mesmos benefícios para os moradores do seu Estado.

O projeto está em tramitação no CDRT (Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo), onde será relatado pelo senador Eduardo Lopes (PRB-RJ). Depois, segue para a CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) e por fim para a CCJ (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), nesta última, será votado em caráter terminativo.

Alta do mercado livre de energia cria negócio bilionário

Consideradas durante anos como a segunda divisão do setor elétrico, as comercializadoras de energia viraram um negócio bilionário, obrigado por bancos e fundos de investimentos.

Essas empresas são o principal elo de um segmento que não para de crescer no país: o mercado livre de energia, ambiente que permite aos consumidores deixarem de ser atendidos por distribuidoras para escolherem de quem vão comprar a eletricidade.

As comercializadoras fazem a intermediação entre geradores e consumidores, além de prestarem assessoria aos clientes na redução de custos.

Com a escalada da conta de luz nos últimos anos e a necessidade cada vez maior de as empresas melhorarem a competitividade, esse universo de clientes aumentou e incentivou novos negócios.

De 2015 para cá foram criadas 50 novas comercializadoras, somando 222 empresas. Para este ano há 35 pedidos de aberturas, segundo a CCEE (Clamara de Comercialização de Energia Elétrica).

Setor financeiro
O movimento é acompa-

nhado de forte apetite do setor financeiro e de empresas estrangeiras.

Hoje, das dez maiores comercializadoras independentes (não ligadas a geradores) do país, seis já têm algum tipo de parceria ou sócios do setor financeiro e de empresas estrangeiras.

A lista inclui BTG, que hoje está entre as dez maiores comercializadoras do país; o banco de investimento australiano Macquarie, sócio da Nova Energia; a Pátria Investimentos, acionista da Capital; e o Credit Suisse, que ajudou a Delta a desenvolver um fundo de investimento de R\$ 1 bilhão com ativos lastreados na venda de energia.

Uma das últimas investidas ocorreu em agosto passado, quando o banco Brasil Plural comprou 100% da Celer, comercializadora até então considerada pequena.

Mas, desde a aquisição, que ainda precisa ser aprovada pelo Banco Central, a empresa saltou 20 posições no ranking nacional das comercializadoras independentes e está entre as dez maiores.

"O faturamento subiu de R\$ 200 milhões para perto de R\$ 1 bilhão e o lucro líquido



Bancos e fundos de investimentos cobijam mercado

triplou", diz o copresidente da Celer, Cristian Nogueira, responsável pela Mesa de Energia do Brasil Plural.

Segundo ele, trata-se de um casamento perfeito, pois os clientes são os mesmos do banco.

valor de mercado). Os produtos financeiros ligados à energia elétrica tem tido grande apelo no mercado, especialmente por parte de fundos de investimentos e de family office.

Transparente

De olho nesse filão, a Delta - antiga comercializadora do mercado -, se uniu com o Credit Suisse para desenvolver um fundo de investimentos que foca, especialmente, no pré-pagamento de energia. O fundo CSRG Delta Energia foi aberto em 21 de julho do ano passado e captou R\$ 1 bilhão.

A meta é obter um retorno de 20% a 25% ao ano com o produto.

"O setor tem evoluído muito, está mais transparente e as regras são estáveis", afirma Ricardo Lisboa, sócio do Grupo Delta Energia.

O executivo afirma que desde 2012 tem percebido o interesse de investidores por esse tipo de produto mais sofisticado.

No passado, com a falta de incentivo para o crescimento do setor, houve muita especulação nas operações de mercado, o que criou uma certa aversão da ala mais conservadora do setor e até mesmo do governo.

Crise

Em 2008, com a crise energética no país, muitas comercializadoras que especulavam no setor quebraram, lembra Gustavo Machado, sócio fundador da Nova Energia, que tem como sócio o banco australiano Macquarie.

"Mas hoje o cenário é outro. A base de clientes aumentou de forma significativa e turbinou o crescimento do mercado", diz Machado. Em 2015, o mercado livre contava com 1,826 consumidores. Atualmente são em torno de 5 mil. Ou seja, o mercado quase triplicou no período, e criou empresas bilionárias.

No ano passado, a Nova Energia, por exemplo, faturou R\$ 2 bilhões com a compra e venda de energia. A Comerc, outra empresa tradicional do setor, faturou próximo de R\$ 1,8 bilhão e já foi vendida por investidores para possíveis parcerias.

O presidente da empresa, Christopher Marvianos, afirma que o crescimento do mercado se deve especialmente à busca das empresas por custos menores de energia. "O consumidor também vê esse como um mercado de oportunidades". As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Entrevista APPIO TOLENTINO, superintendente da Suframa

“Prosperidade é bom para todos”

TANIR MARIA

especial para o ZC

Entre os desafios para manter a missão da Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus) de promover ações que visam ao desenvolvimento sustentável da região, através da criação e ampliação de emprego e renda, em entrevista ao *Jornal do Commercio*, o superintendente Appio Tolentino destacou o programa Zona Franca Verde e o projeto Suframa Inovante, além de ressaltar atividades como prospectar empresas a apresentar projetos técnico-econômicos para as ALCs (Áreas de Livre Comércio), bem como, intensificar a divulgação dos benefícios fiscais e, ainda, diversificar a matriz econômica do Estado do Amazonas.

Jornal do Commercio – Como está o andamento da agenda positiva da Suframa, para tornar o Polo Industrial de Manaus mais ativo?

Apio Tolentino – A Suframa está sempre desenvolvendo projetos e promovendo ações com o intuito de fortalecer o PIM e toda a área de abrangência (Amazônia Ocidental e Macapá e Santarém, no Amapá). Faz parte do dia a dia da autarquia prospectar novos investimentos e novos segmentos para o PIM. Entre as ações mais recentes está o estímulo a criação de novos polos da cadeia produtiva, nas áreas de fármacos e cosméticos, fertilizantes, equipamentos médicos e hospitalares, energia solar, entre outras; articulação com foco na fixação de novos PFBs (Processos Produtivos Básicos), ajustes de PFBs para atração de novos empreendimentos, como por exemplo, cosméticos e cafés; e a criação de comitê interno (grupo de trabalho) para dinamizar as ações voltadas para a atração de novos investimentos no PIM; análise da pauta de importação brasileira, a fim de identificar componentes adquiridos do exterior com o intuito de atrair seus fabricantes para o PIM; articulação multi-institucional para agilizar o atendimento, desburocratizar processos e melhorar o ambiente de negócios no PIM.

Também realizamos missões empresariais e rodadas de negócios, que resultem em negociações bilaterais para abertura de novos mercados, novas possibilidades de integração logística e organização de missões empresariais para divulgação de oportunidades de negócios.

ZC – Com a intensa integração dos vizinhos venezuelanos na área de abrangência da Suframa, além da preocupação social, existe alguma ação para fomentar emprego e renda a essa nova demanda de mão de obra?

AT – A missão da Suframa é promover ações que visam ao desenvolvimento sustentável da região. Isso significa, necessariamente,

articular e facilitar a criação e ampliação de emprego e renda. É uma missão desafiadora, abrangente, mas com esfera de ação limitada, não nos permitindo resolver questões complexas e transacionais.

Cabe ressaltar que o governo federal como um todo está preocupado com o assunto e estudando medidas no sentido de encontrar soluções. A questão Venezuela inclusive foi objeto principal da recente visita do presidente Michel Temer a Roraima. O certo é que a resolução mais efetiva para a Venezuela é interna e a autarquia segue na expectativa para que o país vizinho retome o caminho do crescimento socioeconômico. Prosperidade é bom para todos. Até há pouco tempo, a Venezuela era um grande parceiro comercial da ZFM.

ZC – O que dizer do Polo Agropecuario? Há novidades?

AT – Está em fase de construção o Plano Diretor do Distrito Agropecuario cujo objetivo é o direcionamento das cadeias produtivas com potencial de mercado, que contemple ações para o fortalecimento do Distrito Agropecuario da Suframa, a ser viabilizado por um comitê multi-institucional encarregado do planejamento de ações voltadas para atrair e gerar agromindias de beneficiamento de produtos do Distrito Agropecuario da Suframa, com foco inicial em produtos regionais como banana, abacaxi, citrinos e pescado. O planejamento é repicar o projeto piloto nos Estados da área de atuação da Suframa.

ZC – Qual a principal meta da Suframa para 2018, ano de eleições gerais no Brasil?

AT – As principais metas para este ano são revitalizar as vias do Distrito Industrial, em parceria com a Prefeitura de Manaus; consolidar a presença da Suframa nos Estados sob sua abrangência, especialmente no tocante aos projetos referentes ao programa

Zona Franca Verde bem como intensificar a divulgação dos benefícios fiscais cotizados na Amazônia Ocidental e Amapá e, ainda, diversificar a matriz econômica do Estado do Amazonas.

ZC – Como o senhor analisa o fato do comando da Suframa estar sujeito às disputas políticas. Isso não interfere numa luta por autonomia?

AT – Os gestores dos órgãos públicos federais são escolhidos pelo presidente da República. Um presidente não se eleger ou se mantém no poder sem apoio político. A indicação política para o comando de órgãos como a Suframa, portanto, também está dentro desse contexto conjuntural da política nacional. A questão é que a indicação política não significa que o cargo será ocupado por um político. De uma forma geral, desde o primeiro superintendente da autarquia, o coronel Floriano Pacheco, a

autarquia tem sido gerida por profissionais nomeados por políticos, mas que são técnicos. É o meu caso também, quem sabe da minha trajetória profissional, sabe bem disso.

ZC – O que a busca por centralizar as ações da Suframa em outros Estados pode trazer de benefícios para o PIM?

AT – Ações como as reuniões ordinárias do CAS (Conselho de Administração da Suframa) nos outros Estados de abrangência da autarquia têm o objetivo de valorizar esses Estados, suas lideranças políticas e empresariais e suas cidades. Ao demonstrar que a área de atuação da ZFM não está restrita a Manaus, todos ganham. Fazem com que os outros Estados se sintam pertencentes e integrados e é decisivo para que desconsiderem cada ataque desferido contra a ZFM também contra eles, o que é um fato.

Avançando nessa questão, a

autarquia desenvolveu o projeto “Suframa Inovante”, incluindo atividades como prospectar empresas a apresentar projetos técnico-econômicos, com atividades realizadas nas ALCs (Áreas de Livre Comércio), especialmente palestras referentes ao pacote de incentivos fiscais para produção com matéria-prima predominantemente regional.

A Suframa também está buscando parcerias com os Estados para o desenvolvimento de sua área de atuação, por meio de ações que visam o desenvolvimento regional, com maior aproximação entre Suframa e governos estaduais, e fortalecimento da produção industrial nas ALCs, com ênfase na utilização de insumos regionais, com incentivo à produção de matéria-prima regional, para consumo interno ou comercialização nacional.

ZC – Até que ponto a interinidade do ministro Marcos Jorge de Lima compromete as discussões sobre as demandas da ZFM?

AT – Independentemente de sua condição de interino, a atuação do ministro Marcos Jorge de Lima é extremamente positiva para a ZFM. O ministro, que é da região, tem sido sensível às nossas demandas. Recentemente, no dia 8 de fevereiro, nos reunimos na sede da Suframa em Boa Vista (RR) para discutir ações conjuntas de planejamento administrativo e estratégico para 2018. Nessa reunião definimos um Plano de Ação para resolver questões de orçamento e capital humano no intuito de prover a atuação de recursos necessários para cumprir a finalidade para a qual foi criada. O que inclui solicitação para convocação de aprovados do concurso de 2014 ou a realização de novo certame para o preenchimento de vagas.

ZC – Como o senhor analisa os trâmites para definição de novos PFBs? Qual solução para dar mais agilidade ao processo?

AT – Para examinar, emitir parecer e propor afixação, alteração

ou suspensão de etapas dos PFBs, foi criado o GI-FTB (Grupo Técnico Interministerial). O grupo é composto por representantes do Mdic, do Metic (Setec e Sepin) e da Suframa. Geralmente, a iniciativa de fixação ou alteração de PFB para um produto específico, é da empresa fabricante interessada na produção incentivada. A partir do recebimento da proposta, o Governo, por meio do GI-FTB, analisa a proposta, trabalhando de forma que seja atingido o máximo de valor agregado nacional, por meio do adensamento da cadeia produtiva, observando a realidade da indústria brasileira. Dessa forma a elaboração do PFB é um processo negociado, envolvendo a empresa interessada, possíveis fornecedores nacionais, outras empresas concorrentes pertencentes ao mesmo segmento e associações representativas dos setores envolvidos.

Por se tratar de diversos interesses e diferentes pontos de vista, nem sempre o processo negociado é simples e rápido. Mas todos os participantes do GI-FTB têm trabalhado para respeitar o prazo máximo de 120 dias para o estabelecimento ou alteração de um PFB.

ZC – Por que as obras de recuperação das vias públicas do Distrito Industrial de Manaus ainda não foram iniciadas? Qual o entrave desta vez?

AT – O projeto deriva do Decreto nº 8.926, de 8 de dezembro de 2016, no qual a Presidência da República em consonância à proposta do CGPAC (Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento), enquadrado a Ação Orçamentária 209/2101 da Suframa como ação prioritária, para execução de transferência obrigatória de recursos por meio de termo de compromisso e depósito no Art. 2º da lei nº 11.378, de 26 de novembro de 2007 (Lei do PAC). O objeto do Termo de Compromisso 01/2016 é a Revitalização do Sistema Viário do Distrito Industrial de Manaus, tendo a Suframa como Corresponsável, a Prefeitura Municipal de Manaus como Corresponsária e a Secretaria Municipal de Infraestrutura como Interviente.

Portanto, as equipes da Suframa e da prefeitura têm trabalhado de forma a garantir que o Projeto Executivo de revitalização das vias, reflita a real necessidade do Distrito Industrial de Manaus e, por conseguinte, possibilite a boa aplicação dos recursos públicos.

ZC – Em uma fase, como o senhor define a Suframa?

AT – O maior catalisador do desenvolvimento regional.

“A Suframa está sempre desenvolvendo projetos e promovendo ações com o intuito de fortalecer o PIM e toda a área de abrangência. Faz parte do dia a dia da autarquia prospectar novos investimentos e novos segmentos para o PIM”



Economistas defendem fortalecimento da economia solidária no Amazonas, como alternativa de ocupação

Economia solidária para trabalhar

Na atual conjuntura, onde o país encerra o ano de 2017 com 12% de desempregados e a ocupação da economia ocorre ainda de forma muito sutil, economistas defendem novas alternativas nos processos de geração de emprego e renda. Com a redução na oferta de vagas, o mercado de trabalho tornou-se mais restrito no processo, deixando à margem trabalhadores com idades mais avançadas, mulheres e até jovens sem experiência. Dentre as alternativas, defendem o fortalecimento dos



Associação de catadores gera trabalho e renda para pessoas que estavam sem mercado

É uma economia onde não existe patrão nem empregados, pois todos são ao mesmo tempo trabalhadores e donos

processos coletivos de trabalho e geração de renda, como a melhoria na qualificação de seus participantes, consultoria de mercado, dentre outros, além de assim oportunizar de trabalho para profissionais de diversas formações.

O presidente do Corecon (Conselho Regional de Economia) Francisco Munhoz Júnior, defende não só a participação dos economistas nesses proces-

sos, como de outros profissionais como contadores, engenheiros. "A participação de tais profissionais pode agregar valor à cadeia, dando retorno positivo a seus participantes. Na medida em que o empreendimento solidário se fortalece, ele gera maior renda para seus participantes, permite absorção de profissionais e possibilita crescimento do próprio empreendimento e da cadeia produtiva".

Há três anos, o Corecon criou o grupo Economistas Solidários, cujo objetivo é dar suporte às operações dos grupos de economia solidária, às cooperativas de catadores, grupos de costura, além de realizar frequentemente

mutirões de cidadania, com a oferta de vários serviços à população.

Economicamente falando, a economia solidária é um jeito de fazer a atividade econômica de produção, oferta de serviços, comercialização, finanças ou consumo baseado na democracia e na cooperação, chamado de autogestão. Uma economia onde não existe patrão nem empregados, pois todos os integrantes do empreendimento (associação, cooperativa ou grupo) são ao mesmo tempo trabalhadores e donos.

Para a economista solidária Marcela Vieira, que há mais de dez anos atua nessa área, com foco na geração de renda e inclu-

são social, é gratificante presenciar esses pequenos empreendedores saindo da invisibilidade do poder público, garantindo seus direitos por políticas públicas, melhorando sua renda e as suas condições de trabalho, além da organização social. Desde 2009, ela acompanha grupos de catadores de materiais recicláveis, trabalhando o fortalecimento desses empreendimentos, colaborando com o processo de formação e suas melhorias, bem como com a aquisição de novos equipamentos. "Antes, não existia processo de diálogo entre os grupos e hoje eles têm a Rede Recicla Amazonas, graças à nossa assessoria", destaca.

Outra vitória do setor e que teve a colaboração dessa economista solidária é a atual articulação para a realização do evento Ecoal, que acontecerá este ano em Rondônia, como um momento de integração entre os empreendedores de materiais recicláveis dos novos estados da Amazônia Legal.

"Terho certeza que será um encontro muito produtivo e de

troca de experiências", diz ela, destacando que o grande diferencial da economia solidária é que não visa lucro, e sim sobras como retorno financeiro.

"É um resultado muito satisfatório ao longo desses anos e por essas poucas verdades reiteradamente da indústria, sem atravessadores, consequentemente, aumentando as suas sobras e melhorando as suas vidas".

Transformação pela economia solidária

A Associação de Catadores Filhos de Guadalupe, fundada há cerca de 18 anos no bairro Vale do Sol, conta com 17 catadores diretos e 17 indiretos, e desde 2009 tem o apoio dos economistas solidários. Nas primeiras visitas do grupo, houve a participação dos estudantes de economia, que fizeram um levantamento socioeconômico da comunidade. Depois foi o Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas) para apoiar com os cursos técnicos.

"As experiências foram muito produtivas, pois aprendemos a fazer planilhas, movimento de caixa, atas e outras atividades", explica a empreendedora social Lúcia Obando, 51, uma das fundadoras da associação, enumerando outras ações, como mutirões solidários, com a retirada de documentos, oficinas de transformação de brinquedos, oficinas de empreendedorismo,

dentre outras atividades.

Quatro chefe é a reciclagem, com a coleta de papel, papéis, pet, latinha. Tudo que se coleta nas residências e nas ruas, depois do triagem, é vendido para as fábricas em Manaus e com os atravessadores. Também fabricam sabão a partir do óleo de cozinha. Lúcia conta que hoje o trabalho tem mais qualidade, porém, frisa que ainda precisam melhorar. "Já conseguimos ter retorno financeiro desse trabalho. Mas falta mais apoio dos governantes", reflete ela, ressaltando que a entidade tem a missão de contribuir para a construção de uma sociedade de mais justiça e sustentável, a partir da organização social e produtiva dos catadores e suas famílias, orientados pelos princípios que norteiam sua luta, como autogestão, ação direta, independência de classe, solidariedade de classe, democracia direta e apoio mútuo.

FIAT TORO

MURANO
SEU FIAT EM 1º LUGAR.

TROCAR SEU FIAT A CADA 3 ANOS FICOU FÁCIL.

MELHOR COMPRA
dell'opinionista 2017

AGORA VOCÊ TEM INFINITAS POSSIBILIDADES PARA COMPRAR A PICAPE MAIS INCRÍVEL DO BRASIL.

PARCELAS DE R\$ 1.127,00*

Abre-latas de caçamba bipartida | Função Start&Stop | Direção Elétrica | Hill Holder (Assistente de arrancadas em inclives)

Alameda Cosme Ferreira, 443
Aleixo, Manaus - AM

98400-1422 | 3090-0387

MURANO
SEU FIAT EM 1º LUGAR.

Empresas com certificados e garantias de qualidade elevam a competitividade da Zona Franca de Manaus

Indústrias certificadas, marcas competitivas

HELLEN MIRANDA
hmiranda@zfm.com.br

Dentro do mercado corporativo, a sigla ISO (International Organization for Standardization), que significa 'Organização Internacional de Padronização' é bastante difundida por ser um meio de promover a normalização de produtos e serviços, utilizando normas, testes e certificação para que a qualidade seja melhorada. O objetivo é promover boas práticas de gestão e o avanço tecnológico, além de disseminar conhecimentos.

Suas normas mais conhecidas são a ISO 9000 e a ISO 14000, que atualmente são as mais apresentadas pelas empresas que querem se instalar no PIM (Polo Industrial de Manaus), mas apenas a primeira, que trata sobre gestão da qualidade, tem obrigatoriedade legal de ser apresentada por elas à Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus).

"A obrigatoriedade das empresas apresentarem e manterem vigentes as certificações ISO 9000 para se habilitarem a atuar na ZFM está prevista no Decreto nº 783/00 e ainda na Resolução do Conselho de Administração da Suframa nº 203/2012, que dispõe sobre a sistemática de apresentação, análise, aprovação e acompanhamento de Projetos Industriais", informou a autarquia.

A ISO 9000 é uma série de cinco normas internacionais (ISO 9000 a ISO 9004) sobre o gerenciamento e a garantia da qualidade. No caso, as normas ISO 9001, 9002 e 9003 se aplicam quando as companhias

querem controlar os sistemas de qualidade durante o ciclo de desenvolvimento dos produtos, que destacam a produção e a instalação; além das situações que necessitem comprovar de que a empresa fornecedora é administrada com qualidade.

Para o presidente do Ciem (Centro da Indústria do Estado do Amazonas), Wilson Périco, as empresas que adotam os regulamentos da ISO 9000 tem mais credibilidade no mercado. "A ISO 9000 assegura a estabilidade e manutenção dos processos e as indústrias são obrigadas a ter para obter os incentivos do PIM na ZFM. Quando a empresa ado-

Objetivo da ISO é promover boas práticas de gestão e avanço tecnológico, além de disseminar conhecimentos

ta as normas, ela demonstra que administra com qualidade e, portanto, garante qualidade de seus produtos e serviços", disse.

Os prazos de certificação dependem do grau de implementação do sistema da qualidade da empresa e varia de 12 a 24 meses. Entre as vantagens para as companhias estão a redução de desperdícios na produção, menos reparos, reparo e trabalho, além do foco no cliente, aumento da competitividade e desempenho da empresa e dos funcionários.

"A outra mais importante e um diferencial é a ISO 14000 que diz respeito ao meio ambiente. A preocupação da indústria é com a preservação e há necessidade de comprovar que essa também é da companhia, transformada em atos e ações. É uma certificação importante e a maioria das empresas tem buscado por ela", destaca Périco.

A certificação ISO 14000 por ser focada na gestão ambiental, tem o objetivo de fornecer critérios para as empresas pro-



Périco lembra que além da certificação, manutenção dos processos é essencial

moverem ações de proteção e conservação do meio ambiente visando o desenvolvimento sustentável. Companhias públicas e privadas podem aderir a norma. Nesse caso, as vantagens são ganho econômico através de medidas tomadas para reutilização de recursos, como a água, ou geração de energia de forma mais limpa. Fora isso, tem a vinculação da imagem da marca de responsabilidade com o meio ambiente, o que agrega valor aos seus produtos e serviços.

Processo

Primeiramente, para uma empresa receber qualquer certificado da ISO, ela deve passar por diversas fases para garantir que a implementação seja feita de forma correta. Desde que esteja dentro das regras, qualquer empresa pode adotar as normas que só traz benefícios, além de ser uma garantia ao cliente de que está adquirindo produtos

ou serviços de uma companhia com boas práticas de qualidade.

"Mas do que o produtor certificado na prática, é necessário executar de fato as regras para ter o sucesso esperado. É importante lembrar que se garanta em qualidade, economia e competitividade no mercado", finaliza o representante do Ciem.

Segundo a Suframa, a obrigatoriedade da ISO é mais uma demonstração que a região é uma das mais bem controladas e organizadas do país, conforme órgãos de controle já puderam comprovar por diversas vezes. "Isso significa que além da segurança jurídica do modelo de desenvolvimento regional, que assegura às empresas um ambiente de negócios propício para suas atividades, o consumidor tem a certeza que os produtos oriundos do Polo Industrial de Manaus têm sua qualidade reconhecida com certificações e normas técnicas com padrões internacionais", conclui a autarquia.

POR DENTRO

Lista de empresas certificadoras do PIM

SGS ICS Certificadora Ltda.	Services do Brasil Ltda	Certification Services
Rina - Registro Italiano Navale S/C Ltda.	Perry Johnson Registrars, Inc.	Gis Germanischer Lloyd Industrial Service Do Brasil Ltda
Britav Avaliações de Qualidade Ltda	Div GI Business Assurance	log Brasil - Instituto de Certificação Qualidade Brasil
Tuv Nord	Avaliações e Certificações Brasil Ltda	Apor - Associação Portuguesa de Certificação
Bsi Group Americas	Iqa - Instituto de Qualidade Automotiva	Ucace - União Certificadora
Dps do Brasil S/C Ltda.	Topcar - Instituto de Tecnologia do Paraná	Focis - Fundação Carlos Alberto Vanzolini
Tiv Rheinland do Brasil Ltda.	Bsi - British Standards Institution Brasil	Tiv Rheinland Brasil
Div - Det Norske Veritas Certificadora Ltda.	Bureau Veritas Certification	Britav Avaliações de Qualidade S/A
Abs Quality Evaluations, Inc.	Concitos Serviços de Certificação Ltda	Fundação Carlos Alberto Vanzolini
Abnt - Associação Brasileira De Normas Técnicas	Cics - Ceramic Industry Certification Scheme Ltda.	U Underwriters Laboratories Inc.
Tiv Süd America Inc.	Itb-Instituto Falco Bauer Da Qualidade	Ata, Inc. - Quality Assurance Assoc Or France
Rina Services S.P.A.	Perry Johnson Registrars, Inc.	Urs - Lloyd's Register Quality Assurance Ltda.
Germanischer Lloyd Industrial	Qmca Pty Ltd Trading As Qms	

Quando a empresa adota as normas, ela demonstra que administra com qualidade e, portanto, garante qualidade de seus produtos e serviços"

Wilson Périco, presidente do Ciem

Petrobras dá aval à Eletrobras para vender distribuidora no Amazonas

A Eletrobras e Petrobras chegaram a um entendimento sobre uma dívida bilionária que permitirá à elétrica estatal avançar com a privatização de sua distribuidora de energia responsável pelo fornecimento no Amazonas, disse à Reuters nesta terça-feira uma fonte do governo com conhecimento do assunto. Para preparar a venda da distribuidora do Amazonas, que deve acontecer até o final de abril, a Eletrobras precisa finalizar os ativos de geração e transmissão da empresa para uma nova subsidiária, a Amazonian GI, que seguirá estatal. A operação precisava do aval da Petrobras devido a um contrato de fornecimento de gás assinado entre elas. A Petrobras virou se negando a assinar a transferência do contrato com a distribuidora para a Amazonian GI devido a dificuldades em fechar um acordo com a Eletrobras sobre quase R\$ 20 bilhões em divisíveis pelo fornecimento de combustíveis no Estado. "A Petrobras tinha que concordar com a transferência dos contratos (da Amazonian Distribuição para a Amazonian

GI). Para ela concordar, tinha que resolver o problema da dívida passada, e das chegadas a um entendimento", disse a fonte, que falou sob a condição de anonimato. Segundo a fonte, há um reconhecimento entre as empresas sobre uma dívida de R\$ 17 bilhões que a Eletrobras precisaria quitar junto à Petrobras, e agora estão sendo discutidos "prazos, cobrança e taxa" a serem praticadas na obração.

Existia ainda uma cobrança pela Petrobras de mais R\$ 3 bilhões junto à Eletrobras, mas essa dívida segue alvo de discussões. "Essa é uma questão em que elas ainda não concordaram", disse a fonte. Ainda assim, o pré-acordo entre a petroleira e a elétrica permitiu à diretoria da Anel (Agência Nacional de Energia Elétrica) aprovar nesta terça-feira condições para a saída dos ativos de geração e transmissão da Amazonian Distribuição, a chamada "desverticalização". A agência deu um prazo até o final de abril para a conclusão

da desverticalização, que envolverá a associação pela Amazonian GI de usinas térmicas e um contrato de gás que pertenciam à Amazonian Distribuição. Uma resolução do CPT (Conselho do Programa de Parceria de Investimentos) sobre a privatização das distribuidoras da Eletrobras afirmava que a desverticalização precisaria ser concluída até 2 de março, mas a fonte do governo disse que não haverá problemas para seguir com a operação.

"O importante era o acordo entre Eletrobras e Petrobras e isso foi fechado. Isso (prazo) não tem problema", disse a fonte, sem detalhar. Além do Amazonas, as seis distribuidoras que a Eletrobras quer vender até o final de abril atendem Acre, Alagoas, Roraima, Rondônia e Piauí. Como as empresas são fortemente deficitárias, a Eletrobras já havia concordado anteriormente a assumir R\$ 11,2 bilhões em divisíveis das distribuidoras para viabilizar a venda. Procuradas, a Petrobras e a Eletrobras não se manifestaram imediatamente sobre o assunto.

São Paulo planeja criar "novo Vale do Silício"

A prefeitura de São Paulo irá criar um distrito de tecnologia e inovação onde hoje está instalado a Guajirap (Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo). O projeto Citi (Centro Internacional de Tecnologia e Inovação), foi discutido em um fórum em, em São Paulo. De acordo com o prefeito João Dória, o centro deverá transformar a região em um novo "Vale do Silício". "São Paulo finalmente terá o seu eixo tecnológico", afirmou o prefeito. "Será um exemplo mundial. Não será apenas bom e representativo no Brasil, terá impacto internacional. Vai servir de exemplo para outras megacidades que vão buscar essa inspiração para fazer distritos tecnológicos como esse". O Citi ocupará uma área de 650 mil metros quadrados na região da Vila Leopoldina. "Já estamos convidando várias empresas, como Facebook, Google, Microsoft e IBM para ajudar a pensar esse projeto e inclusive terem espaço lá", disse Daniel Annenberg, secretário municipal de Inovação e Tecnologia.

País dará 1º passo para automação com corte de IPI

O Brasil, na opinião de especialistas, dará um primeiro passo a caminho da automação nos próximos dias, quando for publicada medida que reduz o IPI para carros híbridos e elétricos". A eletrificação é fundamental para o desenvolvimento da condução autônoma", diz o vice-presidente da Ford para a América do Sul, Rogério Gólfarb, afirmando que os carros do futuro serão eletrificados, conectados e autônomos. A redução dos impostos, que no caso do carro elétrico vai cair de 25% para 7%, mesma alíquota prevista para o híbrido, deve melhorar o acesso aos produtos importados para diversificar a tecnologia no país.

Embora distante, a tecnologia dos autônomos já tem aprovação de brasileiros. Pesquisa da consultoria Deloitte mostra que, entre 1,5 mil entrevistados, só 25% consideram inseguro o carro sem motorista, porcentual que há um ano era de 54%. O resultado mostra que os brasileiros estão menos críticos do que a média de 22 mil consumidores de 17 países ouvidos no início do ano. O resultado geral da pesquisa indica que 41% não confiam em andar em um carro autônomo. Em 2017, o acordo era maior - 67%. Nos EUA, 47% dos entrevistados dizem não se sentir seguros, embora essa taxa fosse de 74% no ano passado. Na Alemanha o percentual de críticos caiu de 72% para 45%. "A redução da desconfiar em todos os mercados é resultado do maior acesso a informações sobre o progresso no desenvolvimento dos carros autônomos, sendo em vista que é uma realidade que está próxima, pois várias empresas anunciaram lançamentos para breve", diz Cedes Ayub, da Deloitte. Outro dado é que, na média geral, 45% dos entrevistados confiam mais nas grandes montadoras para desenvolver e produzir carros que dispõem de motorista, em vez de empresas de tecnologia. Essa também é a escolha de 52% dos brasileiros. Outro item em que os brasileiros destoam é o custo. A maioria dos consumidores de países como Alemanha (59%), Bélgica (55%) e França (58%) não quer pagar mais por esses carros.

Empresas do Polo de Duas Rodas do PIM investem no programa Menor Aprendiz

Menor Aprendiz é entrada para mercado de trabalho

ANTONIO INACENTE
aquentad@com.br

Grande ferramenta de incentivo para iniciar a carreira de trabalho, o programa de menor aprendiz é uma oportunidade para jovens entre 12 e 24 anos que frequentam a escola, entrar no mercado de trabalho e conseguir um emprego, uma exigência do artigo 428 da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Duas das principais empresas do PIM (Polo Industrial de Manaus), a Moto Honda e Yamaha Motus da Amazônia, têm seus programas reconhecidos nacionalmente e se destacam em oferecer oportunidades para jovens atuarem dentro do mercado de trabalho da indústria.

Segundo a presidente da ABRH-AM, Kátia Andrade, o objetivo da contratação de menores aprendizes é complementar a sua formação como profissional e cidadão, e oferecer suporte, para possibilitar ao aluno, conhecer vários setores e processos dentro da organização.

"Temos empresas que fazem um excelente trabalho com menores aprendizes, iniciando-os dignos de serem compartilhados por outras empresas. O contrato de trabalho pode durar até dois anos e, durante esse período, o jovem é capacitado na instituição formadora e na empresa, combinando a formação teórica e prática", disse.

Vencedora do prêmio Ser Humano na área de gestão de pessoas e administração, organizado pela ABRH-AM (Associação Brasileira de Recursos Humanos - Seccional Amazonas), as empresas do setor de duas rodas, Yamaha Motus da Amazônia e Moto Honda, têm seus trabalhos reconhecidos por investirem e valorizar o capital humano.

Premiada pela ABRH-AM, na categoria Empresa Cidadã, modalidade Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Social, o pro-

grama Menor Aprendiz da Yamaha, surgiu da parceria com a Instituição Salusiana Pró-Menor Dom Bosco e o Senai. Segundo o gerente de recursos humanos, João Bosco Pereira Jr., o objetivo é ajudar aprendizes a sair de situações de vulnerabilidade social. Ele explica que o programa contrata anualmente 50 jovens, onde o contrato tem duração de dois anos. O processo seletivo é feito pelo Pró-Menor Dom Bosco, através de acompanhamento familiar, durante todo o ano.

"Após a aprovação, eles passam por exames médicos e são contratados por dois anos, sendo o primeiro ano de aulas teóricas no Pró-Menor Dom Bosco e o segundo ano, a parte prática, feita na fábrica da Yamaha. Durante o contrato o aprendiz dispõe de todos os benefícios de um funcionário, como renda básica. Participação nos lucros e Resultados, plano de saúde, plano odontológico e transporte. Após o curso, é realizada uma cerimônia de formatura para entrega de certificado", explicou.

João Bosco ressaltou, que o processo seletivo tem como prioridade o aspecto de vulnerabilidade social do jovem, onde após a aprovação, passam por exames médicos e são contratados por dois anos, sendo o primeiro ano de aulas teóricas no Pró-Menor Dom Bosco e o segundo ano, a parte prática, feita na fábrica da Yamaha.

"O objetivo da Yamaha é contribuir positivamente com a formação e transformação de jovens, que com um novo social e tem baixa renda familiar, podendo fazer com que desenvolvam profissionalmente. Tudo isso só é possível através da integração entre a Yamaha, o Pró-Menor Dom Bosco e a família. Queremos também moldar cidadãos de bem que tenham um papel importante na sociedade", disse.

Em 2017, o programa formou 19 estudantes, nos quais 5 já foram



Yamaha Motus da Amazônia consolidou seu programa para menores aprendizes

reintegrados como colaboradores da empresa, 2 como estagiários e os demais registrados nos bancos de dados de espera. O gerente afirmou, que os resultados têm sido bastante significativos, onde todo ano há formação em média de 50 novos mecânicos de motocicletas. Além de colaboradores que hoje exercem a função de inspetores, montadores, analistas, técnicos, auxiliar administrativo, informática e até mesmo encanadores.

"Após o término do contrato com a Yamaha é feita uma avaliação e os alunos que se destacam podem ser contratados como efetivos na empresa. O que não são contratados saem do programa com um Certificado de Mecânico de Motocicletas de 1.600 horas, aptos a exercerem a atividade em qualquer indústria, oficina ou concessionária, e até mesmo montar um negócio próprio. Eles ficam também no banco de dados da empresa, quando uma vaga é aberta a prioridade de contratação é de ex-aprendizes", disse.

Resultado do programa, o especialista de garantia de qualidade, Bruno Amorim, citou no programa em 2009 e hoje é formado em engenharia de produção, com especialização em gestão de projetos e engenharia de automação. Além da formação fez intercâmbio na Universidade do Porto em Portugal, durante 6 meses

e atualmente faz parte do quadro de colaboradores da empresa.

"O programa de aprendizagem de mecânica de motocicletas foi um dos acontecimentos mais importantes em minha vida, pelo fato da oportunidade oferecida pela empresa de aprendizagem, e me possibilitou obter o primeiro e atual emprego. Posso dizer que a aprendizagem adquirida de mecânica de motocicletas na Yamaha, possibilitou maior conhecimento do produto e experiência profissional em um ambiente cooperativo", comentou.

Moto Honda

Outra empresa que tem se destacado nos programas de Menor Aprendiz é a Moto Honda, que ano passado venceu o prêmio na categoria moto, da modalidade Gestão de Pessoas, criado pela ABRH-AM. Segundo o diretor administrativo financeiro da Moto Honda, João Batista Mezzari, a empresa tem aprendizes desde 2014, e em 2017, registrou em seu quadro de colaboradores 240 aprendizes, que vão de acordo com o quadro total de seus colaboradores.

"Chegamos a ter mais de 300 jovens no programa. E adotamos essa política devido a sua importância de trazer inclusão do menor que não tem nenhuma experiência e muitas das vezes sai da escola e não tem

não foi possível fazer contratações. Mas, afirmo que em todos os oportunidades de admissão temporária ou efetiva, a companhia optou em olhar os ex-aprendizes, por entender que eles já haviam tido um primeiro contato com Filosofia e Métodos de Trabalho da empresa. Em 2017, a empresa realizou 113 contratações: 99 como temporários e 14 como efetivos.

"Quando tivemos oportunidade de contratar temporários, fomos atrás de menores aprendizes que passaram conosco e que já estavam moldados à cultura da empresa. Quando há a possibilidade, conforme a necessidade, sempre procuramos contratar. Principalmente por ser uma mão de obra já formada pela Senai e por ela já ter passado pela empresa e convivido a cultura de como trabalhamos", disse.

O diretor explicou, que no pagamento do jovem pela empresa, de posse por programas e treinamento de conduta social, cidadãos franceses pessoais e outros processos envolvendo a área de atuação, e destaca, que em todas as oportunidades oferecidas pela empresa, é o próprio aluno que vai definir onde ele vai.

"Para nós é muito importante que no período de sua passagem, ele possa usar na empresa tudo o que ele aprendeu nos treinamentos. Tudo depende da dedicação do menor do seu interesse em aprender e crescer dentro da empresa. É a ideia é que no final desse período sejam contratados e sigam na empresa como já aconteceu com muitos funcionários que já foram contratados no passado", ressaltou.

O objetivo da Yamaha é contribuir positivamente com a formação e transformação de jovens"

João Bosco Pereira Jr., gerente de RH da Yamaha

Colaborador, aprendiz e o futuro do RH no Brasil

O Programa de Aprendizagem, prevê a execução de atividades teóricas e práticas, sob a orientação de entidade qualificada em formação técnica-profissional, observando os parâmetros estabelecidos na Portaria MTE nº 635, de 13 de dezembro de 2007.

O aprendiz é um colaborador que possui um contrato de trabalho por prazo determinado de 2 anos, com carga horária

máxima de 6 horas por dia. Sim, "Temos empresas que fazem um excelente trabalho com menores aprendizes, inclusive já tivemos empresas premiadas no Prêmio Ser Humano - PSH, que é uma premiação da ABRH para as empresas que investem e valorizam o capital humano - com iniciativas dignas de serem compartilhadas por outras empresas. A lei 10.097/2000 estabelece que empresas de médio e grande por-

te devem contratar jovens com idade entre 14 e 24 anos como aprendizes", ensina Kátia Andrade, presidente da ABRH-AM.

Segundo ela, "é possível conseguir encontrar um trabalhador novo e um bem antigo numa mesma fábrica para ver a troca de experiências. Certamente, estamos convivendo, com pelo menos, três gerações no ambiente corporativo".

Segue: "ainda contamos com a contribuição no mercado de trabalho da geração baby boomers (nascidos entre 1943 e 1960). Como podemos verificar, temos quatro gerações de profissionais coabitando no mesmo ambiente empresarial. É nesse cenário que apresentamos soluções torna-se um desafio cada vez maior para a área de Recursos Humanos. Esse "choque" de gerações deve ser bem administrado para proporcionar mais que um ambiente de trabalho agradável, transformando-o em um ambiente de troca de experiências". Aberta a toda essa mudança, a 17ª edição do Congresso de Gestão e Gestão da ABRH-AM propõe literalmente "sacudir a poeira" e estimular as lideranças a redescobrir o "propósito" pelo qual os líderes acertaram seus desafios. Afinal, a grande reflexão é sobre o que se quer deixar de legado para essa nova geração de líderes que está surgindo. "Como estamos capacitando esses líderes para lidar com um ambiente cada vez mais volátil, incerto, complexo e ambíguo? Com que velocidade

POR DENTRO

Breve Currículo

Doutora em Gestão da Inovação em Biotecnologia, mestre em Engenharia de Produção e especialista em Administração de Recursos Humanos pela Universidade Federal do Amazonas. Contadora e Consultora Organizacional nas áreas de Gestão de Negócios, Planejamento Estratégico e Recursos Humanos. Vasta experiência no gerenciamento de processos administrativos e de RH em empresas nacionais e multinacionais. Membro da Diretoria Adjunta da Fleam/ Clean e diretora executiva da KMP Soluções em Gestão Empresarial.



Kátia Andrade, presidente da ABRH-AM e doutora em Gestão da Inovação

estamos promovendo as mudanças necessárias? A dinâmica dos negócios e da competitividade não é mais linear, as variáveis mudam exponencialmente", avalia a especialista. "Nossa estratégia como líderes, não pode continuar sendo

linear. É neste contexto que devemos refletir sobre como podemos alcançar o crescimento, aproveitando o aprendizado com a crise, o potencial das recentes transformações do ambiente competitivo e todos os recursos que a Revolução digital oferece", diz.

	Geração X	Geração Y	Geração Z
Data de Nascimento	Entre 1961 e 1968	Entre 1979 e 1994	A partir de 1995
Características	São práticas, empreendedoras e independentes. Respeitam autoridades e hierarquias. Preferem ter livros.	São questionadores, multitarafas (fazem várias coisas ao mesmo tempo), imediatistas. Buscam poder no trabalho. Preferem meios eletrônicos.	Ligados em socialização também por meios eletrônicos, preocupados com beleza. Aprendem muito rápido, porém, têm dificuldade de concentração.
Palavras-chave	Coletividade, cultura, popularização	Tecnologia, velocidade, individualismo, urgência	Validade, dispêndio flexibilidade

A cada paralização de atividades, a indústria local contabiliza perdas diárias milionárias

Greves causam prejuízos e instabilidade

HELLEN MIRANDA
helenm@zfm.com.br

A constante ameaça de uma possível greve dos auditores fiscais da Receita Federal no Amazonas sempre põe em alerta o PIM (Polo Industrial de Manaus) e suas possíveis consequências para a economia regional. A estimativa é de que a indústria amazônica amargue um prejuízo diários no fatiamento em torno de R\$ 100 milhões, quando os fiscais que fazem o de-

gera US\$ 2,5 bilhões. "É dividido esse valor mensal por 22 dias úteis, a estimativa é perder US\$ 100 milhões diariamente. Além do impacto financeiro, o mais preocupante é o social, porque a hora que se afugenta o investidor por conta dessa instabilidade e insegurança, quem perde somos nós com os empregos que essas empresas deixam de gerar na região, com uma possível saída", disse.

Somos a região mais fiscalizada do país e não somos contra porque defendemos a legalidade

O presidente do Ciem (Centro da Indústria do Estado do Amazonas), Wilson Périco, comenta que o atividade econômica do Estado é uma das mais centralizadas do país e por depender da liberação dos insumos pela receita federal, qualquer atraso pode afetar o setor. "A demora em um item qualquer pode paralisar uma linha inteira de produção, isso gera custo por mão de obra parada e depois a empresa ainda tem que compensar a produção perdida com hora extra", afirma.

Considerando que o PIM fatura em média US\$ 30 bilhões por ano, Périco explica que o montante dividido por 12 meses

Segundo o empresário, todas as atividades da região são afetadas com as paralizações, com destaque para indústria da ZFM (Zona Franca de Manaus) e o comércio local. "Isso porque o comércio ainda se utiliza de muitos produtos importados e a indústria na sua totalidade tem nas suas

vantagens a isenção de imposto de importação, por isso que estamos aqui, os insumos importados dependem da liberação da fiscalização da receita federal", reforça.

Périco lembrou que nas últimas ocasiões de greves da receita federal, foi preciso entrar com ações jurídicas que minimizam os efeitos da paralisação e não foi questionado o direito à greve dos servidores. "Isso é uma pendência entre os servidores e o governo federal, mas precisamos ter bom senso quando tratamos do Brasil, aliás é isso



Qualquer atraso no trabalho da Receita Federal causa prejuízos ao setor industrial

que falta, sentimento de brasilidade", criticou.

Ele esclareceu ainda que o mandato de segurança coletivo, com pedido de liminar, impetrado pela entidade no ano passado teve o único objetivo de assegurar e resguardar o direito

das fábricas de executarem suas atividades.

"No mandado acatado não julgamos quem estava certo ou errado, apenas asseguramos o direito das empresas de terem a eficiência do serviço público com a conclusão do processo de

desembarço aduaneiro dentro do prazo razoável. É importante destacar que essas entidades pagam seus impostos, geram empregos e são impactados por conta da demora", frisou o empresário.

"Somos a região mais fiscal-

zada do país e não somos contra porque defendemos a legalidade, mas não podemos aceitar a falta de uma infraestrutura para cumprir aquilo que se propõe. Queremos a fiscalização em 100% da atividade, desde que traga seriedade e não prejuízos para o contribuinte", acrescenta.

Paralisação nacional

Em novembro do ano passado, a categoria ficou em greve nacional devido o adiamento do reajuste salarial e aumento da contribuição previdenciária dos servidores. A paralisação aconteceu perto do Natal, onde a indústria e o comércio esbarraram na 'operação padrão' que atava em até cinco dias a liberação de insumos impactando nas linhas de produção do PIM.

Na ocasião, com a liminar concedida pela Justiça Federal, as alfândegas no porto e aeroporto de Manaus tiveram que liberar em até oito dias as mercadorias presas no despacho de importação. Em maio de 2015, a categoria também realizou operação padrão por conta do atraso na aprovação e regulamentação do acordo com o governo federal.



Além do impacto financeiro, o mais preocupante é o social, porque causa instabilidade nos empregos"

Wilson Périco, presidente do Ciem



Para indústria, Brasil não está pronto para carro sem motorista

Carros sem motoristas começaram a ser mais frequentes nos próximos dois anos, quando várias montadoras colocarão nas ruas modelos para testes especialmente em serviços de compartilhamento. O passo para a produção em massa vai levar mais tempo, mas os países desenvolvidos já se preparam para receber em breves carros autônomos. No Brasil e em outros mercados emergentes, no entanto, esse futuro está mais distante. Mesmo modelos com tecnologias avançadas que chegam ao país atualmente têm os sistemas desligados em razão de entraves como falta de legislação específica e infraestrutura para conectá-los às estradas e sinalizações, além do custo alto desse processo.

O semiautônomo mais avançado já em produção em série no mundo, o Audi A8, dispensa a atuação do motorista em congestionamentos. O sedã será importado pela Audi brasileira no fim do ano, mas esse sistema não funcionará no país. O carro tem nível 3 de automação, mas no Brasil, sem esse sistema, será rebatido ao nível 2. "O Brasil precisa começar a trabalhar em infraestrutura e em definições na legislação se quiser esse tipo de tecnologia no futuro", diz o presidente da Audi no país, Johannes Roschke.

No mercado desde outubro de 2016, o Mercedes-Benz Classe E entra no país com três sistemas desativados. Um deles avisa o momento seguro para trocar de faixa sozinho após o condutor ligar a seta. Outro interage com o GPS e, por exemplo, controla a velocidade quando uma curva acentuada se aproxima. Um terceiro sistema permite o reconhecimento de placas de sinalização. A



Autônomos só estarão nas ruas em 20 ou 30 anos

Volkswagen também desativou função similar em versões do Golf importadas da Alemanha em razão da falta de padronização das placas nas ruas brasileiras, como a altura.

Também importado desde maio de 2016, o BMW Série 7 tem o dispositivo de estacionamento remoto desligado quando entra no Brasil. Ele permite que o condutor comande a manobra de fora do carro, por meio do smartphone, mas ainda não foi habilitado pelo órgão local de trânsito e, por isso, é proibido.

"Os autônomos ainda são uma realidade muito distante do Brasil", acredita Carlos Ayub, sócio da consultoria Deloitte. "Com a falta de estrutura de cidades e rodovias, vejo isto apenas para o longo prazo".

Pablo Cardamone, diretor de estratégia da Bright Consulting, acredita que os autônomos só estarão efetivamente nas ruas em 20 ou 30 anos. "Até lá, é possível que haja linhas específicas, em trajetos pre-estabelecidos como táxis partindo de aeroportos para a região central das grandes cidades". Para o sócio da PricewaterhouseCoopers (PwC) do Brasil, Marcelo Cioffi, o fator principal que pode limitar a chegada dos autônomos é mais

econômico do que tecnológico. "As tecnologias estão evoluindo de maneira tão rápida que sua aplicação não será empedido".

No mês passado, a General Motors apresentou nos EUA o Cruise, seu primeiro modelo totalmente autônomo, sem volante nem pedais. A empresa promete colocá-lo para testes no próximo ano, inicialmente em uma frota de táxis. A GM aguarda autorização de órgãos governamentais para a circulação desses veículos.

A montadora já tem 180 modelos Bolt autônomos rodando por cidades americanas, mas que ainda são equipados com volantes e exigem a presença de engenheiros da empresa no banco do motorista. A Toyota mostrou recentemente o e-Palette, conceito de food truck autônomo para entrega de comida e outros produtos. A empresa espera iniciar testes com seu veículo futurístico em 2020 durante os jogos olímpicos de Tóquio. O presidente da Toyota no Brasil, Rafael Chang, diz não saber quando tecnologia similar vai estar no Brasil. "mas chegará". Ele ressalta que há 15 anos não se imaginava que mudanças tecnológicas viriam com tanta rapidez e dá exemplos dos celulares e da internet.

PARABÉNS

HÁ

51

Anos

contribuindo para o desenvolvimento do nosso Estado.

Nova Revolução Industrial esbarra na geração de tecnologia para os processos produtivos locais

Indústria 4.0 aguarda inovação

HELLEN MIRANDA
hmiand@zfm.com.br

Realidade em países mais avançados economicamente, como China, Alemanha e EUA, a Indústria 4.0 é uma caminho sem volta no meio global, mas por aqui o conceito ainda ensaia uma imersão na cadeia produtiva. Isso porque implantar a chamada quarta revolução industrial nas fábricas brasileiras e principalmente no PIM (Polo Industrial de Manaus) esbarra em alguns pontos cruciais, que incluem produção com competitividade em escala global e a geração de tecnologia.

O consultor empresarial e ex-secretário de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação (Separc), José Jorge do Nascimento Júnior, explica que a indústria 4.0 criou uma nova lógica de produção, com base na digitalização dos processos industriais, onde toda fábrica se conecta, da produção ao estoque, do setor fiscal até o de compras.

"O homem nesse processo produtivo é apenas um observador porque as máquinas têm inteligência artificial apurada, identificam os problemas, disparam e apresentam as soluções. Essa conversa é chamada de internet das coisas ou internet em inglês", afirma.

De acordo com o especialista, a indústria 4.0 é composta por dois pilares: processos integrados de produção customizada e os produtos inovadores. "A revolução industrial e o dinamismo econômico dão a oportunidade de mudar o padrão de um produto específico, sem parar a linha de produção, no caso do primeiro pilar. Já o segundo é ter produtos novos, como o exemplo, o drone e a impressora 3D", disse.

Em termos de Brasil, o maior gargalo das fábricas e do PIM é referente a falta de produtos in-

ternacionalmente competitivos, diz Jorge Júnior. "Grande parte da produção é destinada para consumo próprio. Em específico a ZFM (Zona Franca de Manaus) é pior porque 98% da produção é para atender o mercado interno e com a geração de tecnologia, é quase que zero, uma vez que só copiamos coisas de outros países", critica.

Novo modelo para antigos setores

De acordo com indicadores da Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus), os três maiores segmentos do PIM são duas rodas, eletroeletrônico

Especialista reforça que é preciso investir na formação do capital intelectual para geração de tecnologia

e químico. Juntos representam quase 60% do faturamento anual do Distrito Industrial. Jorge Júnior explica que o processo produtivo do Polo de Duas Rodas, por exemplo, não vai mudar ao longo dos anos com a revolução 4.0, apenas a forma fabril será atualizada.

"Será que uma grande fábrica como a Moto Honda ainda continuará com 3 mil funcionários nesse novo modelo de produção? Acredito que não porque já entra a internet das coisas", argumenta.

Referente a maior produção na ZFM, que é de TV, ele lembra a necessidade em dispor de uma série de insumos importados como plásticos, placa de circuito, fontes, entre outros. "Mas já existem aparelhos avançados que

não usam mais alguns desses itens, é o caso da Windows TV com tela translúcida criada no Japão. Também se fala na TV holográfica e até agora nenhuma dessas evoluções chegaram aqui", critica.

Ano contrário do que se pensa, não serão o tratamento de PBs (Processos Produtivos Básicos) em Brasília, nem da guerra fiscal de ICMS e IPI pelo a briga do Paraguai fatores entesquecedores do polo em Manaus. "O que pode acabar com o PIM e outras indústrias no Brasil é o processo fabril não acompanhar a evolução de novos produtos", sentenciou o ex-secretário.

Capacitação tecnológica

Com fábricas mais automatizadas, novas demandas surgirão enquanto algumas deixarão de existir, como os trabalhos manuais. Surge um novo mercado para profissionais tecnicamente capacitados, com formação multidisciplinar, fazendo com que as fábricas inteligentes aumentem a demanda por P&D (Pesquisa e Desenvolvimento).

Para Jorge Júnior, o maior legado para o Amazonas a partir do PIM é a capacitação de RH (Recursos Humanos). Segundo ele, ao fomentar a criatividade, a região ganharia mais competitividade no mercado mundial. "Com quase R\$ 500 milhões em recursos de P&D dar para criar um instituto de desenvolvimento de tecnologia, que pode vir a ajudar nas chamadas startups, gerando emprego e renda, após saída de uma grande fábrica do polo".

O especialista reforça que é preciso investir na formação do capital intelectual para geração de tecnologia visando competitividade em escala global. "A revolução 4.0 faz com que o nosso dever de casa seja atrair novos negócios, capacitação de RH que nos dará mão de obra altamente qualificada para gerar



Consultor José Jorge Júnior explica que a indústria 4.0 criou uma nova lógica de produção

tecnologia", frisa.

Um caso de sucesso, citado por Jorge Júnior como resultado da indústria 4.0 no PIM foi a criação da máquina de bebidas em cápsulas B.Brend da fabricante de eletrodomésticos Whirlpool. A máquina produz café, chocolates, chás, coquetéis, sucos, refrigerantes e energéticos, além de purificar água.

Faturamento x Mão de obra

Com a crise histórica dos últimos anos, o PIM que já chegou a ter 120 mil funcionários, perdeu do montante 50 mil empregos e hoje atua com média de 80 mil pessoas. Porém, com a melhora dos indicadores econômicos em 2017, o setor industrial já aumentou em 20% o faturamento na contagem que criou apenas 1% de novas vagas.

"O faturamento voltou a crescer, mas os empregos não. Isso mostra que as empresas para sobreviver a crise tiveram

que se reinventar e buscar novos processos, logística e linha de produção. Após isso, o mercado voltou a aquecer, mas elas não precisaram contratar a mesma quantidade de pessoas devido a automação e esse o perigo", ressaltou Jorge Júnior.

Para ele, as pessoas desempregadas devem migrar para outras áreas, como serviços. "É aquilo, mais de 50% das atuais profissões vão sumir e novas surgirão, por isso a necessidade de capacitação de RH. Senão, vamos estar importando engenheiros e designers, ou um profissional que nem sabemos se já existe".

Segundo Jorge Júnior, as 500 empresas instaladas no PIM faturam em média US\$ 20 bilhões por ano, valor inferior aos projetados se fossem apenas 100 indústrias gerando tecnologia. "Com elas, seria possível gerar 40 mil empregos e faturar US\$ 200 bilhões anuais", especula o

especialista.

Novo conceito

Para o presidente do Ciem (Centro da Indústria do Estado do Amazonas), Wilson Périco, o PIM tem evolução em termos de manufatura e qualificação, tanto na mão de obra quanto de investimentos. "Não existe em local nenhum do mundo, equipamentos ou processos melhores ou modernos do que temos aqui. E nem mão de obra mais qualificada", afirma.

Segundo o representante, a revolução 4.0 é tendência de mercado e todos deverão se adaptar. "Assim como foi dos conceitos de qualidade, ISO, a indústria 4.0 é um novo conceito e metodologia de se produzir, elaborar e desenvolver produtos que o mundo está aplicando e temos que estar preparado para essa mudança. Quem não estiver, tende a ficar para trás", prevê Périco.

CBA permanece sem identidade jurídica

SANJUR MARIA
Español para o JF

O CBA foi criado há 16 anos com a missão de colaborar com a transformação da biodiversidade da Amazônia em desenvolvimento socioeconômico, mas desde então sofre por não ter personalidade jurídica. Em 2015, o Mdc (Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços) formalizou o termo de execução descentralizada que transferiu para o Inmetro (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia) a administração do CBA, antes gerido pela Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus). Segundo especialistas a indústria amazônica quer maior participação nas decisões sobre o futuro do CBA.

De acordo com o economista, consultor de empresas e

produtor de óleos, Osiris Silva a biodiversidade, o turismo ecológico e a Biotecnologia são os caminhos para se desenvolver a Amazônia. "Eu não acredito no desaparecimento do setor industrial, mas ter menos peso na economia se não buscar a diversificação. O setor moderno, do futuro da Amazônia, é a biodiversidade. Isso vai fomentar, se houver investimento. E para isso, o Amazonas precisa ser prioridade nacional, o que não é. Um exemplo é o CBA, que está em estado de inanição", lamenta.

Segundo Osiris, é preciso atacar os problemas prioritários do Estado com investimento, tecnologia, pesquisa e recursos humanos especializados. "O foco é definir os campos do conhecimento de acordo com os projetos, as prioridades e as metas destinadas a cada calha



CBA foi criado com a missão de impulsionar pesquisas

dos nos amazônicos ou a cada região, como por exemplo, a piscicultura, mineração e agricultura", sugere Osiris que é natural de Benjamin Constant, distante 1.121 quilômetros de Manaus, em linha reta.

Hoje, após 16 anos funcionando basicamente com recursos arrecadados das indústrias

instaladas no PIM (Polo Industrial de Manaus), o CBA segue sem expressão econômica. Seu principal objetivo é criar condições para o desenvolvimento ou aprimoramento de processos e produtos da biodiversidade amazônica, por meio da inovação tecnológica, o que não vem sendo cumprido, pela falta de

personalidade jurídica (CNPJ). No período de 2002 a 2013, o CBA recebeu investimentos na ordem de R\$ 65 milhões. Desse montante, cerca de R\$ 52 milhões foram recursos da Suframa e R\$ 13 milhões oriundos de fundos de pesquisas. Os recursos da Suframa são provenientes de arrecadação por meio de taxas e incentivos destinados ao P&D (Pesquisa e Desenvolvimento) da Amazônia Ocidental.

A solução apresentada pelo governo federal foi de uma tripla gestão entre Mdc, Suframa e Inmetro (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia) que administram o CBA, desde o dia 16 de junho de 2015. Essa gestão compartilhada deve durar até cinco anos, período pelo qual os gestores têm por missão definir o melhor arranjo jurídico para o CBA. No entanto, representantes da indústria pe-

dem coherência na definição de uma identidade jurídica.

Na avaliação do consultor de negócios e economista Alfredo Lopes, o CBA é fruto do modelo ZFM sustentado pelas empresas que fazem parte do PIM (Polo Industrial de Manaus). "Quem pagou o CBA foi o modelo Zona Franca de Manaus. O que a indústria quer é ser consultada", disse. Segundo Lopes, o Amazonas não é autossuficiente no agronegócio por falta de investimentos em biotecnologia e em logística de escoamento das safras.

O CBA (Centro de Biotecnologia da Amazônia) foi criado no âmbito do Proben (Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para a Uso Sustentável da Biodiversidade), inscrito no Primeiro PPA (Plano Plurianual) do governo federal, o qual foi somente instituído em 2002.

Primeira reunião do Codam este ano avaliará pauta com investimentos de R\$ 823 milhões

Diversificação industrial em apreciação

A próxima reunião do Codam (Conselho de Desenvolvimento do Estado do Amazonas) este ano, marcada para quarta-feira (28), vai apreciar uma pauta diversificada de projetos industriais que vão da produção de café torrado, motocicletas e medicamentos, a lâmpadas LED. A pauta da

reunião relaciona 26 projetos industriais com investimentos estimados em R\$ 823,5 milhões e geração de 477 vagas no período de até três anos.

Os destaques da pauta são os projetos da Três Corações Alimentos para a fabricação de café torrado e moído com recursos de R\$ 97 milhões. A

Cal-Comp apresentou projetos para a fabricação de máquinas de registro de vendas no comércio com investimentos de R\$ 54 milhões. A LG Eletronic pretende entrar no mercado de produção de venda de caixa acústica de áudio digital com conexão sem fio com projeto no valor de R\$ 1 milhão.

Tais empresas vão submeter



Conselho se reunirá pela primeira vez em 2018 apreciando pauta diversificada

à apreciação dos conselheiros propostas para a fabricação de lâmpadas LED, a Qualitech, a Flex Importação e Exportação e a Rimo Entertainment. Juntos, os três projetos somam investimentos de R\$ 140 milhões e 62 empregos.

Em seis encontros realizados em 2017, o Codam aprovou a instalação de 186 projetos industriais que somam investimentos de R\$ 7,2 bilhões e a criação de aproximadamente 9,5 empregos, no período de até três anos. O Codam é a instância

do governo responsável pela política de incentivos fiscais do Estado e reúne 17 conselheiros representantes de entidades de classe, instituições de fomento, produção e pesquisa, além de órgãos do governo estadual e federal e municipal.

Projeto transformará realidade de ONGs

A Ambev lança o VOA, programa de compartilhamento de conhecimentos em grupo com organizações sociais. Em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 1, 4, 8 e 17 da ONU, que buscam tornar nosso mundo mais inclusivo e sustentável, o programa oferece apoio a essas entidades para que elas atinjam seu maior propósito: realizar seu sonho grande e transformar o mundo em um lugar melhor. O programa pretende

ajudar as ONGs dando acesso a ferramentas que podem levar a uma melhor gestão e, em consequência, ajudá-las a ampliar o alcance de seu impacto positivo na sociedade. Haverá uma seleção pública de ONGs que poderão fazer parte do programa VOA. Para participar, a entidade deve se inscrever pelo site www.programavoa.com.br até o dia 13 de março. No final de março, serão anunciadas as escolhidas. O VOA está estruturado em seis

encontros presenciais, divididos em quatro módulos, que acontecerão ao longo do ano.

Os encontros serão liderados por funcionários voluntários da Ambev especialistas em cada um dos temas, que compartilharão seu tempo e conhecimento e serão mentores de cada uma das ONGs selecionadas. Já há mais de 100 funcionários da companhia cadastrados como voluntários.

Além de oferecer mentoria e

acompanhamento para as entidades, o programa vai dividir com as organizações selecionadas métodos e ferramentas usadas pela própria Ambev em áreas como gestão de orçamento e de projetos, comunicação, relacionamento e captação de recursos.

"Na Ambev, temos o sonho de unir as pessoas por um mundo melhor e as ONGs representam exatamente isso: a união de pessoas que têm como objetivo melhorar o mundo, proporcionar

novas conquistas e oportunidades para quem precisa. Acreditamos que, com as ferramentas certas, todo mundo pode voar mais longe e é isso que fazemos com o VOA. Queremos trocar experiências e, juntos, criar um legado permanente de boas práticas que vá muito além dos nossos muros", explica a diretora de sustentabilidade da Ambev, Carla Crippa. Após participarem dos encontros do VOA, as ONGs participantes também apresentarão

um projeto prático realizado com base no aprendizado. A organização com o projeto mais bem avaliado receberá, ainda, um auxílio financeiro para aplicação na ONG.

Ambev, empresa brasileira, com sede em São Paulo, está presente em 18 países. No Brasil, mais de 32 mil pessoas dividem a mesma paixão por produzir cerveja e trabalham juntas para garantir momentos de celebração e diversão.

DUAS HISTÓRIAS, UM SÓ CAMINHO

1971
Início das vendas das primeiras motocicletas importadas Honda no Brasil.

1976
Inauguração da fábrica de motocicletas Honda em Manaus.

2018
42 anos de Moto Honda da Amazônia.



Honda CG 125



Honda CG 160

Há mais de 40 anos em Manaus, a Moto Honda da Amazônia é a maior empresa do Polo Industrial e posiciona-se como líder absoluta no segmento de motocicletas no Brasil, com mais de 23 milhões de unidades produzidas no País.

Parabéns SUFRAMA por 51 anos de trabalho dedicados ao PIM! Desejamos que juntos possamos seguir contribuindo para o desenvolvimento da nossa região.



Produzido no Polo Industrial de Manaus.







O calçadão da Suframa é uma das áreas mais conhecidas do PIM, mas está abandonado

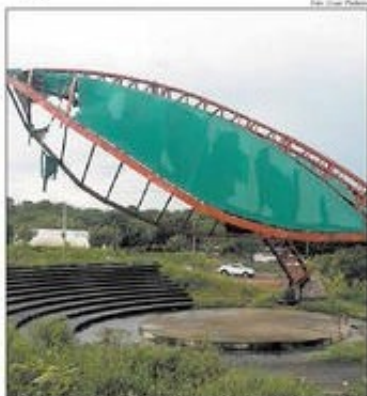
Era uma vez um calçadão...



Rodolfo Marcos comanda o BR-319 Rock Bar no calçadão



Edimar Ferreira: "estamos aqui há 20 anos"



Anfiteatro, hoje abandonado, a espera de novos eventos

VALDO FERREIRA
vferreira@jam.com.br

Em outubro de 2017 o deputado Sínesio Campos esteve na sede da Suframa para cobrar um posicionamento da autarquia federal sobre a situação do famoso calçadão localizado bem em frente à instituição. "O calçadão está abandonado, sem segurança, sem manutenção, sem que a situação dos permissionários seja regularizada. Queremos uma solução da Suframa", disse Campos, na época.

Mais de quatro anos depois dessa visita, a situação é exatamente a mesma. O calçadão está localizado em parte da avenida Mário Andreazza, antes BR-319. Se recebesse uma melhor atenção, o calçadão da Suframa poderia ser transformado num excelente espaço público que servia não somente a quem mora e trabalha naquela região, mas aos demais habitantes de Manaus, pois possui sete quadras,

sendo uma poliesportiva e outra de arte, e um anfiteatro, todos abandonados e deprecados, além de 32 boxes que funcionam em horários e dias variados com serviços de lanchonete, bar e restaurante, com seus permissionários até agora sem a situação dos espaços regularizada, conforme reclamou Sínesio há quatro anos.

"Estamos aqui há mais de 20 anos. Começou com minha mãe e agora ela passou o box para mim", falou Edimar Nascimento Ferreira, permissionário do Point da Tia Helena. "Os primeiros boxes que surgiram no calçadão eram construções de madeira, feitas de qualquer jeito, invadido mesmo. Um dia o pessoal da Suframa resolveu organizar a situação. Construíam dois boxes, lá naquela outra área, e deram para as pessoas que já estavam lá. Para os demais, liberaram a planta e esse espaço aqui onde cada um construiu por conta própria mais 20 boxes", explicou Edimar lembra que o espaço

do calçadão, onde estão localizados os boxes, tem passado por algumas fases. "Por volta de 2011 começaram a colocar forro rum bofe, depois outro. Ficava lotado de gente, mas aí começaram os problemas. Cerveja, brigas, uso de drogas, apreensão de muitos menores e até mortes. Morream uns três naquela época, aí os órgãos de segurança resolveram intervir e acabaram com a bagunça. Também tinha assaltos aos clientes. Agora está bom. Tranquilo", garantiu.

Edimar só abre o Point da Tia Helena para o almoço. Como ele, outros cinco permissionários fazem o mesmo. Os demais boxes funcionam como bases, à noite.

Uso de drogas no anfiteatro

Entre as duas áreas de boxes está a quadra poliesportiva, coberta e totalmente deprecada. Barbeiros insuados, paredes pintadas e lixo espalhado pelas dependências abandonadas.

"Sempre o pessoal está jogando bola na quadra", assegurou o paulista Rodolfo Marcos, que aluga o BR-319 Rock Bar, na outra área de boxes. "Estou aqui há três anos e funciono como bar. Meus clientes são principalmente os motociclistas dos Moto Clubes, que gostam de rock. Só um dos doze boxes abre para almoço. Os demais funcionam como bares. Nos boxes cada um faz seus dias e horários de

funcionamento, bem como se é lanchonete, bar ou restaurante", disse.

Bem atrás do BR-319 Rock Bar está o anfiteatro, com a arquibancada e uma bela estrutura de aço, como cobertura. Um dia a cobertura já foi totalmente revestida com lona, mas agora só restam alguns pedaços pendurados. "Nesses três anos que estou aqui nunca vi ser realizado nada nesse anfiteatro. Eu até que quero fazer um show de rock beneficente nele junto com o pessoal dos Moto Clubes, mas na prefeitura dizem que eu devo falar com a Suframa e na Suframa dizem que eu devo falar com a prefeitura. Acho que vou fazer o evento assim mesmo e ver quem aparece para reclamar a paternidade" do anfiteatro. Hoje ele só serve para o pessoal usar drogas", avisou.

Ao lado do anfiteatro está a quadra de arte, praticamente sem uso. "Como ela fica escondida atrás dos boxes, poucas pessoas sabem de sua existência e

raramente tem alguém jogando bola aí", falou Rodolfo. "Outra situação que encontramos, não aqui, na Mário Andreazza, mas na avenida ai de trás (avenida Açaí) é a prostituição. De dia são as prostitutas e à noite são travestis. Nada contra. Cada um gariba seu dinheiro da forma que achar melhor. Aqui nos boxes não é travestis, felizmente, sem maiores problemas", garantiu.

Apesar do capim alto tomando conta de toda a área de terra junto ao calçadão, inclusive podendo servir de esconderijo para marginais, muitas pessoas fazem caminhadas em sua extensão.

Num determinado espaço, aparelhos para exercícios físicos realizam com o motor e didática praticamente perdeu a utilidade, tudo sob o olhar dos brônco de Pereira da Silva, Castelo Branco e Bernardo Cabral, que se não bastasse em nada estavam parecidos com as figuras ilustres que homenageiam, ainda estão deprecados e pintados.

Equipamentos urbanos, como a quadra de jogos e o anfiteatro estão abandonados e deprecados

Mercado está otimista com próximos leilões de petróleo

O mercado vê com otimismo a retomada do setor de óleo e gás no Brasil, uma vez que as rodadas de leilões do pré-sal têm trazido novos investimentos ao país. A queda da exigência no conteúdo local preocupa, mas é vista como um estímulo para a competitividade das empresas instaladas em território nacional.

"As alterações no marco regulatório do pré-sal, que definiram o fim da exclusividade da Petrosbras como exploradora, criou oportunidade para novos

negócios", avalia o diretor da Fiepg (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Júlio Dias, em apresentação na segunda etapa do programa Circuito Virtuoso da Indústria de Óleo e Gás em São Paulo.

Dias destacou que a produção brasileira de petróleo deverá saltar nas próximas décadas e que existe um horizonte de desenvolvimento da indústria no país. "Nos tornamos o décimo maior produtor mundial de petróleo e o maior da América

Latina. O petróleo e o gás natural terão papel central no fornecimento de energia, mesmo com os investimentos nas renováveis".

O evento ocorreu nesta segunda-feira (26) na planta da Caterpillar, em Piracicaba (SP), e contou com a presença de representantes de empresas, governo e entidades.

O objetivo do programa é apresentar a indústria nacional fornecedora de bens e serviços na área de óleo e gás para operadores, afretadores, modulares

e esteleiros que estão entrando no país em função das novas rodadas de leilões de exploração do pré-sal.

"É uma grande oportunidade e um ponto de partida de apoiar a indústria aos seus principais demandadores", afirmou Dias. Representando o MME (Ministério de Minas e Energia), o diretor-geral da Orp (Organização Nacional da Indústria do Petróleo), Marcos Awaraj, destacou que além do pré-sal, o setor tem uma gama de oportunidades

em outras áreas de exploração. "Também temos os campos terrestres maduros no Nordeste, que podem gerar negócios para produtores menores. A indústria do petróleo não pode depender só do pré-sal", salienta.

O assessor da Subsecretaria de Petróleo e Gás da Secretaria de Energia e Mineração do Estado de São Paulo, Ricardo Carrazini, destacou o impacto da descoberta de campos na Bacia de Santos para a indústria local. "Hoje somos o segundo maior

produtor do país.

O pré-sal já representa metade da produção do Brasil e isso vai crescer com as novas rodadas que já estão programadas", disse. Ele complementou que, além dessas oportunidades, existe o plano de expansão da distribuição de gás para atender às indústrias. "Também temos feito um esforço conjunto com a Petrosbras para atrair um centro tecnológico para a região de Santos e promover soluções para a indústria".

Importadora

Alfaia

Distribuidor Autorizado SUZUKI MARINE

- CANOAS DE ALUMÍNIO
- PEÇAS DE MOTORES SUZUKI
- PRODUTOS NÁUTICOS E HÉLICES EM GERAL






Rua dos Barés, nº 169, Centro.

Fone: (92) 3622-6014/3232-0367 - Fax: (92) 3232-3395

e-mail: alfaia@alfaiapeças.com.br / site: www.alfaiapeças.com.br







Deputados reafirmam necessidade de Aleam ser a Casa do debate político sobre a Suframa

Parlamentares pelo modelo ZFM

CALIBRE CERQUINHO
especial para o JF

Com leis, decretos e resoluções na maioria das vezes de origem federal, durante muito tempo, as grandes questões que de uma forma ou de outra envolveram a funcionalidade da ZFM (Zona Franca de Manaus), de um modo geral, sempre passaram ao largo da Aleam (Assembleia Legislativa do Amazonas). A crença de que pouco se podia fazer, fez com que a maioria dos deputados estaduais, com o passar do tempo, não se debruçassem na busca de conhecer o principal modelo de desenvolvimento da região e consequentemente do Estado do Amazonas.

A crença de que pouco se podia fazer pela ZFM fez com que a maioria dos deputados se alienasse do assunto

Essa rotina só é quebrada quando chega o momento de prerrogativa ou quando algum governo de plantão no Palácio edita uma legislação que vá atingir de morte os que vivem no planície. As reações surgem e o que mais se ouve da tribuna é de que a dase política tem que se unir. O pedido tem um alvo certo: a bancada federal. Mais uma vez é transferida para os corredores de Brasília, as discussões sobre a ZFM. Como se os deputados estaduais nada tivessem a agregar

no debate que interessa a todos, mas, muito mais a quem vive no Amazonas.

Diante desse cenário, alguns deputados querem mudar esse quadro. Na verdade querem transformar a Aleam na Casa política da Zona Franca de Manaus. Para justificar tal iniciativa, o deputado Senafim Corêa do PSB, como economista e ex-prefeito de Manaus afirma que "sem a Zona Franca, Manaus não seria nem um Porto de Lenda". Ele continua dizendo que o modelo im-

plantado pelo governo federal é o grande responsável por todo o desenvolvimento que o Estado tem experimentado nas últimas décadas.

"Com a crise instalada pelo fim do Ciclo da Borracha, o Amazonas vi-

veu tempos sombrios. Até que chegou a Zona Franca trazendo a bonança e a população passou a dispor de uma qualidade de vida melhor. O Polo Industrial de Manaus, com suas fábricas produzindo ou montando produtos modernos tecnologicamente, avançando a atividade comercial, deram um outro sentido econômico ao Estado", disse o deputado.

No entanto, com o passar dos anos, a falta de investimento na questão da infraestrutura e no



Deputados buscam trazer para Aleam as pautas da ZFM

capital humano, produziram as grandes dificuldades que o modelo sempre teve que encarar. "Nossa energia é péssima. Nossos portos obsoletos e ultrapassados. Nossa principal via de escoamento para os principais mercados consumidores, a BR-319, não tem uma definição de trafegabilidade de toda sua extensão. Isso tudo, sem falar na internet, não tão confiável", salientou Senafim.

No que se refere ao capital humano, o ex-prefeito de Manaus, explica que as universidades não se prepararam para formar mão de obra, especializada para o Distrito Industrial. Além disso, muitas das vezes,

existe uma sobreposição de cursos oferecidos. "A UEA (Universidade do Estado Amazonas), por exemplo, recebe das fábricas do Polo Industrial, cerca de R\$ 400 milhões. Será que os cursos oferecidos, principalmente no interior, atende a vocação de cada cidade ou região? Ainda tem a situação quando a UEA e a Ufam (Universidade Federal do Amazonas), oferecem o mesmo curso", exemplificou o deputado. Outra constatação do deputado Senafim vem da reclamação dos prefeitos. Segundo os gestores municipais, as cidades do interior do Amazonas, carecem de pessoal especializado que possam fazer uma prestação de conta

de convênios e de fundos como o Fundeb ou ainda, trabalhar na elaboração de projetos de saneamento ou na área ambiental. Por tudo isso, é que o parlamentar chega a conclusão de que está faltando diálogo entre as universidades, o parlamento, as classes empresariais e os próprios órgãos responsáveis pela sobrevivência do Modelo Zona Franca. Conta acredita que a Assembleia Legislativa pode ser o palco das discussões sobre ZFM. "Temos que qualificar melhor nossa mão de obra para as novas tecnologias. Pois sem tecnologia não existe futuro e dialogar na busca por soluções, é a base de tudo", concluiu o deputado, que preside a Comissão de Ciências e Tecnologia, Comunicação, Informática e Inovação da Assembleia até janeiro de 2019.

Mesmo convicto de que a Zona Franca de Manaus é o maior projeto do governo federal que deu certo na região Norte do país, beneficiando imensamente a cidade de Manaus, o deputado Belarmino Lins ressalta a disparidade entre a capital e o interior do Estado, sobre os benefícios da ZFM. "O que falta, com certeza, é o Decreto 288, de 1967, ser cumprido em sua essência e a ZFM alcançar o interior. Isso ocorrendo, os nossos municípios crescem do dia para a noite, pois as suas potencialidades, suas riquezas naturais, seriam exploradas e transformadas pela indústria em bens econômicos extraordinários para o salto econômico que daríamos, com grandes contrapartidas sociais para o nosso homem-caboclo", confirma.

Apesar do Modelo consolidado, Lins também é dos parlamentares que acredita que a Aleam pode ser desenvolvido mais nos debates sobre os caminhos que devem ser seguidos pela Zona Franca. Como exemplo, o deputado cita a ameaça que o modelo ZFM sofre com a concorrência paraguaia. O país vizinho, está oferecendo inúmeras vantagens como incentivos fiscais e mão de obra barata, com o intuito de levar para lá as grandes empresas instaladas no Polo Industrial de Manaus. Ottonista, Lins diz que torce e luta politicamente, "para que isso passe logo e o governo federal finalmente se volte para a premente interiorização do modelo. O Amazonas só teria a ganhar". O presidente da Aleam, deputado David Almeida (PSD), também tem consciência de que os 51 anos da Zona Franca de Manaus é uma história de sucesso. "Nos orgulhamos cada vez mais deste que é o mais bem sucedido modelo de desenvolvimento regional do país. Agora, com a retomada do crescimento da nossa economia pós-crise, temos que tomar algumas atitudes para que possamos gerar mais empregos, atrair investimentos e com isso irradiar o desenvolvimento", disse.

Almeida lembrou que enquanto esteve como governador, implementou várias ações para o fortalecimento do PIM, como a aprovação no Codam de cerca de 100 projetos industriais e a perspectiva de geração de mais de 7 mil empregos diretos e indiretos, com mais de R\$ 6 bilhões em investimentos.

JOVENS QUE ESTUDAM E QUEREM MAIS OPORTUNIDADES:

INSCRIÇÕES DO PROJOVEM FORAM PRORROGADAS

ATÉ 16/03

PROJOVEM

PREFETURA DE MANAUS

Nova Legislação Trabalhista gera expectativa de mais empregos no PIM, mas preocupa os sindicatos

Uma nova relação profissional

TANIR MARIA
Fase 1 por o R6

A reforma Trabalhista passou a vigorar no dia 11 de novembro de 2017. Ainda existem dúvidas sobre as mudanças na legislação, mas seus efeitos no PIM (Polo Industrial de Manaus) já podem ser percebidos de forma positiva com a geração de emprego. Por outro lado, o ponto negativo está na precarização das condições de trabalho nas empresas.

Na avaliação do presidente do Ciem (Centro da Indústria do Estado do Amazonas), Wilson Périco já é possível

verificar efeitos positivos da nova lei trabalhista para o PIM. "Ainda é recente, mas já se nota a contratação de mão de obra no novo regime, o que dificilmente aconteceria com a legislação anterior", reconhece.

Na opinião do deputado estadual e economista Serafim Corêa as mudanças na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) não ocorrerão imediatamente. "São repercussões que

vão acontecer a médio e longo prazo", disse. Entretanto, a preocupação imediata vem dos sindicatos com o fim da contribuição obrigatória. "O que está gerando mais atualmente diz respeito ao fim da contribuição sindical e o estabelecimento de honorários sucumbenciais a nível de Justiça do Trabalho", afirma.

Serafim explica que, agora com as novas regras, se a pes-

soa fizer uma reclamação e perder ainda que em parte, tem que pagar honorários, que serão descontados daquilo que porventura a pessoa tenha direito. "Isso deu mais responsabilidade tanto aos reclamantes, quanto aos re-

clamados, como aos advogados e aos sindicatos. Antigamente, a pessoa podia chegar na Justiça do Trabalho e reclamar o valor que achasse que tinha direito, por mais absurdo que fosse", salienta.

De acordo com o presidente do Sindmetal-AM (Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas), Valdemir Santana a reforma Trabalhista diminui os direitos dos trabalhadores e terá efeito



Terceirização ainda não ocorre em muitos segmentos nas atividades fixas das empresas

contrário no PIM. "Agora a empresa pode contratar a pessoa para trabalhar só duas horas e pagar só pelas duas horas sem ter direito ao FGTS, INSS e outros benefícios", alerta. "Essa reforma não vai gerar empregos, apenas manterá os já existentes, mas com menos benefícios", completa.

Segundo o presidente do Sindplast-AM (Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Material Plástico de Manaus e do

Estado do Amazonas), Francisco Brito o Distrito Industrial está um caos depois da reforma Trabalhista. "O Polo Industrial de Manaus se transformou numa periferia, porque depois da reforma Trabalhista as empresas começaram a precarizar as condições de trabalho e ringuem-se uma ação da Suframa sobre isso. Está um caos no Distrito Industrial e eu não vejo futuro para as empresas ficarem aqui", lamenta. Brito cobra mais di-

álogo entre a autarquia e os trabalhadores, que são o maior patrimônio do PIM.

Terceirização

Segundo Serafim Corêa, a terceirização já vinha acontecendo no PIM, desde meados de 1992, durante a transição do Plano Collor para o Plano Real. "Há algum tempo nós já tínhamos terceirização no Distrito Industrial de forma muito ampla. Eu não sou contra a terceirização. Eu sou contra a

terceirização exacerbada, como a que tem no serviço público. Agora na relação trabalhista, no tipo de contrato, nos acordos isso são questões que só a médio e longo prazo nós vamos poder entender", observa.

Serafim é contra a terceirização de atividades fixas. Para exemplificar, ele cita o segmento eletroeletrônico onde as empresas terceirizam os serviços de segurança patrimonial, cozinha industrial e transporte, mas preserva os contratos em regime CLT para os empregados que trabalham na linha de produção. "A empresa pode terceirizar esses serviços, mas a atividade do montador essa não, eu sou contra", afirma. O professor Bruno Rodrigo de Messias Leite, mestre em Ciências Políticas faz uma análise sobre o Polo Industrial de Manaus e os sindicatos laborais. "Historicamente, o sindicalismo amazônico, especialmente aquele ligado aos trabalhadores que atuam diretamente nas indústrias do PIM, é pouco combativo. Mais adepto, sempre foi orientado pela lógica da cooperação com as empresas. Bem diferente do sindicalismo do ABC paulista, mais combativo, o sindicalismo local priorizou a formação de uma vasta de sindicalista que defende, até hoje, os seus próprios interesses em detrimento da maioria dos trabalhadores", conclui.

Reforma política é "agenda inacabada", diz Barroso

Após tomar posse como ministro efetivo do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), na noite desta terça-feira (27), o ministro Luís Roberto Barroso destacou que a reforma política no Brasil é uma "agenda inacabada". "Já tivemos avanços importantes, como a proibição de coligações em eleições proporcionais, mas é preciso avançar mais", comentou Barroso, sustentando uma reforma que batareia o custo das eleições e aumente a representatividade política.

Para o ministro, o Brasil vive um momento de refundação e de um novo nível de democratização. "Há uma imensa demanda por integridade, por idealismo, por patriotismo no

Brasil. Nós não podemos desperdiçar esse momento".

O ministro falou a jornalistas depois da sessão do TSE em que assumiu a vaga de ministro titular da Corte Eleitoral. Barroso, que compõe o STF (Supremo Tribunal Federal) desde 2013, entra como efetivo no lugar do ministro Gilmar Mendes, que deixou a presidência e o TSE no início de fevereiro.

Barroso compunha desde 2016 o grupo de ministros substitutos do TSE. Sua posse como titular contou com a presença de autoridades como a advogada-geral da União, Grace Mendonça, o corregedor nacional de Justiça, ministro João Otávio de Noronha, e o presidente da

Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Apesar das cerimônias de posse para ministros titulares não exigirem alguma fala especial da presidência da Corte, o ministro Luiz Fux, que assumiu como presidente do TSE no dia 6 de fevereiro, fez questão de acentuar a admiração e amizade que mantém com Barroso. Colegas de turma no Supremo, Fux e Barroso são do Estado do Rio de Janeiro e amigos de longa data. "Há mais de 20 anos", insistiu o presidente do TSE.

"Nossa amizade é transparente e sincera. Gostaria de destacar com a experiência que tenho que a dimensão humana

do ministro Barroso é realmente singular. O ministro se destaca com justo merecimento", disse Fux, acrescentando que, no momento "desafiador" em que passa o Brasil, o TSE "está de parabéns pelo ingresso efetivo" de Barroso na Corte Eleitoral.

Mudanças. Barroso, considerado como uma das vozes mais contundentes no discurso de combate à corrupção e na defesa da atuação do Ministério Público, é parte das mudanças na composição do TSE em 2018.

A próxima alteração aconteceu em agosto, quando Fux deixou a presidência e o tribunal. Em seu lugar, é efetivado o ministro Edson Fachin. Já a cadeira de presidente será

ocupada pela ministra Rosa Weber, que comandará o TSE nas eleições.

Investigação

Relator do inquérito que investiga o presidente Michel Temer do Supremo Tribunal Federal, Barroso não quis comentar a saída do diretor-geral da Polícia Federal, Fernando Segovia, demitido nesta terça-feira pelo ministro da Segurança Pública, Raül Jungmann. Barroso esteve recentemente reunido com Segovia, quando o intimou para dar explicações sobre as declarações que o ex-diretor da PF fez à imprensa sobre a investigação em torno do Decreto dos Portos.

Em entrevista à agência Reuters, Segovia havia sinalizado que a tendência era de arquivamento da investigação contra Temer. No dia seguinte, Barroso intimou Segovia para que se explicasse, chamando a conduta de "manifestadamente impopular".

Além da cobrança do ministro e da pública instigação das associações da Polícia Federal sobre a atitude de Segovia, a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, havia pedido ontem ao STF uma "ordem judicial" para que o ex-diretor da PF se abstinisse de declarações a respeito de inquéritos em curso, sob pena de afastamento do cargo.

Fatia da Infraero em 3 aeroportos será vendida

O governo federal pretende vender até o fim deste ano a participação de 49% que a Infraero detém nos aeroportos de Guarulhos (SP), Brasília (DF) e Confins (MG). Nos próximos dias, será assinado um contrato para que o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) faça a operação de venda dos ativos, que inclui o cálculo do valor das participações e a avaliação das condições de mercado.

Segundo o secretário Nacional de Aviação Civil, Dátira Reis Lopes, a expectativa é arrecadar algo em torno de R\$ 5 bilhões apenas com os três aeroportos. A venda deverá ser feita por meio de licitação e terá algumas restrições para os atuais sócios da Infraero. Eles poderão participar da disputa, mas serão proibidos de dar lances em outros terminais. Ou seja, o sócio de Guarulhos, por exemplo, não poderá comprar a participação da Infraero em Confins ou em Brasília.

Lopes diz que tem recebido boa sinalização dos investidores em relação à venda das participações. Mas que há grandes



Aeroporto de Guarulhos será um dos vendidos

chances de os atuais sócios (ou parceiros desses investidores) comprarem a participação da Infraero. Os três terminais foram concedidos para a iniciativa privada em 2012 e 2013, com juros que chegaram a 600% (caso de Brasília).

O Aeroporto de Guarulhos foi arrematado pelo consórcio formado pela Invepar (empresa dos fundos de pensão do Banco do Brasil, Petrópolis e Caixa) e pela operadora sul-

fricana ACSA; Brasília pela argentina Corporación América e pela Infravix (que vendeu a participação para a sócia depois do envolvimento na Lava Jato); e Confins, pelo grupo criado entre CCR e Zurich Airport. Os outros dois aeroportos licitados na primeira e segunda rodada de licitações (Viracopos, em Campinas, e Galeão, no Rio) serão avaliados pelo BNDES, mas não deverão ser vendidos neste ano.

O documento obtido pelo jornal "O Estado de S. Paulo" traz alternativas que dariam independência para a Infraero. Uma delas é a venda (de 49% ou 51%) da estatal para a iniciativa privada. Isso representaria algo em torno de R\$ 17 bilhões de arrecadação para o governo federal. Procurada, a Roland Berger não quis se pronunciar sobre o estudo.

Aprovada MP que dispensa Estados para empréstimos

Apesar da obstrução da oposição para impedir a votação, o plenário da Câmara aprovou na noite desta terça-feira (27) a Medida Provisória 801/2017, que favorece Estados com planos de recuperação fiscal homologados pelo Ministério da Fazenda. A MP precisa ser aprovada até esta quarta-feira pelo Senado para não perder a validade.

Na prática, a MP abre caminho para o empréstimo que o Rio de Janeiro teria a receber como antecipação da privatização da Cedeae. A medida dispensa o Rio e outras unidades da Federação de uma série de exigências, antes obrigatórias, "para fim de contratação, adiantamento, repactuação e renegociação de operações de crédito, concessão de garantia pela União e contratação com a União".

A MP foi editada no período em que o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), ocupava interinamente a Presidência da República, em setembro. Embora a decisão já

estivesse no radar do governo, Maia fez questão de subverter uma medida que ajuda seu rodado eleitoral.

Pela MP, o consenso de garantias do Tesouro com base na Lei de Recuperação Fiscal dos Estados pode ser feita sem o cumprimento de vários requisitos. Dentre eles, os Estados em recuperação fiscal não precisam comprovar regularidade junto ao FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) nem ao Cadin (Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal). Os entes também ficam dispensados de apresentar certificados de pagamento regular dos tributos federais e da dívida ativa da União.

A dispensa dos requisitos previstos na MP também vale para termos aditivos a contratos de refinanciamento firmados com a União no âmbito de negociações feitas no ano passado. Dessa forma, a medida beneficia outros Estados, como o Rio Grande do Sul.

design : fi

FÁBIO ALENGAR
Designer
fabio@designfi.com.br



Amazonas na Rosembaum

A 1ª Feira na Rosembaum de 2018 (de 8 a 11/03), na Unites Cultural (SP), terá a designer Luana Mouro entre os curadores de jóias. A profissional de Mauá tem se destacado bem no novo Rio-São Paulo.

Entendeu ou é para desenhar?

A missão do marketing, em mostrar que o ketchap Heinz não tem conservantes. Qual foi a solução do design? Deixar isso óbvio na embalagem. Agora, os ingredientes vêm em 1º plano, no rótulo frontal. Tomate, açúcar, vinagre, sal, cebola, aroma natural e sem bem-humorado? e só.



Empresa apresenta o novo celular modelo 8110, popularizado no filme 'Matrix'

Nokia volta em versão 'reloaded'

Conforme antecipamos neste espaço, nem foi necessário abrir oficialmente as portas do Mobile World Congress 2018 para que começassem a pipocar na imprensa as notícias sobre os grandes lançamentos do setor para o evento - o maior na área de comunicação móvel no planeta.



Fabricante anuncia, com a cue, o apelido de banana phone

As grandes vendas, claro, são os smartphones top de linha de fabricantes como Sony, Samsung, Asus e Xiaomi, para citar alguns. Mas o MWC também está sendo palco para retorno de antigos 'bóias' da Nokia, com um design mais refinado e alguns recursos integráveis nos anos 90, quando foram apresentados ao mercado

peça primeira vez, como é o caso do modelo 8110, popularizado no filme Matrix (1999), onde era usado por Neo, personagem de Keanu Reeves. Assim como o filme, o celular garbosa uma continuação.

Super Botão
Algumas características do 8110 original foram mantidas, como a tampa que desliza para proteger o teclado numérico do aparelho e a presença do popular jogo de

cobrinha entre os aplicativos. O novo modelo também mantém a curvatura que rendeu à primeira versão o apelido de banana phone. Não por acaso, a Nokia resolveu oferecer o 8110 também em uma versão de cor amarela. A duração da bateria, em espera, é de 25 dias e, mesmo com o enrijado suporte para internet 4G, o aparelho é bem básico, com 512 Mb de RAM, 4 Gb de armazenamento, uma câmera traseira de 2 MP e a tela de 2,4 polegadas. O aparelho chega na Ilumina, em maio, por R\$ 300. A má notícia para os seguidores do Brasil é que não há previsão para que a HDM Global (irlandesa responsável pela Nokia) venda o 8110 por aqui.

Vai começar o concurso de cartaz do MCB

Tudo pronto para a largada da 32ª edição do Concurso de Cartaz do Museu da Casa Brasileira (MCB). O concurso, realizado anualmente, busca promover a reflexão sobre o design brasileiro e incentivar o uso do cartaz como meio de

expressão. As inscrições para os interessados em participar serão abertas na próxima segunda (5) e vão até o dia 10 de abril. O resultado do concurso sai em 7 de maio. Qualquer pessoa física pode participar. A taxa de inscrição

é de R\$ 50 (com desconto de 50% para estudantes) e o prêmio para o vencedor será de R\$ 3 mil - além de um cenário de mais R\$ 3 mil para criar as demais peças gráficas do Prêmio Design MCB. Como forma de

estimular a interatividade, os melhores trabalhos vão compor uma exposição em que os visitantes deverão escolher, por voto, seu cartaz favorito. Mais informações já estão disponíveis no site do Museu, em museucb.org.br.

Marcas 2018 - Top 10

Rank	Brand	Change
1	amazon	+60%
2	Apple	+37%
3	Google	+18%
4	SAMSUNG	+18%
5	f	+16%
6	AT&T	-5%
7	Microsoft	+1%
8	verizon	-5%
9	Walmart	-1%
10	ICBC	+18%

Porto de Santos passa a utilizar drones em março

A partir do próximo mês, todas as operações de abastecimento de navios no Porto de Santos serão monitoradas por drones. A ideia é ampliar a segurança e identificar possíveis vazamentos durante a atividade rapidamente. Com isso, o atendimento às ocorrências também será realizado de maneira mais célere, reduzindo os impactos ambientais.

A informação é do diretor de Operações Logísticas da Codesp (Companhia Docas do Estado de São Paulo), Carlos Henrique de Oliveira Pogo. O executivo participou, na última sexta-feira (23), de uma aula magna a alunos do curso de pós-graduação de Direito Marítimo e Portuário da Unisantos (Universidade Católica de Santos), no Borequeiro, em Santos.

Segundo Pogo, a Docas pretende concluir, nos próximos dias, o processo de aluguel dos veículos não tripulados. No início deste mês, foi realizado um pregão eletrônico e a empresa classificada cobrou R\$ 2,5 milhões para manter seus drones em operação no complexo marítimo santista.

O certame precisa ser finalizado com a entrega da documentação pela empresa classificada, a Vert. Esta etapa deve ser concluída nos próximos dias.

De acordo com o diretor da Docas, os equipamentos serão dedicados para o caso sanitista de acordo com a demanda da Autoridade Portuária. No entanto, está prevista a ação dos drones durante as 24 horas do dia, inclusive aos finais de semana e feriados no Porto.

Atividade de portos privados mantém a movimentação e a competitividade do PIM

Rios fechados para a indústria

ANTONIO PARENTE
aparente@cam.br

Principal modal de transportes do Estado do Amazonas e da região Norte do país, o transporte hidroviário é de suma importância para escoar os produtos fabricados no PIM (Polo Industrial de Manaus). Dos 62 municípios do Estado, apenas 10% são atendidos por rodovias, já as demais cidades são acessíveis apenas pelos rios através de embarcações ou através de transporte aéreo, segundo a An-



Empreendimentos portuários privados são fundamentais para o escoamento do PIM

Indicadores nacionais registraram movimentação de 721,6 milhões de toneladas nos portos privados

taq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários).

Com isso as indústrias do PIM viabilizam a distribuição dos produtos pelos portos da cidade. Segundo o vice-presidente do Sindama (Sindicato das Empresas de Navegação Fluvial do Estado do Amazonas), Claudomiro Carvalho Filho, devido ao desaquecimento industrial motivado pela crise econômica que afetou o país nos últimos quatro anos, os portos da cidade tiveram uma perda de 40% do movimento. "Essa crise econômica deixou os portos da cidade com a capacidade instalada ocio-

sa muito maior que utilizamos, com isso não temos um mercado aquecido", disse.

Para o responsável pelo Comitê de Logística do Ciem (Centro da Indústria do Estado do Amazonas), o doutor em engenharia de produção, Augusto César Barreto, o fato dos portos na cidade serem privados, influencia diretamente na escolha dos produtos do PIM, por conta dos custos elevados nas operações logísticas. Ele explicou, que devido à responsabilidade dos portos públicos em regular os preços, os TUP (Terminais de Uso Privado) não podem cobrar valores mais caro. Além disso, ressaltou que os excessivos regulamentos para empreendimento de maior porte na região tem afetado grandes investimentos. "Há licenças demais e tudo é muito regulado. Temos como

exemplo o Porto das Lagoas, que está aguardando uma decisão judicial. Há excessivos regulamentos para empreendimento de maior porte na região, e isso tem afetado bons investimentos", disse.

Barreto explicou, que apesar dos preços que dificultam a distribuição dos produtos das indústrias, com algumas políticas dos portos, os investimentos feitos em empreendimentos portuários privados foram fundamentais para manter a viabilidade da concorrência do PIM e da Zona Franca de Manaus.

"A lei de mercado para infraestrutura não é adequada porque reduz a competitividade da indústria. Mas apesar disso, se o Chubutão e o Superterminais não tivessem feito seus investimentos, Manaus hoje não teria porto e o PIM seria praticamente invi-

ável. Também foi fundamental a coragem da Aliança em colocar navios com maior frequência, mesmo sem carga expressiva. A soma destes dois fatores manteve a competitividade de Manaus", ressaltou.

Segundo indicadores divulgados pela Antaq, no período de julho a setembro de 2017, foram movimentados cerca de 2,5 milhões de contêineres em todo o Brasil, levando a um crescimento de 6,4% em relação ao mesmo período de 2016. Os TUP (Terminais de uso privado) demonstraram recuperação depois de queda nos primeiros trimestres, e o aumento da movimentação no Super Terminais em Manaus foi destaque, com crescimento de 28,3%, registrou a agência.

Em relação ao tipo de instalação, os indicadores da agência registram que os terminais de uso privado movimentaram 721,6 milhões de toneladas em 2017, um crescimento de 9,3% em relação a 2016, quando foram movimentadas 660 milhões. Os portos públicos movimentaram 364,3 milhões de toneladas, uma melhora de 6,3% sobre 2016, quando foram movimentadas 342,8 milhões toneladas. Barreto ressaltou que o fato de haver investimento privado nos portos, não tira a responsabilidade do Estado de realizar investimentos no segmento. Segundo o "Índice de desempenho dos investimentos do governo estadual", de 2016, elaborado pelo mestre em engenharia da produção da Ufam (Universidade Federal do Amazonas), Ronney Póssato, de 2012 a 2015, os investimentos do governo em infraestrutura de transporte para competitividade logística no Estado, não representou nem 2% do PIB (Produto Interno Bruto) do Amazonas.

"O investimento do governo para transporte é pouco frente às necessidades da região. Para romper o histórico de atraso no Estado, os investimentos deveriam ser ao menos 2,5% do PIB ano após ano. Esse é o papel do governo", ressaltou Barreto. No último dia 2 de fevereiro, um termo assinado entre o governo do Amazonas e a Secretaria Nacional de Portos, Hidrovias e Aviação Civil, do Ministério dos Transportes, autorizou o Estado a administrar os portos. Segundo o Sindama, a termo que prevê a administração, só foi possível com a extinção da Companhia de Docas do Estado do Maranhão (Codelma), que gerenciava o porto da capital. A minuta autoriza ainda o governo do Estado a gerenciar os portos da margem esquerda do rio Negro, como os

TRANSPORTE

TRÂNSITO & CIA



CAUBI CERQUINHO
JORNALISTA
caubicerquinho@uol.com.br

Assaltos e mais de mil ônibus parados viram rotina no Fretamento

Antônio da Silva Rebouças, um cidadão que já passou dos cinquenta, há mais de vinte mantém uma rotina na vida. As 4h da manhã ele acorda e depois de tomar banho, se arruma e parte para o ponto para esperar a condução. Por volta de 5h ele já está dentro do ônibus a caminho da fábrica. No ônibus, Antonio encontra Raimundo, Clara e Juvenal. A conversa é minúscula, pois, ao lado deles, outros trabalhadores aproveitam para prolongar um pouco mais a hora do sono. O percurso não é tão longo, mas demora cerca de 30 minutos devido às paradas para apurar mais funcionários. A empresa é grande, e se é grande pela força da mão de obra de seus funcionários, o ônibus que transporta esses trabalhadores, dentro da cadeia de produção do Polo Industrial de Manaus, é fundamental.

Esses personagens fazem parte de uma massa trabalhadora que num passado não muito distante chegou a 120 mil. Atualmente, os números oscilam entre 70 e 80 mil empregados. A queda do número de trabalhadores do Polo Industrial afetou e ainda afeta a vida de muitos setores. No entanto, de imediato deixou o sistema de transporte por fretamento ferido de morte. Com menos gente para transportar, muitas empresas foram obrigadas a reduzir a frota. Cálculos em canais oficiais passaram a ser feitos para manter a frota dentro dos padrões que o trabalho



Transporte especial, clima de medo nas ruas do Distrito

thador menor.

De acordo com os dados levantados pelo Sinfretam (Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros por Fretamento), esta é a pior crise vivida pelo setor. Segundo o diretor do sindicato, Márcio Soares, de uma frota com aproximadamente 2.500 veículos, cerca de mil estão parados por falta de passageiros. "O sindicato que reúne as 25 maiores empresas do setor, nunca viu nada igual nos 31 anos de existência".

Além da crise financeira que afeta o fretamento, um outro problema vem ficando o sono daqueles que vão de condução para o trabalho. Márcio Soares, afirma que de 10 a 15 assaltos por mês, estão sendo cometidos por bandidos contra os trabalhadores, dentro dos ônibus. "Eles se aproveitam das paradas, entram

e em fração de minutos levam dinheiro e outros pertences dos funcionários. Navidades ocorridas, os bandidos agiram com extrema violência", disse. Muitos colaboradores reclamam também, dos assaltos que estão sofrendo ainda nos pontos de espera. "O marginal se aproveita, que no horário que a gente pega a condução não tem muito movimento nas ruas e nos abona. Leva tudo. Por isso, trago o mínimo de coisas. Celular, jóias como relógio, cordão branco e anel, assim como dinheiro, não pensar", disse a funcionária de uma empresa de motocicletas, Francisca Verônica da Costa.

Diante dessa situação, empresários e trabalhadores estão mobilizados para cobrar do Poder Público um pouco mais de Segurança. Semana passada, motoristas do fretamento fecharam algumas

ruas do Distrito Industrial para protestar contra os assaltos. A paralisação foi por pouco tempo, mas serviu de alerta para as autoridades. "Nós estamos pedindo socorro das autoridades responsáveis pela Segurança, pois não temos mais a certeza de que vamos voltar com vida para nossas casas", afirmou o motorista Cleilson Garcia de Oliveira. Ele transporta colaboradores de uma empresa que fabrica televisores. Outro motorista, Cláudio Fortes de Souza, que está na profissão há mais de 15 anos, pediu medidas urgentes, como por exemplo, a presença massiva de policiamento nas ruas.

Os assaltos em ônibus do transporte especial já é bastante conhecido das autoridades. Diversos Boletins de Ocorrências de roubos, foram levados, em maio de 2015 ao então Delegado Geral, Orlando Amaral como forma de reivindicação do setor. A ideia era mostrar a realidade às autoridades. Por coincidência, a reivindicação de maior Segurança para o transporte especial do Distrito foi levado até o Delegado Geral, pelo ex-deputado, Bosco Saravia (PSDB), atual secretário de Segurança do Estado. Para o motorista Pedro Paulo Batista, esse fato pode ser positivo a medida que as autoridades já conhecem o problema e devem saber como resolvê-lo. "Nossas esperanças estão nas mãos de quem conhece a realidade do setor. Estamos na expectativa de melhoras", salientou.

CONHEÇA O CTB

Art. 181. Constitui infração de trânsito a inobservância de qualquer preceito deste Código, da legislação complementar ou das resoluções do CONTRAN, sendo o infrator sujeito às penalidades e medidas administrativas, indicadas em cada artigo, além das punições previstas no Capítulo XIX.

Art. 189. Deixar de dar passagem aos veículos precedidos de bateladores, de socorro de incêndio e salvamento, de polícia, de operação e fiscalização de trânsito e às ambulâncias, quando em serviço de urgência e devidamente identificados por dispositivos regulamentados de alarme sonoro e iluminação vermelha intermitentes.

Infração - gravíssima;
Penalidade - multa.

Art. 190. Seguir veículo em serviço de urgência, estando este com prioridade de passagem

devidamente identificada por dispositivos regulamentares de alarme sonoro e iluminação vermelha intermitentes;

Infração - grave;
Penalidade - multa.

Art. 191. Forçar passagem entre veículos que, transitando em sentidos opostos, estejam na iminência de passar um pelo outro ao realizar operação de ultrapassagem;

Infração - gravíssima;
Penalidade - multa (dez vezes) e suspensão do direito de dirigir. (Redação dada pela Lei nº 12.971, de 2014) (Vigência)

Parágrafo único. Aplica-se em dobro a multa prevista no caput em caso de reincidência no período de até 12 (doze) meses da infração anterior, (Incluído pela Lei nº 12.971, de 2014) (Vigência)



Trânsito, uma lição desde pequeno

Crescimento de 5% deixa otimista setor de Duas Rodas

Depois de amargar prejuízos no ano passado, o setor de Duas Rodas atravessa janeiro e fevereiro de 2018 com otimismo. O que se espera é que se efetive a previsão de aumento de 5% feita pela Abraçiclo (Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores,

Motonetes, Bicycletas e Similares). Fundada em 1976 é a entidade jurídica responsável por coordenar as atividades e defender os interesses dos fabricantes de motocicletas, bicicletas e produtos semelhantes no Brasil. Para mostrar a importância do Polo de Duas Rodas,

instalado no Distrito Industrial, a Abraçiclo divulga números que confirmam que 98% das motocicletas que circulam no Brasil são produzidas em Manaus. Outro detalhe importante é que na capital do Amazonas 60% dos veículos empregados são de duas rodas. Com uma

frota circulante em 2017 de quase 294 mil motocicletas, em Manaus é fundamental no trânsito, a busca pela harmonia e a convivência pacífica entre carros e motos. Os índices de acidentes envolvendo motocicletas são altos e muita gente já perdeu a vida.

Clubinho Honda

Educação no trânsito começa na infância. Para contribuir com essa empreitada, a Honda criou, em 1992, o projeto "Clubinho Honda - Trânsito Amigo". A iniciativa tem o objetivo de ensinar a importância da boa convivência no trânsito entre pedestres, ciclistas, motoristas e motociclistas, de forma leve e divertida. O programa faz parte da estrutura do CETH em Manaus e possui uma versão digital, onde pais, professores e crianças têm à disposição manuais, histórias em quadrinhos, filmes e games. Em todos os materiais, o super herói é a turma do Clubinho Honda simulam situações reais do trânsito ensinando lições importantes sobre segurança. Para saber mais, acesse: www.honda.com.br/clubinhohonda

A busca pela harmonia entre motos e carros

Preocupada com essa realidade situação de guerra, a Honda da Amazônia, maior fabricante de motocicletas do Polo de Duas Rodas do Distrito Industrial de Manaus, investiu e criou o CETH (Centro Educacional de Trânsito Honda). A empresa acredita que não basta oferecer produtos de qualidade e alta tecnologia. Para oferecer uma experiência satisfatória ao consumidor, é preciso garantir as condições para que os veículos sejam utilizados com segurança, ainda mais em

cidadas onde o trânsito intenso de automóveis, motocicletas e outros veículos pode impactar na segurança dos usuários e terceiros. Diante desse cenário, a Honda atua ativamente e promove atividades de segurança no trânsito em todos os continentes, realizando ações de acordo com as características e situações de trânsito de cada país.

Os CETHs estão instalados em três unidades - Indaítuba (SP), Recife (PE) e Manaus (AM). Nesses locais as equipes são res-

ponsáveis por disseminar, através de aulas práticas e teóricas, conceitos de segurança no trânsito e pilotagem segura de motocicletas. O CETH em Manaus, localizado na Colônia Japonesa, próximo à avenida das Torres, ocupa um terreno com 75.000m² e duas pistas, uma, asfaltada, para os treinamentos on-road, e outra, de terra, para a prática de pilotagem em vias não pavimentadas.

Assim como as demais unidades, o CETH Manaus realiza treinamentos de pilotagem para

profissionais de empresas frotilistas, concessionários Honda e instituições como o Corpo de Bombeiros, Polícia Militar, Exército, Motoristas, Manausistas, que utilizam a motocicleta para o atendimento à população. A estrutura conta ainda com auditório com capacidade para 120 pessoas, três salas de aula totalmente equipadas, além de toda a infraestrutura necessária para que os treinados possam desenvolver suas habilidades com foco na segurança do trânsito.

Transporte público de qualidade é solução para o trânsito de Manaus, afirma Josué Neto

O deputado estadual Josué Neto (PSD) afirmou, que aumente os investimentos em transporte público de qualidade é a melhor forma de amenizar a situação do trânsito de Manaus. Ele lembrou que 40 anos atrás Manaus já enfrentava problemas com trânsito, mobilidade e falta de transporte público de qualidade e acredita que ainda é necessário medidas mais enérgicas para solucionar a crise recorrente no setor.

"Há cerca de 40 anos já se falava que o trânsito de Manaus precisava de mais investimentos e para falar de trânsito a gente tem que falar de transporte público. As grandes capitais mundiais só conseguiram resolver seus problemas de trânsito investindo no transporte público de qualidade", afirmou.

Para mostrar que o problema já existia em meados de 1980, o deputado colocou no plenário um áudio do seu avô Josué Cláudio de Souza, fundador da Rádio Difusora, falando na "Crônica do Dia" a necessidade de investimentos

em mobilidade. "Manaus está pedindo há muito tempo modernas providências nos sistemas de viadutos que estão fazendo todas as demais cidades médias e grandes do país. Enquanto não atendermos a esses reclamos nosso trânsito entulhado como se encontra será um pandemônio que ninguém entenderá e jamais se acertará com um plano capaz de desafogar o nosso difícil e perigoso trânsito", diz o avô do deputado em um trecho do áudio.



Deputado Josué Neto, em busca do transporte de qualidade

ARTIGO



Pedro Carvalho*

Nas grandes cidades do nosso país, a tendência da fluidez do trânsito é geralmente piorar, uma vez que os governos municipais não têm a capacidade de aumentar a área do viário de suas cidades para atender o aumento das frota de veículos, que cresce em razão da aquisição

individual de automóveis ser bastante incentivada.

Uma obra aqui, outra ali e medidas restritivas à circulação, como por exemplo: o uso de carro com placa par e com placa impar em dias alternados e, o escalonamento de horários para o funcionamento de certas atividades,

ambos no centro da cidade, são atenuantes que em pouco tempo perdem a eficácia ante ao crescimento assustador das frota de veículos de usos individuais.

Comparando-se o potencial de uso do ônibus convencional com o automóvel deduz-se que um ônibus substitui quarenta

automóveis, em termos práticos, e, portanto, o que pode contribuir significativamente para a melhora do trânsito é a adoção do ônibus ao ir e vir do trabalho, da escola. Mas, para tanto, este modal tem que melhorar muito e, principalmente, a conscientização da população em participar desse processo.

* Engenheiro e ex-secretário de SMTU